



Demonstrações financeiras de 2020

Índice

BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	9
3. GESTÃO DE RISCOS.....	13
4. EVENTOS ESPECIAIS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO.....	16
5. AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES.....	19
6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO.....	35
7. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS	38
8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	39
9. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	40
10. INVESTIMENTOS.....	40
11. IMOBILIZADO.....	44
12. INTANGÍVEL.....	46
13. TESTE DE <i>IMPAIRMENT</i> DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS.....	48
14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	50
15. FORNECEDORES.....	54
16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS	55
17. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES	56
18. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO.....	56
19. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS.....	58
20. PARTES RELACIONADAS.....	59
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	62
22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	64
23. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS.....	64
24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	65
25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS.....	65
26. RESULTADO FINANCEIRO.....	65
27. RESULTADO POR AÇÃO.....	66
28. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	66
29. PROCESSOS JUDICIAIS.....	68
30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	69
31. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA.....	72
32. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS.....	72
33. EVENTOS SUBSEQUENTES	73
GOVERNANÇA CORPORATIVA	74
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	74

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	465.378	753.544	881.364	984.470
Clientes	8	-	63	276.307	206.928
Dividendos a receber	20	34.146	19.696	6.839	7.161
Outros créditos	9	86.265	41.703	151.640	78.322
		585.789	815.006	1.316.150	1.276.881
Não circulante					
Caixa restrito	7	-	-	461.771	154.063
Clientes	8	-	-	31.088	26.386
IRPJ e CSLL diferidos	18	-	-	157.306	3.564
Outros créditos	9	61.408	52	71.653	12.984
		61.408	52	721.818	196.997
Investimentos	10	4.355.354	3.000.255	821.263	460.219
Imobilizado	11	6.047	5.487	6.599.678	4.516.422
Intangível	12	16.621	1.160	1.119.436	811.952
		4.378.022	3.006.902	8.540.377	5.788.593
		4.439.430	3.006.954	9.262.195	5.985.590
Total do ativo		5.025.219	3.821.960	10.578.345	7.262.471
Passivo e Patrimônio líquido					
Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Circulante					
Fornecedores	15	2.356	1.110	84.815	69.190
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	4.955	8.166	373.861	193.666
Obrigações trabalhistas e tributárias	16	19.877	12.440	44.537	38.726
Passivos de arrendamentos	19	2.845	-	20.057	4.934
Outras obrigações	17	33.921	10.076	85.061	28.307
		63.954	31.792	608.331	334.823
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	973.261	786.227	5.522.993	3.757.218
Fornecedores	15	-	-	214.682	28.590
Passivos de arrendamentos	19	11.749	-	105.330	48.190
IRPJ e CSLL diferidos passivos	18	32.499	-	56.971	32.988
Outras obrigações	17	210.593	187.429	225.006	198.999
		1.228.102	973.656	6.124.982	4.065.985
Total do passivo		1.292.056	1.005.448	6.733.313	4.400.808
Patrimônio líquido					
Capital social	21	3.833.245	2.664.014	3.833.245	2.664.014
Custo com captação de recursos		(72.944)	(55.810)	(72.944)	(55.810)
Reservas de capital		132.077	121.584	132.077	121.584
Reservas de lucros		231.810	182.457	231.810	182.457
Ajuste de avaliação patrimonial		(391.025)	(95.733)	(391.025)	(95.733)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		3.733.163	2.816.512	3.733.163	2.816.512
Participação dos não controladores		-	-	111.869	45.151
Total do patrimônio líquido		3.733.163	2.816.512	3.845.032	2.861.663
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.025.219	3.821.960	10.578.345	7.262.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	22	-	-	1.102.141	1.014.427
Custos da operação, conservação e compras	23	-	-	(695.184)	(617.010)
Lucro bruto		-	-	406.957	397.417
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas, pessoal e gerais	24	(24.218)	(13.288)	(60.718)	(40.592)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	154.249	1.966	168.146	2.936
Resultado de equivalência patrimonial	10	28.495	96.521	9.493	26.357
		158.526	85.199	116.921	(11.299)
Resultado operacional		158.526	85.199	523.878	386.118
Receitas financeiras	26	14.443	12.507	23.698	24.662
Despesas financeiras	26	(91.117)	(70.557)	(441.416)	(344.961)
		(76.674)	(58.050)	(417.718)	(320.299)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		81.852	27.149	106.160	65.819
Imposto de renda e contribuição social	18	(32.499)	-	(51.440)	(33.190)
Lucro líquido do exercício		49.353	27.149	54.720	32.629
Atribuível aos					
Acionistas controladores				49.353	27.149
Acionistas não controladores				5.367	5.480
Lucro líquido do exercício				54.720	32.629
Lucro do exercício básico por ação – (R\$)	27	0,2784	0,1921	0,2784	0,1921
Lucro do exercício diluído por ação – (R\$)	27	0,2744	0,1900	0,2744	0,1900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	49.353	27.149	54.720	32.629
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	49.353	27.149	54.720	32.629
Participação dos controladores			49.353	27.149
Participação dos não controladores			5.367	5.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	Atribuível aos acionistas Controladores													Total Geral
	Capital social	Custo com captação de recursos	Ágio na subscrição de ações	Reservas de capital		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total	
				Opções de ações outorgadas reconhecidas	Reserva bônus de subscrição	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Estatutária e de investimentos	AVJ de ações emitidas	Resultado em transação de capital				
Em 1º de janeiro de 2019	1.754.463	(33.068)	19.926	9.900	15.995	7.757	28.876	118.675	(95.733)	-	-	1.826.791	43.576	1.870.367
Transações com acionistas														
Aumento de capital decorrente do exercício de opções de ações	8.816	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.816	-	8.816
Aumento de capital na incorporação de Delta 5 e Delta 6	69.966	-	75.595	-	-	-	-	-	-	-	-	145.561	-	145.561
Aumento de capital pela oferta de ações	830.769	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	830.769	-	830.769
Custos com emissão de ações	-	(22.742)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.742)	-	(22.742)
Prêmio recebido na outorga de opções	-	-	-	168	-	-	-	-	-	-	-	168	-	168
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.747)	(2.747)
Dividendos – Preferencialista de Asteri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.158)	(1.158)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.149	27.149	5.480	32.629
Reserva legal	-	-	-	-	-	1.357	-	-	-	-	(1.357)	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	6.448	-	-	-	(6.448)	-	-	-
Reserva de lucro estatutária e investimento	-	-	-	-	-	-	-	19.344	-	-	(19.344)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.664.014	(55.810)	95.521	10.068	15.995	9.114	35.324	138.019	(95.733)	-	-	2.816.512	45.151	2.861.663
Transações com acionistas														
Aumento de capital na aquisição de CEA III	201.016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	201.016	-	201.016
Ajuste ao valor justo das ações emitidas	-	-	-	-	-	-	-	-	(57.666)	-	-	(57.666)	-	(57.666)
Mais valia na aquisição de Delta 7 e Delta 8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(147.683)	-	(147.683)	-	(147.683)
Ágio na aquisição das ações de Asteri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(89.943)	-	(89.943)	-	(89.943)
Oferta de ações	896.964	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	896.964	-	896.964
Custos com emissão de ações	-	(17.134)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.134)	-	(17.134)
Aumento de capital decorrente do exercício de opções de ações	71.251	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71.251	-	71.251
Prêmio recebido na outorga de opções	-	-	-	8.145	-	-	-	-	-	-	-	8.145	-	8.145
Opções outorgadas aos colaboradores	-	-	-	2.348	-	-	-	-	-	-	-	2.348	-	2.348
Compra de participação dos não controladores - Asteri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.607)	(44.607)
Dividendos preferencialistas de Asteri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.027)	(6.027)
Participação de não controladores na aquisição de Chuí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	111.985	111.985
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.353	49.353	5.367	54.720
Reserva legal	-	-	-	-	-	2.468	-	-	-	-	(2.468)	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	11.721	-	-	-	(11.721)	-	-	-
Reserva de lucro estatutária e investimento	-	-	-	-	-	-	-	35.164	-	-	(35.164)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.833.245	(72.944)	95.521	20.561	15.995	11.582	47.045	173.183	(153.399)	(237.626)	-	3.733.163	111.869	3.845.032

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	81.852	27.149	106.160	65.819
Ajustes:				
Depreciação e amortização	2.434	862	263.555	187.123
Resultado de equivalência patrimonial	(28.495)	(96.521)	(9.493)	(26.357)
Impairment de ativo imobilizado	-	-	21.481	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	60.991	42.980	348.455	270.621
Receita financeira de aplicações financeiras	-	-	(23.475)	(25.507)
Programa de remuneração baseado em ações	2.348	-	2.348	-
Ganho por compra vantajosa – aquisição Assuruá III, Complexo Chuí e Ventos da Bahia 1 e 2	(155.126)	-	(155.126)	-
Outros	4.983	3.930	9.401	6.829
	(31.013)	(21.600)	563.306	478.528
(Aumento) redução nos ativos				
Cientes	63	-	(17.061)	(29.070)
Mútuo a funcionários	(73.035)	-	(73.035)	-
Outros créditos	(32.883)	(15.153)	17.303	(10.846)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	1.246	275	53.578	14.246
Obrigações trabalhistas e tributárias	7.437	1.465	(3.681)	11.553
Outras contas a pagar	40.036	15.181	(39.375)	1.896
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(88.149)	(19.832)	501.035	466.307
Dividendos recebidos	91.781	31.797	9.709	5.964
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(38.515)	(33.736)	(275.837)	(257.543)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(27.457)	(21.109)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(34.883)	(21.771)	207.450	193.619
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Incorporação de caixa e equivalentes de caixa de Delta 5 e 6	-	264	-	3.392
Aquisição de Delta 7, Delta 8, Assuruá I, II, III, Complexo Chuí e Ventos da Bahia 1 e 2, líquido do caixa adquirido	(1.281.710)	(739.093)	(1.012.298)	(724.989)
Aquisição de ações de Asteri (Nota 5.1.4)	(137.371)	-	(137.371)	-
Aquisição de participação de Pirapora	-	14.829	-	14.829
Redução de capital	96.373	44.350	3.950	44.350
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	(3.185)	(2.636)	(53.088)	(64.654)
Integralização de capital em controladas	(43.338)	-	-	-
Aplicações financeiras – caixa restrito	-	-	10.635	44.999
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(1.369.231)	(682.286)	(1.188.172)	(682.073)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	160.000	810.000	250.371	870.569
Custo de captação	(3.278)	(32.376)	(4.433)	(32.376)
Pagamento de principal - empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(250.000)	(307.944)	(371.283)
Aumento de capital social pela oferta de ações	896.964	839.585	896.964	839.585
Custos com emissão de ações	(17.134)	(22.742)	(17.134)	(22.742)
Aumento de capital decorrente do exercício de opções de ações	71.251	-	71.251	-
Dividendos pagos	-	-	(6.027)	(2.747)
Prêmio recebido na outorga de opções de ações	8.145	168	8.145	168
Arrendamentos pagos	-	-	(13.577)	(3.638)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	1.115.948	1.344.635	877.616	1.277.536
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(288.166)	640.578	(103.106)	789.082
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	753.544	112.966	984.470	195.388
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	465.378	753.544	881.364	984.470

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado dos exercícios findos em 31 dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas	156.373	-	1.261.954	1.089.135
Vendas de mercadorias produtos e serviços	-	-	1.106.418	1.088.805
Outras receitas	156.373	-	155.536	330
Insumos adquiridos de terceiros	(16.644)	(7.397)	(450.795)	(481.032)
Custos prods., mercs., e serviços vendidos	-	-	(347.984)	(418.435)
Materiais, servs. de terceiros e outros	(12.485)	(9.361)	(107.904)	(66.091)
Perda/recuperação de valores ativos	(1.494)	(9)	(20.928)	1.448
Outros insumos	(2.665)	1.973	26.021	2.046
Valor adicionado bruto	139.729	(7.397)	811.159	608.103
Depreciação e amortização	(2.434)	(862)	(263.555)	(187.123)
Valor adicionado líquido	137.295	(8.259)	547.604	420.980
Valor adicionado recebido em transferência	42.146	109.638	33.418	51.894
Resultado de equivalência patrimonial	28.495	96.521	9.493	26.357
Receita financeira	13.651	13.117	23.925	25.537
Valor adicionado total	179.441	101.379	581.022	472.874
Distribuição do valor adicionado	179.441	101.379	581.022	472.874
Pessoal	4.603	(45)	35.711	21.546
Impostos, taxas e contribuições	35.821	4.028	50.104	74.584
Remuneração de capitais de terceiros	89.664	70.247	440.487	344.115
Remuneração de capital próprio	49.353	27.149	54.720	32.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Omega Geração S.A. (“Controladora”) é uma sociedade por ações de capital aberto sediada em Belo Horizonte (Minas Gerais), na Avenida Barbacena, nº. 472, 4º. andar, cujas ações são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), no segmento de governança corporativa Novo Mercado, sob o código OMGE3.

Fundada em 2008, a Omega é uma Companhia que detém participação em ativos de geração e comercialização de energia elétrica com foco em energia limpa e renovável, que atuam exclusivamente na produção e comercialização de energia elétrica, sem qualquer exposição ao desenvolvimento e implantação de ativos. O escopo de atuação do Grupo inclui as fontes eólica, hídrica e solar.

Em 31 de dezembro de 2020, a Omega e suas controladas diretas e indiretas (“Omega”, “Grupo” ou “Companhia”) operam 79 empreendimentos, com capacidade total instalada para geração de 1.859,2 MW de energia renovável (considerando a capacidade proporcional da participação nas *joint ventures* Hidrelétrica Pipoca (“Pipoca”), Complexo Solar Pirapora (“Pirapora”) e Complexo Ventos da Bahia 1 e 2 (“Ventos da Bahia 1 e 2”), localizados nos estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

A energia produzida é vendida por meio de contratos de longo prazo, com preços fixos indexados à inflação, seja no ambiente de contratação regulado, através dos leilões promovidos pela ANEEL, seja no ambiente de contratação livre, em negociação direta com os compradores. Parte da energia produzida comercializada em contratos de prazo mais curto, através de contratos de preço fixo. As informações por segmento e detalhes operacionais dos ativos da Companhia estão apresentadas na Nota 6.

As atividades do Grupo, assim como de todas as empresas atuantes no setor, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulado;
- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- LER – Leilão de Energia de Reserva;
- MRE – Mecanismo de Realocação de Energia;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças; e
- Proinfa - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; e (ii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 02 de março de 2021, data em que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Omega é o real ("BRL" ou "R\$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e de suas controladas diretas e indiretas ("controladas"). A política contábil para a classificação dos investimentos e sua consolidação está descrita na Nota 10.

As controladas, diretas e indiretas, bem como as participações em *joint ventures* e respectivas atividades agrupadas por unidade geradora de caixa (UGC) são as seguintes:

Controladas diretas e indiretas (consolidadas)	Localização das operações	Atividade e UGC	% Participação total	
			2020	2019
Controladas Diretas				
Asteri Energia S.A. ("Asteri") ³	São Paulo	Holding	100%	64,45%
Centrais Eólicas Assuruá S.A. ("Assuruá")	Bahia	Holding	100%	100%
Centrais Eólicas Assuruá III SPE S.A. ² ("Assuruá III")	Bahia	Holding	100%	-
Delta 1 Energia S.A. ("Delta 1")	São Paulo	Holding	100%	100%
Delta 5 I Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 5	100%	100%
Delta 5 II Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 5	100%	100%
Delta 6 I Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 6	100%	100%
Delta 6 II Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 6	100%	100%
Delta 7 Energia S.A. ¹	Maranhão	Holding	100%	-
Delta 8 Energia S.A. ¹	Maranhão	Holding	100%	-
Indaiá Grande Energia S.A. ("Indaiá Grande")	Mato Grosso do Sul	Energia hidrelétrica com PCH – UGC Indaiás	100%	100%
Indaiázinho Energia S.A. ("Indaiázinho")	Mato Grosso do Sul	Energia hidrelétrica com PCH – UGC Indaiás	100%	100%
Omega Energia e Implantação 2 S.A. ("Delta 3")	São Paulo	Holding	100%	100%
Omega Geração Comercializadora de Energia Ltda. ("OMGC")	São Paulo	Comercialização de energia	100%	100%
Omega Geração 1 S.A.	São Paulo	Holding	100%	100%
Eólica Chuí IX S.A. ⁵ ("Chuí IX")	Rio Grande do Sul	Geração de energia eólica – UGC Hermenegildo	99,99%	-
Eólica Hermenegildo I S.A. ⁴ ("Hermenegildo I")	Rio Grande do Sul	Geração de energia eólica – UGC Hermenegildo	99,99%	-
Eólica Hermenegildo II S.A. ⁴ ("Hermenegildo II")	Rio Grande do Sul	Geração de energia eólica – UGC Hermenegildo	99,99%	-
Eólica Hermenegildo III S.A. ⁴ ("Hermenegildo III")	Rio Grande do Sul	Geração de energia eólica – UGC Hermenegildo	99,99%	-
Santa Vitória do Palmar S.A. ("Santa Vitória do Palmar") ⁵	Rio Grande do Sul	Holding	78%	-
Controladas Indiretas				
Centrais Eólicas Assuruá I SPE S.A. ("Assuruá I")	Bahia	Holding	100%	100%
Centrais Eólicas Assuruá II SPE S.A. ("Assuruá II")	Bahia	Holding	100%	100%
Delta 2 Energia S.A.	São Paulo	Holding	100%	100%
Delta 3 I Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 II Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 III Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 IV Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 V Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%

Controladas diretas e indiretas (consolidadas)	Localização das operações		Atividade e UGC	% Participação total	
				2020	2019
Delta 3 VI Energia S.A.	Maranhão		Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 VII Energia S.A. ¹	Maranhão		Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 VIII Energia S.A.	Maranhão		Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 7 I Energia S.A. ¹	Maranhão		Geração de energia eólica – UGC Delta 7	100%	-
Delta 7 II Energia S.A. ¹	Maranhão		Geração de energia eólica – UGC Delta 7	100%	-
Delta 8 I Energia S.A. ¹	Maranhão		Geração de energia eólica – UGC Delta 8	100%	-
Gargaú Energética S.A. ³	Rio de Janeiro		Geração de energia eólica – UGC Gargaú	100%	64,45%
Musca Energia S.A.	São Paulo		Holding	100%	100%
Parque Eólico Assuruá II S.A.	Bahia		Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Assuruá III S.A.	Bahia		Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Assuruá IV S.A.	Bahia		Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Assuruá V S.A.	Bahia		Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Assuruá VII S.A.	Bahia		Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Capoeiras III S.A.	Bahia		Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Curral de Pedras I S.A.	Bahia		Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Curral de Pedras II S.A.	Bahia		Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Diamante II S.A.	Bahia		Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Diamante III S.A.	Bahia		Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Laranjeiras I S.A.	Bahia		Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Laranjeiras II S.A.	Bahia		Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Laranjeiras III S.A. ²	Bahia		Geração de energia eólica – UGC Assuruá III	100%	-
Parque Eólico Laranjeiras V S.A.	Bahia		Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Laranjeiras IX S.A. ²	Bahia		Geração de energia eólica – UGC Assuruá III	100%	-
Porto Salgado Energia S.A.	Piauí		Geração de energia eólica – UGC Delta 1	100%	100%
Porto das Barcas Energia S.A.	Piauí		Geração de energia eólica – UGC Delta 1	100%	100%
Porto do Parnaíba Energia S.A.	Piauí		Geração de energia eólica – UGC Delta 1	100%	100%
Porto do Delta Energia S.A.	Piauí		Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Sigma Energia S.A.	Minas Gerais	Energia hidrelétrica com PCH	UGC Serra das Agulhas	100%	100%
Testa Branca I Energia S.A.	Piauí		Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Testa Branca III Energia S.A.	Piauí		Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Chuí Holding S.A. ⁴ (“Santa Vitória do Palmar”)	Rio Grande do Sul		Holding	78%	-
Eólica Chuí I S.A. ⁵ (“Santa Vitória do Palmar”)	Rio Grande do Sul		Geração de energia eólica – UGC Santa Vitória do Palmar	78%	-
Eólica Chuí II S.A. ⁴ (“Santa Vitória do Palmar”)	Rio Grande do Sul		Geração de energia eólica – UGC Santa Vitória do Palmar	78%	-
Eólica Chuí IV S.A. ⁴ (“Santa Vitória do Palmar”)	Rio Grande do Sul		Geração de energia eólica – UGC Santa Vitória do Palmar	78%	-
Eólica Chuí V S.A. ⁴ (“Santa Vitória do Palmar”)	Rio Grande do Sul		Geração de energia eólica – UGC Santa Vitória do Palmar	78%	-
Eólica Chuí VI S.A. ⁴ (“Santa Vitória do Palmar”)	Rio Grande do Sul		Geração de energia eólica – UGC Santa Vitória do Palmar	78%	-
Eólica Chuí VII S.A. ⁴ (“Santa Vitória do Palmar”)	Rio Grande do Sul		Geração de energia eólica – UGC Santa Vitória do Palmar	78%	-
Eólica Geribatu I S.A. ⁴ (“Santa Vitória do Palmar”)	Rio Grande do Sul		Geração de energia eólica – UGC Santa Vitória do Palmar	78%	-
Eólica Geribatu II S.A. ⁴ (“Santa Vitória do Palmar”)	Rio Grande do Sul		Geração de energia eólica – UGC Santa Vitória do Palmar	78%	-
Eólica Geribatu III S.A. ⁴ (“Santa Vitória do Palmar”)	Rio Grande do Sul		Geração de energia eólica – UGC Santa Vitória do Palmar	78%	-
Eólica Geribatu IV S.A. ⁴ (“Santa Vitória do Palmar”)	Rio Grande do Sul		Geração de energia eólica – UGC Santa Vitória do Palmar	78%	-
Eólica Geribatu V S.A. ⁴ (“Santa Vitória do Palmar”)	Rio Grande do Sul		Geração de energia eólica – UGC Santa Vitória do Palmar	78%	-
Eólica Geribatu VI S.A. ⁴ (“Santa Vitória do Palmar”)	Rio Grande do Sul		Geração de energia eólica – UGC Santa Vitória do Palmar	78%	-
Eólica Geribatu VII S.A. ⁴ (“Santa Vitória do Palmar”)	Rio Grande do Sul		Geração de energia eólica – UGC Santa Vitória do Palmar	78%	-
Eólica Geribatu VIII S.A. ⁴ (“Santa Vitória do Palmar”)	Rio Grande do Sul		Geração de energia eólica – UGC Santa Vitória do Palmar	78%	-
Eólica Geribatu IX S.A. ⁴ (“Santa Vitória do Palmar”)	Rio Grande do Sul		Geração de energia eólica – UGC Santa Vitória do Palmar	78%	-
Eólica Geribatu X S.A. ⁴ (“Santa Vitória do Palmar”)	Rio Grande do Sul		Geração de energia eólica – UGC Santa Vitória do Palmar	78%	-
Joint Venture (equivalência patrimonial)					
	Localização das operações		Atividade	2020	2019
Hidrelétrica Pipoca S.A. ³	Minas Gerais		Energia hidrelétrica com PCH	51%	33,38%
Omega Comercializadora de Energia S.A. (“OMC”)	São Paulo		Comercialização de energia	51%	51%
Pirapora Solar Holding S.A.	Minas Gerais		Geração de energia solar	50%	50%
Pirapora II Solar Holding S.A.	Minas Gerais		Geração de energia solar	50%	50%
Pirapora III Solar Holding S.A.	Minas Gerais		Geração de energia solar	50%	50%
Ventos da Bahia 1 Geração de Energia S.A. ⁵	Bahia		Geração de energia eólica	50%	-
Ventos da Bahia 2 Geração de Energia S.A. ⁵	Bahia		Geração de energia eólica	50%	-

¹ Aquisição em janeiro de 2020, conforme Nota 4.1.

² Aquisição em março de 2020, conforme Nota 4.2.

³ Aquisição em outubro de 2020, conforme Nota 4.13.

⁴ Aquisição em novembro de 2020, conforme Nota 4.9.

⁵ Aquisição em dezembro de 2020, conforme Nota 4.10.

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor. As políticas contábeis das controladas e joint venture são ajustadas, quando aplicável, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Omega.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

2.6 Classificação circulante versus não circulante

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.7 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
5	Combinação de negócios e transação com acionistas
8	Perdas de crédito esperadas
10.5	Portfólio de Negociação de Contratos de Venda de Energia (<i>Trading</i>)
11	Imobilizado
12	Intangível
13	Teste de <i>impairment</i> de ativos não financeiros
28	Remuneração baseada em ações
18	IR/CS diferidos ativos
29	Processos judiciais

3. GESTÃO DE RISCOS

A Omega realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da Companhia e a continuidade do negócio. Dentro da estrutura de governança, o Conselho de Administração conta com um Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, que é responsável dentre outras atribuições, por apoiar o Conselho de Administração nas decisões relativas à gestão dos riscos por meio de recomendações e monitoramento. Há também um Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas, que visa assegurar a independência entre as empresas do Grupo Omega e garantir que os objetivos de cada uma das empresas e de seus acionistas respectivos sejam alcançados sem interferência.

A estratégia de gestão de riscos da Omega objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla as áreas operacionais, financeira, tecnologia, jurídica, regulatória, gestão de pessoas, fusões e aquisições e captações.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- Riscos operacionais: relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, desvios de geração de energia, pessoas e processos internos;
- Riscos hidrológicos e climáticos: relacionados ao mecanismo de realocação de energia – MRE e estimativas de afluências, incidência solar e ventos nas sub-regiões climáticas onde estão localizados os ativos;
- Riscos de mercado: relacionados a preços, inflação e taxas de juros;
- Risco de crédito: relacionado aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- Risco de liquidez: relacionado ao não cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção (“O&M”) de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o próprio fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir a disponibilidade e a eficiência operacional das usinas, sendo mantidos planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode gerar custos adicionais. A área de gestão de pessoas da Companhia possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Companhia contam com um ERP que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Omega e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico.

3.2 Risco hidrológico e climático

A energia gerada pelas PCHs é influenciada pelo regime hidrológico dos rios das regiões onde estão implantadas. Em função dos requisitos regulatórios no Brasil, a receita proveniente da venda de energia das PCHs pode não ser auferida pela energia efetivamente gerada, e sim pela garantia física de cada usina, determinada pelo poder concedente, em um mecanismo opcional denominado MRE, que faz o compartilhamento da energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de suas garantias físicas individuais para aqueles que geraram abaixo delas. A opção é realizada anualmente.

As eventuais diferenças entre a geração e a garantia física do MRE são ajustadas proporcionalmente entre os participantes e a quantidade deste ajuste é valorada ao PLD, mediante a aplicação de um fator de ajuste conhecido como *Generation Scaling Factor* (GSF). Dessa forma, existe um risco sistêmico relativo ao bom funcionamento do MRE.

A PCH Serra das Agulhas e PCH Pipoca (*joint venture* não consolidada) participam desse mecanismo e representam uma exposição de aproximadamente 2,2% do portfólio da Omega com exposição a esse risco, considerando a capacidade instalada das usinas. A Omega entende que esse é um risco sistêmico, contudo com baixo potencial de impacto para a Companhia.

Nos ativos eólicos detidos pela Companhia, os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além disso, para os contratos de bandas quadrienais, as obrigações anuais são definidas a partir de bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para os ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas, (limite inferior de -10% e superiores de 30% para o 1º ano, 20% para o 2º ano e 10% para o 3º ano e 0% para o 4º ano, os quais funcionam como estabilizadores do fluxo financeiro). As variações de geração são necessariamente equalizadas apenas a cada 4 anos, quando qualquer variação negativa ou positiva é liquidada. Dentre os parques eólicos da Companhia contratados no ACR, somente a UGC Delta 5 e Delta 6 não estão sujeitos a esse mecanismo, pois as variações de geração são ajustadas anualmente.

3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, sujeitas ainda a TJLP, CDI e a índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário anual, o que representa um *hedge* natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação. Uma análise de sensibilidade sobre os impactos decorrentes desse risco está apresentada na Nota 30.2.

A Omega comercializa energia no ACR e no ACL. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela CCEE, conforme regras de cada contrato e suas bandas, como descrito no item risco hidrológico e climático acima. Parcela substancial da energia comercializada está vinculada aos contratos regulados, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços. Eventualmente, com objetivo de ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Companhia pode adotar o expediente da desconstrução de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

No ACL, a Companhia procura vender a energia disponível em contratos de curto, médio e longo prazo, objetivando a obtenção de preços atrativos e à redução do risco de exposição aos preços de curto prazo (spot ou PLD). Em geral, na parcela dos ativos vinculada ao ACL, a diferença entre a geração e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do mercado de energia podem afetar os preços de mercado.

3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia, incluindo os compromissos futuros de venda já contratados ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia, por meio de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes. Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação da carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

No ACR, as contrapartes decorrem dos contratos adquiridos nos leilões promovidos pela ANEEL, por meio da CCEE, cujo padrão contratual estabelecido na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica na Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, requer a constituição de garantias financeiras como condição necessária à adesão e à operação do agente de mercado no âmbito da CCEE. Esse mecanismo minimiza o risco de crédito da contraparte nesses contratos nas operações liquidadas no curto prazo.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Omega busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito na data base da demonstração financeira, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	7	881.364	984.470
Clientes	8	307.395	233.314
Caixa restrito	7	461.771	154.063
Total		1.650.530	1.371.847

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Omega não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNB, BNDES, debêntures emitidas, contas a pagar ACR e arrendamentos operacionais, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados nas Notas 14 e 19.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou as contas reservas vinculadas aos empreendimentos para coberturas pontuais de caixa.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, o Grupo tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na Nota 14.5.

3.6 Seguros

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Companhia, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. Além disso, a Companhia possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. A Companhia acredita que há baixo risco de impacto financeiro decorrente de eventual interrupção em um dos seus negócios dada a diversificação de seu portfólio. O valor total de cobertura de seguros é de aproximadamente R\$4,9 bilhões. A Omega acredita que mantém seguros adequados ao mercado de atuação da Companhia no Brasil.

4. EVENTOS ESPECIAIS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO

Os eventos especiais ocorridos durante o exercício são aqueles que, no julgamento da Companhia, impactaram significativamente a posição financeira e patrimonial, seja pela sua natureza ou pelo seu valor significativo. Os eventos especiais identificados são descritos a seguir.

4.1 Conclusão da aquisição de Delta 7 e Delta 8

Em 08 de janeiro de 2020, foi concluída a aquisição de 100% das ações de Delta 7 e Delta 8. Os detalhes da transação e impactos contábeis estão apresentados na Nota 5.1.1. Os parques possuem capacidade instalada de 97,2 MW, entraram em operação comercial no final de 2019, e estão localizados no Maranhão, adjacentes ao Complexos Eólicos Delta 3, Delta 5 e Delta 6.

4.2 Conclusão da aquisição da empresa Centrais Eólicas Assuruá III SPE S.A. (Assuruá III)

Em 30 de março de 2020, foi concluída a aquisição de 100% das ações de Assuruá III detentora dos projetos de geração de energia eólica Laranjeiras III e Laranjeiras IX, no interior da Bahia, ambos localizados na mesma região dos complexos eólicos Assuruá I e Assuruá II. O complexo Assuruá III tem capacidade instalada de 50 MW, e seus projetos foram vencedores dos Leilões de Energia Nova-A-5 (LEN A-5) de 2014, com início da operação comercial (COD) em abril de 2019.

Os detalhes da transação e impactos contábeis estão apresentados na Nota 5.1.2.

4.3 Baixa PCH Serra das Agulhas

Em 27 de janeiro de 2020, a Companhia divulgou por meio de Comunicado ao Mercado, o incidente do dia 25 de janeiro de 2020, causado devido ao volume de chuva extraordinariamente intenso, que elevou a vazão do rio Pardo Pequeno, onde está localizada a PCH Serra das Agulhas, gerando o transbordamento do reservatório da PCH e algumas avarias em sua barragem na margem direita. A casa de força, subestação e linha de transmissão não sofreram qualquer avaria. Como decorrência, a PCH foi desligada e iniciado o processo de reparo, com a retomada da geração de energia em 23 de novembro de 2020. Com a retomada da geração, a Companhia efetuou a adição dos custos com o reparo da barragem no ativo imobilizado, conforme Nota 11. A Companhia possui seguro para ressarcimento das avarias causadas na PCH, bem como seguro de lucros cessantes.

Como decorrência das avarias na margem direita da barragem a Companhia efetuou a baixa de parcela do ativo imobilizado correspondente ao bem avariado, bem como o registro de uma estimativa do seguro a receber calculado com base nos valores contábeis baixados, descontando-se uma franquia de 10%, de acordo com a apólice de seguro. Tal estimativa se fez necessária pelo fato de a Companhia ainda não ter concluído o processo indenizatório com a seguradora, atualmente em fase de regulação. Os valores de indenização serão baseados no investimento necessário para a retomada das operações da PCH. Houve também o registro da indenização por lucros cessantes proporcional ao período das operações afetadas pelo incidente, líquida da franquia estabelecida na apólice.

	Natureza	Consolidado 31 de dezembro de 2020
Ativo		
Outros créditos	Seguros a receber	24.300
Ativo imobilizado	Baixa efetiva	(18.901)
Efeito no ativo		5.399
Demonstração do resultado do exercício		
Outras receitas e despesas operacionais		
Baixa de ativo imobilizado	Baixa efetiva	(18.901)
Seguros a receber – Indenização reforma barragem	Seguros a receber	15.121
Seguros a receber – Lucros cessantes	Seguros a receber	9.179
Efeito na demonstração do resultado do exercício		5.399

4.4 Suspensão de pagamentos

No período findo em 30 de junho de 2020, algumas subsidiárias da Companhia aderiram à suspensão temporária de pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento junto aos bancos credores, conforme demonstrados na Nota 14. A opção pela suspensão dos pagamentos foi facultada pelos credores às empresas no âmbito de suas políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus. Especificamente para os contratos de financiamento do BNB, a suspensão dos pagamentos foi compulsória, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.798 de 6 de abril de 2020.

4.5 Terceiro Plano de Outorga de Opções e Compra de Ações

Em 30 de abril de 2020, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o terceiro Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia. Em 29 de junho de 2020, foram outorgadas 3.829.800 opções no âmbito do terceiro plano, conforme detalhado na Nota 28.

4.6 Aumento do capital social decorrente do exercício de opções outorgadas

Em 06 de maio de 2020, 14 de setembro de 2020 e 06 de novembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os aumentos do capital social no montante de R\$2.244, R\$ 2.913 e R\$ 2.133, decorrentes do exercício de parte das opções outorgadas no âmbito do Primeiro e Segundo programas do Segundo Plano de opção de ações da Companhia, conforme detalhado na Nota 28.1.1.

Em 14 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$63.961, decorrente do exercício de 1.953.000 opções outorgadas no âmbito do Primeiro programa do Terceiro Plano de opção de ações da Companhia, conforme detalhado na Nota 28.1.2.

4.7 Aquisição da Nova Indaiá 1 Energia S.A. e Nova Indaiá 2 Energia S.A.

Em 23 de junho de 2020, foi concluída a aquisição de 100% das ações da Nova Indaiá 1 Energia S.A. (“Nova Indaiá 1”) e Nova Indaiá 2 Energia S.A. (“Nova Indaiá 2”).

Em 31 de agosto de 2020, as empresas Indaiá Grande e Indaiázinho incorporaram as empresas Nova Indaiá 1 e Nova Indaiá 2, respectivamente. Os detalhes das transações e impactos contábeis estão apresentados na Nota 5.1.3.

4.8 Captação e liquidação de empréstimos

Em 02 de julho de 2020, a Nova Indaiá 1 e Nova Indaiá 2 captaram junto ao BOCOM BBM por meio de cédula de crédito bancário ("CCB") o montante de R\$38.500 e R\$31.500, respectivamente. Os detalhes da emissão das debêntures pela Companhia estão mencionados na Nota 14.2.1.

Em 13 de julho de 2020, a Indaiá Grande e Indaiázinho liquidaram antecipadamente os montantes de R\$23.230 e R\$16.300, respectivamente, referentes aos saldos devedores dos contratos de financiamento junto ao BNDES.

4.9 Aquisição de Santa Vitória do Palmar e Hermenegildo (Complexo Chuí)

Em 30 de julho de 2020, a Companhia divulgou por meio de Fato Relevante, o acordo vinculante com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás") para aquisição de 78% dos ativos da SPE detentora do complexo Santa Vitória do Palmar (Lote 1) e de 99,99% dos ativos da SPE detentora do complexo de Hermenegildo (Lote 2), ambas localizadas no estado do Rio Grande do Sul. A capacidade total dos dois complexos é de 582,8 MW e o valor total da oferta (*Enterprise Value*) foi de R\$ 1.524,4 milhões, distribuídos da seguinte maneira (i) assunção de dívida líquida no valor de R\$ 955,9 e (ii) pagamento em caixa pela Companhia no montante de R\$ 568,5. Concomitantemente, foi fechado um acordo com a Brave Winds que poderá levar à aquisição de sua participação de 22% do Lote 1 até o final de 30 de setembro de 2022.

Em 30 de novembro de 2020, após aprovação de credores e do CADE, a Companhia divulgou por meio de Fato Relevante a conclusão das aquisições. Maiores detalhes estão na Nota 5.1.5.

4.10 Aquisição de 50% em Ventos da Bahia 1 e Ventos da Bahia 2

Em 23 de agosto de 2020, a Companhia divulgou por meio de Fato Relevante, acordo vinculante com a EDF Renewables para aquisição de participação de 50% em Ventos da Bahia 1 e 2, localizados nos municípios de Bonito e Mulungu do Morro (BA). O valor total da aquisição (*Enterprise Value*) pela participação de 50% foi avaliado em R\$ 661,7 milhões, sendo que aproximadamente 55% do preço total da aquisição deverá ser pago em caixa pela Companhia e o restante em assunção da dívida de longo prazo. O complexo eólico é composto por 7 projetos, totalizando 182,6 MW de capacidade instalada, cujos ativos estão em operação comercial desde 2017 (Fase 1) e 2018 (Fase 2). Os empreendimentos possuem contratos de longo prazo no mercado regulado e somam 75 aerogeradores, sendo 53 fornecidos pela Vestas e 22 pela Acciona.

Em 08 de dezembro de 2020, após aprovação de credores e do CADE, a Companhia divulgou por meio de Fato Relevante a conclusão das aquisições. Maiores detalhes estão na Nota 5.1.6.

4.11 Oferta Pública de Ações

Em 23 de agosto de 2020, a Companhia divulgou por meio de Fato Relevante a realização de oferta pública de distribuição primária com esforços restritos de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia ("Oferta de Ações"). Simultaneamente, no âmbito da Oferta, foram realizados esforços de colocação das Ações no exterior, pelo Itaú BBA USA Securities, Inc., ("Agente de Colocação Internacional"), nos termos do "Placement Facilitation Agreement", celebrados entre a Companhia e o Agente de Colocação Internacional.

Em 01 de setembro de 2020, a Companhia acordou o preço unitário de R\$ 38,25 por ação, para uma emissão de 23.450.027 ações. A liquidação foi concluída no dia 04 de setembro de 2020, com o recebimento dos recursos no valor de R\$ 896.964 milhões, que líquidos de comissões pagas e despesas estimadas totalizaram R\$ 879.830 milhões.

Os detalhes sobre a operação estão descritos na Nota 21.

4.12 Conclusão da emissão de debêntures verdes

Em 15 de setembro de 2020, foi concluída a oferta de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária da segunda emissão da Companhia, no valor de R\$ 160 milhões. Os detalhes da emissão das debêntures pela Companhia estão mencionados na Nota 14.2.1.

4.13 Aquisição da totalidade de ações de Asteri

Em 30 de outubro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade de ações preferenciais conversíveis em ações ordinárias de emissão da Asteri detidas pelo Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura XP Omega I (“Fundo XPOM”, “Ações XPOM”), representativas de 34,55% do capital social da Asteri, conforme detalhado na Nota 5.1.4. Como resultado da aquisição, a Companhia passa a ser titular da totalidade das ações, ordinárias e preferenciais, de emissão da Asteri. Como contrapartida pela aquisição das Ações XPOM, a Companhia pagou ao Fundo XPOM o montante de R\$137.371.

4.14 Efeito do Novo Coronavírus nas Demonstrações Financeiras

A Companhia vem acompanhando o avanço da pandemia do novo Coronavírus (“Covid-19”) e não foi observado até a data da apresentação destas Demonstrações financeiras nenhum impacto relevante em suas atividades, embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos dessa pandemia. Também foram adotadas medidas de segurança para as unidades administrativas com o objetivo de manter a continuidade das atividades conforme determina o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. A Companhia seguirá observando atentamente o desenvolvimento desse assunto, bem como seus eventuais impactos financeiros.

5. AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES

Política contábil

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia, que consiste em 4 etapas:

- Determinar a data de aquisição;
- Determinar o adquirente e a adquirida;
- Determinar a contraprestação transferida pela aquisição do controle (Preço); e
- Mensurar o ágio ou ganho por compra vantajosa.

A data da aquisição é a data em que normalmente a Companhia assume o controle dos ativos.

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

A contraprestação transferida para a aquisição de um negócio é o valor justo dos ativos transferidos, incluindo caixa, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia na data da aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Custos diretamente relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou ganho por compra vantajosa é mensurado pela diferença entre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em relação à contraprestação transferida e é reconhecido na data da aquisição. Quando a contraprestação transferida é maior que o valor justo dos ativos, um *goodwill* é reconhecido no ativo e testado para fins de *impairment* de acordo com a política contábil descrita na Nota 13. Quando é menor, um ganho por compra vantajosa é reconhecido no resultado do exercício.

Os ativos intangíveis reconhecidos no âmbito da combinação de negócios são contabilizados de acordo com a política contábil descrita na Nota 12.

Quando uma transação envolver a assunção de controle de negócios pela Companhia, mas sem haver alteração nas partes controladoras finais desse negócio, a Companhia registra a transação pelos seus valores contábeis, sem qualquer ganho ou ágio.

As aquisições de participação em negócios de controle compartilhado também são contabilizadas pelo método de aquisição, contudo considerando a proporção da participação adquirida nos ativos e passivos do negócio controlado em conjunto.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A contabilização da combinação de negócios requer que a Companhia exerça julgamento crítico em relação à determinação do valor justo dos ativos e passivos dos negócios que estão sendo adquiridos. Nesse sentido, a Companhia assume premissas sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros de energia, taxas de juros, inflação, condições climáticas, custos operacionais e vidas úteis dos ativos. Alterações em algumas dessas premissas poderão impactar os negócios e os resultados esperados podem divergir materialmente dos valores estimados na data da aquisição do controle.

5.1 Transações ocorridas em 2020

5.1.1 Aquisição de Delta 7 e Delta 8

O Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de dezembro de 2018, aprovou, após recomendação do Comitê de Operações com Ativos de partes relacionadas, a celebração pela Companhia de *Term Sheet* entre a Companhia e a Omega Gestora de Recursos Ltda em conjunto com a Tarpon Gestora de Recursos S.A. ("Gestoras") por meio do qual a Companhia e as Gestoras outorgaram-se, respectivamente, opções de (i) aquisição ou reorganização societária e (ii) alienação ou reorganização societária para transferência dos ativos de geração de energia eólica denominados Delta 7 e Delta 8, com capacidade instalada de 97,2 MW, que entraram em operação comercial no final de 2019, ambos localizados no Maranhão, adjacentes ao Complexo Eólicos Delta 3, Delta 5 e Delta 6.

Em 08 de janeiro de 2020, a Companhia divulgou por meio de Fato Relevante a conclusão da operação, resultando na aquisição da totalidade das ações de emissão de Delta 7 Energia S.A. (“Delta 7”) e da totalidade das ações de emissão de Delta 8 Energia S.A. (“Delta 8”), após cumprimento das condições precedentes estabelecidas na operação. O preço pago foi de R\$ 282.836, correspondente ao valor justo dos parques na data da aquisição, havendo sido posteriormente reconhecido o montante de R\$3.642 em função da variação de capital de giro dos ativos. Adicionalmente, até R\$ 14.323 poderão ser pagos após 3 anos condicionados ao desempenho de Delta 7 e até R\$ 4.764 condicionados ao desempenho de Delta 8.

A transação de aquisição de Delta 7 e Delta 8 foi realizada com fundos de investimentos geridos no contexto do grupo de controle da Companhia. Nesse sentido, a Companhia concluiu não ser aplicável a contabilização pelo método de aquisição preconizado pelo CPC15, uma vez que a transação está fora do escopo do referido pronunciamento. Assim, os ativos adquiridos e passivos assumidos foram registrados pelos valores contábeis, de acordo com os preceitos do CPC 36.

As principais condições precedentes estabelecidas no contrato para aquisição foram concluídas em 08 de janeiro de 2020, passando assim a Companhia a deter o controle das operações de Delta 7 e Delta 8, consolidando suas demonstrações financeiras a partir desse mês.

De acordo com o CPC 36, a diferença entre o montante pago e o valor do patrimônio líquido dos ativos na data da aquisição foi contabilizado na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da Omega, como resultado na transação entre acionistas, e é calculado conforme tabela a seguir:

	R\$ mil
Preço pago na aquisição	282.836
Ajuste de preço (i)	3.642
Total pago na aquisição	286.478
(-) Patrimônio líquido de Delta 7 na aquisição	(88.745)
(-) Patrimônio líquido de Delta 8 na aquisição	(50.050)
(=) Resultado na transação com acionistas	147.683

(i) O Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças previa ajuste de preço de fechamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi reconhecido o montante de R\$3.642 em função da variação de capital de giro dos ativos.

O valor contábil dos ativos e passivos na consolidação inicial estão apresentados a seguir:

Saldos consolidados em 1º de janeiro de 2020	Delta 7	Delta 8
Caixa e equivalentes de caixa	89.224	50.505
Clientes	13.840	9.671
Outros ativos	2.038	1.063
Aplicações financeiras - Caixa restrito	4.878	2.570
Imobilizado (Nota 11)	265.714	143.246
Intangível (Nota 12)	3.788	2.106
Ativos	379.482	209.161
Fornecedores	3.356	929
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	273.364	146.701
Passivos de arrendamento (Nota 19)	3.735	2.071
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.880	970
Outras obrigações	8.402	8.440
Passivos	290.737	159.111
Total dos ativos líquidos	88.745	50.050

5.1.2 Aquisição Assuruá III

A Companhia celebrou com o Fundo de Investimentos em Participações em Infraestrutura Energias Renováveis (“FIP IEER”), em 27 de dezembro de 2019, um acordo vinculante para transferência da totalidade das ações de emissão da Assuruá III – Centrais Eólicas Assuruá III SPE S.A., detentoras dos

projetos de geração eólica Laranjeiras III e Laranjeiras IX, localizados no interior da Bahia. Essa aquisição faz parte do acordo de primeira oferta que a Companhia possui sobre o portfólio do FIP IEER.

A conclusão da operação ocorreu em 30 de março de 2020, após a verificação pelo Conselho de Administração da Companhia sobre a conclusão das condições precedentes, seguida (i) do pagamento em caixa no valor de R\$19.771, restando uma parcela de R\$448, que foi paga em 06 de abril de 2020, no âmbito da aquisição de 10% das ações de Assuruá III; e (ii) da entrega de 5.000.000 de ações de emissão da Companhia, no âmbito da incorporação de 90% das ações de Assuruá III.

A transação foi contabilizada pelo método de aquisição preconizado pelo CPC15, visto que as partes que controlavam o ativo antes da transação não faziam parte do bloco de controle da Omega, portanto, configurando a transação como uma combinação de negócios.

A Companhia concluiu a alocação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos nesta transação, conforme previstos no CPC 15 - Combinação de negócios.

Os custos relacionados à transação totalizaram R\$455, e foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

(a) Contraprestação transferida pela aquisição do controle

O preço da transação foi composto pelas parcelas pagas e a pagar em dinheiro bem como a emissão de ações ordinárias, conforme tabela a seguir:

Item	R\$	Referência
Parcela paga em caixa em 30 de março de 2020	19.771	
Parcela paga em caixa em 06 de abril de 2020	448	
Emissão de 5.000.000 ações ordinárias	201.016	(i)
Ajuste a valor justo nas ações emitidas	(57.666)	(ii)
Total da contraprestação transferida pela aquisição do controle	163.569	

(i) Emissão de ações

A emissão de 5.000.000 ações ordinárias foi aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2020, dentro do capital social autorizado da Companhia. O Capital Social foi aumentado em R\$201.016, representando um preço de emissão de R\$40,20318/ação, correspondente ao valor justo de 90% das ações de Assuruá III. O valor justo das ações foi avaliado por avaliador independente, nos moldes da Lei 6.404/76.

(ii) Ajuste a valor justo nas ações emitidas

De acordo com o item 37 do CPC15(R1), as ações emitidas foram reavaliadas contabilmente ao seu valor justo na data da aquisição por serem instrumentos patrimoniais emitidos como contraprestação transferida pelo controle de Assuruá III. Ao fazer essa avaliação, a Companhia levou em consideração que as ações são ativos com preço cotado em mercado ativo, dentro no Nível 1 de valor justo estabelecido pelo CPC 48 e considerou o preço negociado na B3 na data de aquisição, no valor de R\$28,67/ação.

Com isso, foi registrado um ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido no montante dessa diferença de preço, no valor de R\$57.666, em contrapartida do valor da contraprestação transferida.

(b) Ativos adquiridos e passivos assumidos da Assuruá III

No quadro a seguir, apresentamos um resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos pelos seus valores contábeis, ajustados preliminarmente aos valores justos de Assuruá III na data da aquisição, 30 de março de 2020:

Consolidado em 30 de março de 2020	Valores contábeis	Ajuste de valor justo (i)	Valores ajustados
Caixa e equivalentes de caixa	6.947	-	6.947
Contas a receber de clientes	1.593	-	1.593
Demais ativos circulantes	85	-	85
Imobilizado (Nota 11)	252.573	-	252.573
Intangível (Nota 12)	-	149.473	149.473
Total dos ativos adquiridos	261.198	149.473	410.671
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	182.872	-	182.872
Passivos operacionais circulantes	4.100	-	4.100
Outras obrigações não circulantes	601	-	601
Total dos passivos assumidos	187.573	-	187.573
Acervo líquido adquirido	73.625	149.473	223.098

(i) Ajuste ao valor justo

A Companhia preparou a avaliação dos ativos e passivos ao valor justo, considerando os seguintes aspectos:

- **Caixa, equivalentes de caixa, recebíveis, dívidas e demais ativos e passivos operacionais:** as operações de Assuruá III registradas nessas rubricas estão representadas por contratos realizados em condições normais de mercado, portanto os valores contábeis se aproximavam de seus valores justos. Em relação aos recebíveis, não há expectativa de perda;
- **Imobilizado:** os parques eólicos de Assuruá III são novos, portanto, representam seu valor justo ao se considerar a metodologia do custo de reposição;
- **Intangíveis:** a avaliação preliminar resultou na atribuição de valor aos contratos de comercialização de energia eólica vigentes na data da aquisição, bem como aos direitos decorrentes da autorização governamental de exploração de energia eólica, conforme tabela a seguir:

Item	R\$	Vida útil	Método de avaliação	Premissas de avaliação
Contratos de comercialização de energia	79.740	19 anos	<i>Income approach:</i> análise dos resultados projetados da empresa, antes dos impostos, considerando os volumes e preços contratados, bem como os custos de operação e manutenção, bem como demais despesas operacionais projetadas. Foram considerados os encargos sobre os ativos contributórios diretamente vinculados aos ativos em questão (CAC)	Período projetivo: de até 50 anos Taxa CAPM nominal 12,2%a.a. (termos reais) Capacidade instalada: 50MW Margem EBIT: 62%
Autorização governamental	69.733	51 anos		
Total dos ativos intangíveis	149.473			

(c) Reconhecimento contábil do ganho por compra vantajosa

De acordo com o item 32 do CPC 15, um ganho por compra vantajosa no valor de R\$59.529 foi reconhecido na data da aquisição, sendo mensurado pelo montante em que o valor justo dos ativos foi superior à contraprestação transferida pela aquisição do controle, conforme quadro a seguir:

	R\$ mil
Contraprestação transferida (item (a))	(163.569)
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos (item (b))	223.098
(=) Ganho por compra vantajosa	59.529

O ganho por compra vantajosa resultou, em sua maior parte, do descasamento entre o valor justo da contraprestação em ações da Companhia na data de transferência de controle dos ativos conforme item a(i) acima e o valor das ações no fechamento do mercado na mesma data conforme item a(ii).

Como consequência, o ganho por compra vantajosa registrado na transação é neutralizado pela legislação fiscal e, por transitar no resultado do período de maneira definitiva nesta situação, é considerado como uma exclusão permanente na apuração do IRPJ e da CSLL. Portanto, em relação ao montante de R\$57.412,

correspondente ao ajuste ao valor justo das ações emitidas e que compõe o ganho por compra vantajosa, não foi registrado um passivo fiscal diferido. A parcela remanescente do ganho compõe base fiscal e será tributada de maneira definitiva no futuro apenas se o ganho for realizado por venda ou reorganização societária envolvendo essa participação.

Nos termos do CPC 32, um passivo fiscal foi reconhecido no valor de R\$719, porém compensado pelo reconhecimento de um ativo fiscal diferido de mesmo valor sobre prejuízos fiscais existentes na data das demonstrações financeiras e, por serem compensáveis, não apresentam valores nas demonstrações financeiras.

5.1.3 Aquisição Nova Indaiá 1 e Nova Indaiá 2

A Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda com a Omega Desenvolvimento de Energia S.A. e Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A., detentoras de 100% ações da Nova Indaiá 1 e Nova Indaiá 2.

O preço pago pela aquisição foi pelo valor de livro, cujo acervo líquido é de R\$100 (cem reais) para cada empresa, totalizando R\$200 (duzentos reais), mediante depósito bancário.

	Nova Indaiá 1	%	Nova Indaiá 2	%
Omega Desenvolvimento de Energia S.A.	99	99	99	99
Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	1	1	1	1
	100	100	100	100

Esta transação de aquisição foi realizada com fundos de investimentos geridos no contexto do grupo de controle da Companhia. Nesse sentido, a Companhia concluiu não ser aplicável a contabilização pelo método de aquisição preconizado pelo CPC15, uma vez que a transação está fora do escopo do referido pronunciamento. Assim, os ativos adquiridos e passivos assumidos foram registrados pelos valores contábeis, de acordo com os preceitos do CPC 36.

De acordo com o CPC 36, a diferença entre o montante pago e o valor do patrimônio líquido dos ativos na data da aquisição deve ser contabilizado no patrimônio líquido da Omega. Não houve como resultado desta transação entre acionistas valores registrados no patrimônio líquido uma vez que o valor pago foi equivalente ao valor do acervo líquido das adquiridas.

Em 31 de agosto de 2020, as empresas Indaiá Grande e Indaiá Zinho incorporaram a Nova Indaiá 1 e Nova Indaiá 2, respectivamente. O valor dos ativos e passivos incorporados estão apresentados a seguir:

	Nova Indaiá 1	Nova Indaiá 2
Caixa e equivalentes de caixa	38.341	31.370
Aplicações financeiras - Caixa restrito	179	150
Ativos	38.520	31.520
Empréstimos e financiamentos	38.370	31.394
Obrigações tributárias	6	5
Passivos	38.376	31.399
Total dos ativos líquidos	144	121

Em função dos ativos terem sido registrados pelos valores contábeis, não houve reconhecimento de qualquer ágio ou ganho nas demonstrações financeiras.

Tal operação não causou efeito nas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que todas as empresas já eram subsidiárias integrais da Omega Geração.

5.1.4 Aquisição da totalidade de ações em Asteri

Em 30 de outubro de 2020, conforme menciona acima, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade de ações preferenciais conversíveis em ações ordinárias de emissão da Asteri detidas pelo Fundo XPOM, representativas de 34,55% do capital social da Asteri. Como resultado da aquisição, a Companhia passa a ser titular da totalidade das ações, ordinárias e preferenciais, de emissão da Asteri. Como contrapartida pela aquisição da titularidade das Ações XPOM, a Companhia pagou ao Fundo XPOM o montante de R\$137.371.

A Aquisição decorreu do exercício, em 27 de outubro de 2020, do direito de preferência da Omega para comprar e adquirir a totalidades das Ações XPOM, pelo Preço das Ações, nos mesmos termos e condições da oferta vinculativa submetida por XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ao Fundo XPOM em 20 de outubro de 2020.

De acordo com o CPC 36, a diferença entre o montante pago e o valor do patrimônio líquido dos ativos na data da aquisição foi contabilizado na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da Omega, como resultado na transação entre acionistas, e é calculado conforme tabela a seguir:

	R\$ mil
Preço pago na aquisição	137.371
(-) Patrimônio líquido na aquisição	(47.428)
(=) Resultado na transação com acionistas	89.343

5.1.5 Aquisição do Complexo Chuí

Em 30 de novembro de 2020, foi concluída aquisição de 78% dos ativos das SPEs que compõe Complexo Santa Vitória do Palmar e de 99,99% dos ativos das SPEs que compõe Complexo Hermenegildo, ambos localizados no estado do Rio Grande do Sul (coletivamente “Complexo Chuí”).

A transação foi realizada por meio do oferecimento de proposta firme de aquisição pela Companhia à Eletrobras, datada de 30 de julho de 2020 e posterior celebração dos respectivos contratos de compra e venda de ações em 8 de setembro de 2020, sob condições suspensivas, que vinculava o fechamento da transação incluindo aprovação da autoridade antitruste brasileira (“CADE”) e o consentimento de credores. Essas condições precedentes foram cumpridas ao longo do 2º semestre de 2020, tendo sido concluídas até 30 de novembro de 2020, data em que as partes efetivaram transferência de controle.

O valor final pago pela Omega após as atualizações monetárias e movimentações da dívida totalizaram R\$618.155. Considerando a assunção de dívida líquida de R\$793.414 (conforme tabela (a) contraprestação transferida pela aquisição do controle), o valor final da transação foi de R\$1.411.569.

O Complexo Chuí, localizado nas cidades de Chuí (RS) e Santa Vitória do Palmar (RS), é composto por 28 parques eólicos, totalizando 582,8 MW de capacidade instalada e está em operação comercial desde 2015. Os empreendimentos estão contratados no ambiente livre de contratação (“ACL”) e somam 302 aerogeradores, sendo 201 da Siemens Gamesa e 101 da GE, com contratos *full service* de O&M.

A transação foi contabilizada pelo método de aquisição preconizado pelo CPC15, visto que as partes que controlavam o ativo antes da transação não faziam parte do bloco de controle da Omega, portanto, configurando a transação como uma combinação de negócios.

A Companhia concluiu a alocação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos nesta transação, conforme previstos no CPC 15 – Combinação de negócios.

Os custos relacionados à aquisição de R\$2.936 foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

Desde 30 de novembro de 2020, data de sua aquisição, o Complexo Chuí contribuiu para a Companhia com uma receita líquida de R\$39.964 e prejuízo líquido de R\$16.704.

Caso sua aquisição tivesse ocorrido no início do exercício de 2020 o Complexo Chuí teria contribuído para a Companhia com uma receita líquida de R\$321.054 e lucro líquido de R\$42.388.

(a) Contraprestação transferida pela aquisição do controle

O preço da transação foi dividido em 2 parcelas, conforme detalhado a seguir, que somadas à dívida líquida existente nas empresas adquiridas, formam o valor total da transação:

Item	UGC Santa Vitória do Palmar	UGC Hermenegildo	R\$ Referência
Parcela de 5% paga em caixa em 08 de setembro de 2020	23.519	7.254	30.773
Parcela remanescente atualizada conforme contrato e paga em caixa em 30 de novembro de 2020	448.922	138.460	587.382
Total da contraprestação transferida pela aquisição do controle	472.441	145.714	618.155
Dívida líquida existente nas empresas adquiridas	465.492	327.922	793.414 (i)
Valor final da transação (enterprise value de Complexo Chuí)	937.933	473.636	1.411.569

(i) Dívida líquida Complexo Chuí na data de aquisição

A dívida líquida existente em 30 de novembro de 2020 nas empresas que compõem Chuí decorre do financiamento da implantação do parque e está representada por contratos com o BNDES e BRDE e por debêntures, líquida do saldo em caixa, conforme tabela a seguir:

	UGC Santa Vitória do Palmar	UGC Hermenegildo	Total
Caixa e equivalentes de caixa	42.519	68.218	110.737
Caixa restrito	211.392	16.404	227.796
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(719.403)	(412.544)	(1.131.947)
Dívida líquida (*)	(465.492)	(327.922)	(793.414)

(*) O valor se refere à dívida líquida na proporção da participação da Controladora, sendo UGC Santa Vitória do Palmar de 78% e Hermenegildo de 99,99%.

Os detalhes sobre as taxas, prazos e garantias das dívidas estão apresentados na Nota 14.

(b) Ativos adquiridos e passivos assumidos de Chuí

No quadro a seguir, apresentamos um resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos pelos seus valores contábeis, ajustados aos valores justos do Complexo de Chuí na data da aquisição, 30 de novembro de 2020. O quadro a seguir demonstra o resultado da avaliação final:

Consolidado em 30 de novembro de 2020	UGC Santa Vitória do Palmar		
	Valores contábeis	Ajuste de valor justo (i)	Valores ajustados
Caixa e equivalentes de caixa	54.511	-	54.511
Clientes	22.982	-	22.982
Demais ativos	49.802	-	49.802
Caixa restrito	271.015	-	271.015
Imobilizado	1.435.663	(254.509)	1.181.154
Intangível	85.674	96.773	182.447
Total dos ativos adquiridos	1.919.647	(157.736)	1.761.911
Empréstimos e financiamentos	922.312	-	922.312
Fornecedores	119.314	-	119.314
Obrigações trabalhistas e tributárias	4.950	-	4.950
Outras obrigações	109.642	-	109.642
Total dos passivos assumidos	1.156.218	-	1.156.218
Acervo líquido adquirido	763.429	(157.736)	605.693
Valor justo da participação de não controladores			(133.252)
Total da Contraprestação			472.441

(i) Valores representam 100% do ajuste sendo que na Controladora o montante proporcional foi de R\$ 198.517 na menos valia do Ativo imobilizado e R\$ 75.483 na mais valia do Ativo intangível.

Não foi auferido ágio ou ganho por compra vantajosa como reflexo da aquisição da UGC Santa Vitória do Palmar.

Consolidado em 30 de novembro de 2020	UGC Hermenegildo		
	Valores contábeis	Ajuste de valor justo (i)	Valores ajustados
Caixa e equivalentes de caixa	68.225	-	68.225
Clientes	8.933	-	8.933
Demais ativos	150.726	-	150.726
Caixa restrito	16.405	-	16.405
Imobilizado	577.424	(152.481)	424.943
Intangível	24.297	-	24.297
Total dos ativos adquiridos	846.010	(152.481)	693.529
Empréstimos e financiamentos	412.585	-	412.585
Fornecedores	23.936	-	23.936
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.692	-	1.692
Outras obrigações	18.370	-	18.370
Total dos passivos assumidos	456.583	-	456.583
Acervo líquido adquirido	389.427	(152.481)	236.946
Valor justo da participação de não controladores			(23)
Ganho por compra vantajosa na aquisição			(91.209)
Total da Contraprestação			145.714

(ii) Valores representam 100% do ajuste sendo que na Controladora o montante proporcional foi de R\$ 152.466 na menos valia do Ativo imobilizado.

De acordo com o item 32 do CPC 15, um ganho por compra vantajosa no valor de R\$91.209 referente à UGC Hermenegildo, foi reconhecido na data da aquisição sendo mensurado pelo montante em que o valor justo dos ativos foi superior à contraprestação transferida pela aquisição do controle.

De acordo com a Lei 12.973/14 e alterações subsequentes, o preço de aquisição para fins fiscais é composto pelos valores oriundos pelos atos celebrados no âmbito da legislação comercial, excluindo da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, portanto, qualquer efeito contábil oriundo da aplicação de avaliações ao valor justo de ativos, passivos e instrumentos patrimoniais de emissão da entidade, como aqueles requeridos pelo CPC15(R1), sendo reconhecidos apenas no momento de sua venda ou reorganização societária envolvendo essa participação, caso os ativos relacionados ao reconhecimento da compra vantajosa não tenham sido baixados.

Como consequência, o ganho por compra vantajosa registrado na transação é neutralizado de forma temporária pela legislação fiscal apesar de transitar no resultado do exercício de maneira definitiva.

Portanto, em relação ao montante de R\$91.209 referente ao ganho por compra vantajosa, foi registrado um passivo fiscal diferido no montante de R\$31.009.

(i) Ajuste ao valor justo

A Companhia preparou a avaliação dos ativos e passivos ao valor justo com base nas projeções e modelos desenvolvidos internamente, considerando os seguintes aspectos:

- **Caixa, equivalentes de caixa, recebíveis, dívidas e demais ativos e passivos operacionais:** as operações de Chuí registradas nessas rubricas estão representadas por contratos realizados em condições normais de mercado, portanto os valores contábeis se aproximavam de seus valores justos. Em relação aos recebíveis, não há expectativa de perda;
- **Imobilizado:** os parques eólicos de Chuí foram avaliados na metodologia do fluxo de caixa descontado e apresentou indicativos de não recuperabilidade dos ativos, e com isso registrou uma menor valia no montante de R\$350.983, cujas premissas de avaliação estão apresentadas na tabela a seguir;
- **Intangíveis:** a avaliação preliminar resultou na atribuição de valor aos direitos decorrentes da autorização governamental de exploração de energia eólica referente a UGC Santa Vitória do Palmar, conforme tabela a seguir:

Item	R\$	Vida útil	Método de avaliação	Premissas de avaliação
Autorização governamental	75.483	36 anos	<i>Income approach:</i> análise dos resultados projetados da empresa, antes dos impostos, considerando os volumes e preços contratados, bem como os custos de operação e manutenção, bem como demais despesas operacionais projetadas. Foram considerados os encargos sobre os ativos contributórios diretamente vinculados aos ativos em questão (CAC)	Período projetivo: de até 50 anos Taxa CAPM nominal 11,5%a.a. (termos reais) Capacidade instalada: 1.869W Margem EBIT: 54%
Total dos ativos intangíveis	75.483			

(c) Earn-out geração e opção de venda

No contrato de compra de venda da UGC Hermenegildo existe a possibilidade de pagamento de earn-out relacionado a geração de energia do triênio 2020-2022 comparativamente ao triênio 2016-2018, onde caso a geração média do triênio de 2020-2022 seja superior à do triênio anterior, um valor de R\$ 185/MWh deverá ser pago pela Omega a vendedora na geração excedente.

A Companhia firmou acordo com a Brave Winds, (detentora dos 22% restantes da UGC Santa Vitória do Palmar) que, sujeito a algumas condições, poderá levá-la a deter 100% das ações da SPE detentora dos ativos relativos a UGC Santa Vitória do Palmar até 30 de junho de 2022 em troca de 3.236.607 ações de emissão da companhia.

Após analisar os termos do earn-out e opção de venda, a Companhia entendeu não ser necessário registro dos valores na data de aquisição.

5.1.6 Aquisição de participação em negócios controlados em conjunto: Ventos da Bahia 1 e 2

Conforme mencionado na Nota 4.10, em 23 de agosto de 2020 a Companhia concluiu a aquisição da participação de 50% no Complexo Ventos da Bahia 1 e 2 da EDF Renewables do Brasil (EDF EN do Brasil Participações Ltda.).

A transação foi realizada por meio da assinatura pelas partes de um contrato de compra e venda (“CCV”), datado de 23 de agosto de 2020 sob condições habituais de fechamento, incluindo aprovação de credores e do CADE, sendo que todas essas condições foram cumpridas até 08 de dezembro de 2020, data em que a transação foi consumada pelas partes.

A liquidação financeira da operação ocorreu na data do fechamento com o pagamento de R\$360,5 milhões aos vendedores.

Com a conclusão da transação, a Companhia e a EDF passaram a gerir os negócios do Complexo Ventos da Bahia 1 e 2 de forma conjunta, com base em acordo de acionistas, que estabelece que as decisões substantivas do negócio devem ser tomadas em conjunto, sem a preponderância de qualquer um dos sócios. A Companhia e a EDF têm o direito à indicação de um número igual de membros do Conselho de Administração e da Diretoria executiva.

A Companhia classificou essa participação como uma joint venture, conforme preconizado no CPC 18, e registra esse investimento pelo método de equivalência patrimonial, sem consolidar seus ativos, passivos e resultados. A transação está sendo inicialmente contabilizada pelo método de aquisição preconizado pelos CPC 18 e CPC15.

O Complexo Ventos da Bahia 1 e 2, localizados nos municípios de Bonito e Mulungu do Morro (BA), são compostos por 7 projetos, totalizando 182,6 MW da capacidade instalada e estão 100% operacionais.

Os custos relacionados à aquisição de R\$800 foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

Desde 08 de dezembro de 2020, data de sua aquisição, o Complexo Ventos da Bahia 1 e 2 contribuiu para a Companhia com lucro líquido de R\$872.

Caso sua aquisição tivesse ocorrido no início do exercício de 2020 o Complexo Ventos da Bahia 1 e 2 teria contribuído para a Companhia com lucro líquido de R\$10.670.

O Complexo Ventos da Bahia 1 e 2 é composto por 2 holdings e 7 parques eólicos, juridicamente distintos, adquiridos separadamente. Ao alocar os valores da transação, a Companhia avaliou existir apenas uma unidade geradora de caixa, visto a interdependência da operação dos parques e uso comum de utilidades como subestação de transformação e linhas de transmissão. A existência das holdings está ligada ao faseamento dos investimentos

(a) Contraprestação transferida pela aquisição da participação

O valor do preço pago pela transação foi de R\$360.500, cujo pagamento foi feito em parcela única, em dinheiro, na data de fechamento.

(b) Ativos adquiridos e passivos assumidos

No quadro a seguir, apresentamos um resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, referentes ao Complexo Ventos da Bahia 1 e 2, pelos seus valores contábeis, ajustados aos valores justos na data da aquisição. Essas informações representam os balanços combinados do Complexo Ventos da Bahia 1 e 2 na data da aquisição:

Consolidado em 30 de novembro de 2020	Valores contábeis	Ajuste de valor justo (i)	Valores ajustados
Caixa e equivalentes de caixa	118.681	-	118.681
Clientes	61.359	-	61.359
Demais ativos	3.849	-	3.849
Caixa restrito	30.834	-	30.834
Imobilizado	999.840	-	999.840
Intangível	16.131	336.197	352.328
Total dos ativos	1.230.694	336.197	1.566.891
Empréstimos e financiamentos	780.876	-	780.876
Fornecedores	3.958	-	3.958
Outras obrigações	52.282	-	52.282
Total dos passivos	837.116	-	837.116
Acervo líquido	393.578	336.197	729.775
Percentual adquirido			50%
Acervo líquido			364.888

(i) Ajuste ao valor justo

A Companhia preparou a avaliação dos ativos e passivos ao valor justo com base em avaliações independentes, considerando os seguintes aspectos:

- **Caixa, equivalentes de caixa, recebíveis, dívidas e demais ativos e passivos operacionais:** estão representadas por contratos realizados em condições normais de mercado, portanto os valores contábeis se aproximavam de seus valores justos. Em relação aos recebíveis, não há expectativa de perda;
- **Imobilizado:** os ativos do Complexo Ventos da Bahia 1 e 2 são novos, com construção concluída em data próxima à aquisição, portanto representam seu valor justo ao se considerar a metodologia do custo de reposição;
- **Intangíveis:** a avaliação preliminar resultou na atribuição de valor aos contratos de comercialização de energia eólica, bem como da existência de autorização governamental de exploração de energia eólica, conforme tabela a seguir:

Item	Média da		Método de avaliação	Premissas de avaliação
	R\$	vida útil		
Contratos de comercialização de energia	140.609	17,9	<i>Income approach:</i> análise dos resultados projetados da empresa, antes dos impostos, considerando os volumes e preços contratados, bem como os custos de operação e manutenção, bem como demais despesas operacionais projetadas. Foram considerados os encargos sobre os ativos contributórios diretamente vinculados aos ativos em questão (CAC)	Período projetivo: de até 50 anos Taxa CAPM nominal 11,5%a.a. (termos reais) Capacidade instalada: 182,6W Margem EBIT: 54%
Autorização governamental	27.489	50,5		
Total dos ativos intangíveis	168.098			

(c) Reconhecimento contábil do ganho por compra vantajosa

De acordo com o item 32 do CPC 15, um ganho por compra vantajosa no valor de R\$4.388 referente ao Complexo Ventos da Bahia 1 e 2, foi reconhecido na data da aquisição sendo mensurado pelo montante em que o valor justo dos ativos foi superior à contraprestação transferida pela aquisição do controle, conforme quadro a seguir:

	R\$ mil
Contraprestação transferida (item (a))	(360.500)
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos - 50%	364.888
(=) Ganho por compra vantajosa	4.388

De acordo com a Lei 12.973/14 e alterações subsequentes, o preço de aquisição para fins fiscais é composto pelos valores oriundos pelos atos celebrados no âmbito da legislação comercial, excluindo da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, portanto, qualquer efeito contábil oriundo da aplicação de avaliações ao valor

justo de ativos, passivos e instrumentos patrimoniais de emissão da entidade, como aqueles requeridos pelo CPC15(R1), sendo reconhecidos apenas no momento de sua venda ou reorganização societária envolvendo essa participação, caso os ativos relacionados ao reconhecimento da compra vantajosa não tenham sido baixados.

Como consequência, o ganho por compra vantajosa registrado na transação é neutralizado de forma temporária pela legislação fiscal apesar de transitar no resultado do exercício de maneira definitiva. Portanto, em relação ao montante de R\$4.388, referente ao ganho por compra vantajosa, foi registrado um passivo fiscal diferido no montante de R\$1.490.

(d) Ajuste de preço

O CCV possui cláusula de ajuste de preço de compra que determina um pagamento adicional ao preço da transação que pode variar caso haja diferença entre a posição da dívida líquida utilizada na avaliação das empresas e a dívida líquida registrada no fechamento da transação.

Após analisar os termos dos ajustes de preço de compra, a Companhia entendeu não ser necessário registro dos valores na data de aquisição.

5.2 Transações ocorridas em 2019

5.2.1 Transferência de ativos de Delta 5 e Delta 6

O Conselho de Administração, após recomendação efetuada pelo Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas, em reunião realizada em 18 de dezembro de 2017 aprovou a celebração pela Companhia de contrato para transferência de ativos de geração de energia, tendo como contraparte Omega Desenvolvimento Maranhão Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“DEV FIP Maranhão”) e Omega Desenvolvimento II Fundo de Investimento em Participações (“DEV FIP II”), por meio do qual a Companhia, sujeito a determinadas condições precedentes, passou a deter opções de compra da totalidade das ações de determinadas holdings titulares e proprietárias de ativos de geração de energia eólica e solar ainda em fase de desenvolvimento e que participariam do Leilão A-4 de 2017 e do Leilão A-6 (“Leilões”) e outorgou opções de venda de ações das referidas holdings a esses fundos.

O contrato teve como objeto a aquisição de projetos de geração de energia eólica e solar localizados no Estado do Maranhão e Piauí e tinha sua eficácia condicionada ao fato de um ou mais de um dos projetos sagrarem-se vencedores nos leilões dos quais foram participantes. Em 20 de dezembro de 2017, os projetos eólicos localizados no Maranhão, compostos por 2 empreendimentos (Delta 5) com capacidade instalada projetada de 54 MW e 2 empreendimentos (Delta 6) com capacidade instalada projetada de 54 MW, sagraram-se vencedores do Leilão A-6. O início da operação comercial ocorreu em janeiro de 2019.

A transferência dos ativos foi realizada por meio de uma reorganização societária, em contrato assinado em janeiro de 2019, que estabeleceu a troca de ações de emissão da Omega pelas ações detidas de Delta 5 e Delta 6 pelos fundos ex-proprietários, com base no valor de mercado dessas ações calculado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado. Posteriormente, em 28 de fevereiro de 2019, em continuidade ao processo de transferência de ativos mencionado no parágrafo anterior, as holdings detentoras dos ativos de Delta 5 e Delta 6 foram incorporadas pela Companhia, como resultado da conclusão da reorganização societária. Foram emitidas 18.788.469 ações ordinárias da Companhia em contrapartida da incorporação de Delta 5 e Delta 6, sendo a relação média de troca de 0,36 ações da Omega para cada ação de Delta 5 e Delta 6.

A transação de transferência dos ativos de Delta 5 e Delta 6 foi realizada com fundos de investimentos geridos no contexto do grupo de controle da Companhia. Nesse sentido, a Companhia concluiu não ser aplicável a contabilização pelo método de aquisição preconizado pelo CPC15, uma vez que a transação está fora do escopo do referido pronunciamento. Assim, foram utilizados os valores contábeis para o registro inicial da transação.

As principais condições precedentes estabelecidas no contrato para transferência de ativos foram concluídas em janeiro de 2019, passando assim a Companhia a deter o controle das operações de Delta 5 e Delta 6, consolidando suas demonstrações financeiras a partir dessa data.

O aumento de capital pela transferência dos ativos foi determinado com base no valor contábil líquido dos ativos de Delta 5 e Delta 6 avaliados por avaliador independente, conforme tabela a seguir:

	R\$ mil
Valor destinado ao capital social com base no laudo de avaliação ¹	69.966
Reserva de ágio na emissão de ações ²	75.595
Total do aumento no patrimônio líquido da Omega	145.561

1 – Valor determinado com base em laudo de avaliação na data base 30 de setembro de 2018.

2 – A reserva de ágio decorrente da variação patrimonial de Delta 5 e Delta 6 entre a data base do laudo de avaliação e a efetiva contribuição ao patrimônio líquido da Omega.

O valor contábil dos ativos e passivos na consolidação inicial estão apresentados a seguir:

Saldos consolidados em 1º de janeiro de 2019	Delta 5	Delta 6
Caixa e equivalentes de caixa	2.133	1.259
Outros ativos	5.260	4.678
Caixa restrito	3.912	3.892
Imobilizado (Nota 11)	207.584	212.035
Ativos	218.889	221.864
Fornecedores	3.304	10.110
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	134.830	133.732
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.923	1.103
Outras obrigações	2.922	6.268
Passivos	143.979	151.213
Total dos ativos líquidos	74.910	70.651

Em função dos ativos terem sido registrados pelos valores contábeis, não houve reconhecimento de qualquer ágio ou ganho nas demonstrações financeiras.

5.2.2 Aquisição Assuruá – Centrais Eólicas Assuruá, detentora dos projetos Assuruá I e Assuruá II

Em 5 de junho de 2019, foi concluída a aquisição das ações de Assuruá – Centrais Eólicas Assuruá, detentora dos projetos Assuruá I e Assuruá II, no interior da Bahia, do FIP IEER.

A transação foi realizada por meio da assinatura pelas partes de um CCV (Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças), datado de 28 de dezembro de 2018, sob condições suspensivas, que vinculava o fechamento da transação incluindo aprovação da autoridade antitruste brasileira (“CADE”) e o consentimento de credores. Essas condições precedentes foram cumpridas ao longo do 1º semestre de 2019, tendo sido concluídas até 31 de maio de 2019, data em que as partes elegeram contratualmente para a transferência do controle. O fechamento da operação ocorreu por meio da assinatura de aditivo ao CCV em 05 de junho de 2019 com as condições definitivas da transação.

O valor final da transação mais correção do ajuste de preço foi de R\$1.913.970, considerando o fluxo de caixa descontado dos ativos antes das dívidas e caixa existentes nas empresas adquiridas (conforme tabela (a) contraprestação transferida pela aquisição do controle).

Localizada na cidade de Gentio do Ouro (BA), é composta por 13 plantas, totalizando 303 MW de capacidade instalada e está 100% operacional. Os projetos foram vencedores dos Leilões de Energia de Reserva de 2013 e 2014 e entraram em operação comercial em abril de 2016 e fevereiro de 2018. Os empreendimentos possuem contratos de venda de energia no ambiente regulado de 20 anos e somam 131 aerogeradores, com contratos *full service* de O&M.

A transação foi contabilizada pelo método de aquisição preconizado pelo CPC15, visto que as partes que controlavam o ativo antes da transação não faziam parte do bloco de controle da Omega, portanto, configurando a transação como uma combinação de negócios.

A Companhia concluiu a alocação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos nesta transação, conforme previstos no CPC 15 – Combinação de negócios.

Os custos relacionados à aquisição de R\$324 foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

Desde 31 de maio de 2019, data de sua aquisição, a Assuruá I e II contribuiu para a Companhia com uma receita líquida de R\$99.134 e lucro líquido de R\$29.374.

Caso sua aquisição tivesse ocorrido no início do exercício de 2019 a Assuruá I e II teria contribuído para a Companhia com uma receita líquida de R\$243.960 e prejuízo líquido de R\$558.

(a) Contraprestação transferida pela aquisição do controle

O preço da transação foi dividido em 3 parcelas, conforme detalhado a seguir, que somadas à dívida líquida existente nas empresas adquiridas, formam o valor total da transação:

Item	R\$	Referência
Parcela paga em caixa em 05 de junho de 2019	548.424	
Contas a pagar aos ex-acionistas pela aquisição de ações	357.368	(i)
Contraprestação contingente	-	(ii)
Total da contraprestação transferida pela aquisição do controle	905.792	
Dívida líquida existente nas empresas adquiridas	1.008.178	(iii)
Valor final da transação (enterprise value de Assuruá I e II)	1.913.970	

(i) Contas a pagar pela aquisição de ações

A Companhia assumiu as parcelas a seguir como parte da contraprestação transferida, registradas no passivo na rubrica de “Outras obrigações”, conforme Nota 17.

	Condição de pagamento	Data de vencimento	Indexador	Saldo
Parcela relativa a taxas diversas	Parcela em caixa	Pago em Jun-2019	-	677
		Após aceite do valor de		
Parcela de ajuste de preço	Parcela em caixa	fechamento (1)	IPCA+9,5%	27.597
Parcela diferida A	Parcela em caixa ou ações	31/05/2021	IPCA+9,5%	14.215
Parcela diferida B	Parcela em caixa ou ações	31/05/2022	IPCA+9,5%	56.860
Parcela diferida C	Parcela em caixa ou ações	31/05/2022	IPCA+10%	66.155
Parcela diferida D.1	Parcela em caixa	31/05/2020	100% CDI	1.165
Parcela diferida D.2	Parcela em caixa	31/05/2021	100% CDI	1.165
Parcela diferida E (2)	Parcela em caixa ou ações	31/05/2022	IPCA+9,5%	189.534
				357.368

(1) Montante pago após concordância das partes sobre os ajustes de variação do endividamento e capital de giro dos balanços de fechamento da transação, já incluídos no montante reconhecido.

(2) O CVV prevê a liquidação antecipada de parte da parcela diferida (E) e em caso de evento de liquidez da Companhia. Nesse sentido, devido a oferta pública de ações mencionada na Nota 4.7, em 02 de outubro de 2019, a Companhia efetuou pagamento de R\$160.000.

Conforme indicado na tabela acima, algumas parcelas podem ser liquidadas especificamente em caixa ou ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, a seu exclusivo critério. De acordo com o CPC39 – Instrumentos financeiros, em função da possibilidade de pagamento em caixa, essas parcelas devem ser registradas como passivo financeiro e não no patrimônio líquido da Companhia.

Abaixo apresentamos a movimentação do saldo da dívida atualizada a pagar:

	R\$
Valor inicial a pagar pela aquisição de ações	356.672
Atualização monetária	43.907
Parcelas liquidadas	(191.585)
Complemento do ajuste de preço	696
Valor atual da dívida	209.690

(ii) Contraprestação contingente

O CCV original possui cláusula de contraprestação contingente que determina um pagamento adicional ao preço da transação que pode variar entre zero e R\$39,9 milhões a depender de os ex-proprietários obterem êxito em alguns pleitos regulatórios realizados à época em que controlavam o ativo. As partes decidiram de comum acordo não seguir tais pleitos, extinguindo assim essa obrigação, eliminando qualquer obrigação de pagamento por parte da Companhia. Não foram realizados quaisquer ajustes na contraprestação transferida em função dessa cláusula contratual.

(iii) Dívida líquida existente em Assuruá I e II

A dívida líquida existente em 31 de maio de 2019 nas empresas que compõem a Assuruá I e II decorre do financiamento da implantação do parque e está representada por contratos com o BNDES na modalidade Finem e por debêntures, líquida do saldo em caixa, conforme tabela a seguir:

	Assuruá I	Assuruá II	Total
Caixa e equivalentes de caixa	1.042	11.670	12.712
Caixa restrito	13.503	56.284	69.787
Empréstimos e financiamentos	(134.411)	(749.830)	(884.241)
Debêntures	(51.557)	(154.879)	(206.436)
	(171.423)	(836.755)	(1.008.178)

Os detalhes sobre as taxas, prazos e garantias das dívidas estão apresentados na Nota 14.

(b) Ativos adquiridos e passivos assumidos de Assuruá I e II

No quadro a seguir, apresentamos um resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos pelos seus valores contábeis, ajustados preliminarmente aos valores justos de Assuruá I e II na data da aquisição, 31 de maio de 2019. O quadro a seguir demonstra o resultado da avaliação final:

Consolidado em 31 de maio de 2019	Valores contábeis	Ajuste de valor justo (i)	Valores ajustados
Caixa e equivalentes de caixa	12.712	-	12.712
Contas a receber de clientes	18.319	-	18.319
Demais ativos circulantes	984	-	984
Caixa restrito	69.787	-	69.787
Demais ativos não circulantes	14.912	-	14.912
Imobilizado	1.560.729	-	1.560.729
Intangível	-	345.273	345.273
Total dos ativos adquiridos	1.677.443	345.273	2.022.716
Empréstimos e financiamentos	884.241	-	884.241
Debêntures	206.436	-	206.436
Passivos contingentes	-	8.164	8.164
Passivos operacionais circulantes	10.096	-	10.096
Outras obrigações não circulantes	16.150	-	16.150
Total dos passivos assumidos	1.116.923	8.164	1.125.087
Acervo líquido adquirido	560.520	337.109	897.629

Não foi auferido ágio ou ganho por compra vantajosa como reflexo desta aquisição.

(i) Ajuste ao valor justo

A Companhia preparou a avaliação dos ativos e passivos ao valor justo com base nas projeções e modelos desenvolvidos internamente, considerando os seguintes aspectos:

- **Caixa, equivalentes de caixa, recebíveis, dívidas e demais ativos e passivos operacionais:** as operações de Assuruá registradas nessas rubricas estão representadas por contratos realizados em condições normais de mercado, portanto os valores contábeis se aproximavam de seus valores justos. Em relação aos recebíveis, não há expectativa de perda;
- **Imobilizado:** os parques eólicos de Assuruá são novos, portanto, representam seu valor justo ao se considerar a metodologia do custo de reposição;
- **Intangíveis:** a avaliação preliminar resultou na atribuição de valor aos contratos de comercialização de energia eólica ganhos em leilões públicos, bem como da existência de autorização governamental de exploração de energia eólica, conforme tabela a seguir:

Item	R\$	Vida útil	Método de avaliação	Premissas de avaliação
Contratos de comercialização de energia	237.259	18,7 anos	Income approach: análise dos resultados projetados da empresa, antes dos impostos, considerando os volumes e preços contratados, bem como os custos de operação e manutenção, bem como demais despesas operacionais projetadas. Foram considerados os encargos sobre os ativos contributórios diretamente vinculados aos ativos em questão (CAC)	Período projetivo: de até 50 anos WACC: 13,7% a.a. (termos reais) Custo CAC: 9,5% a.a. Capacidade instalada: 303MW Margem EBIT: 86%
Autorização governamental	108.014	50,1 anos		
Total dos ativos intangíveis	345.273			

- **Passivos contingentes:** de acordo com o CPC 15, um passivo contingente deve ser reconhecido na combinação de negócios mesmo que a saída de recursos para sua liquidação não seja provável. Na avaliação dos ativos e passivos adquiridos de Assuruá foram identificados passivos contingentes tributários para os quais não existia provisão contabilizada. O CCV possui cláusula que garante à Companhia indenização integral pelos ex-proprietários dos referidos valores caso sejam materializados.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Companhia dividiu suas operações em quatro segmentos reportáveis: operações provenientes de fontes eólicas, de fontes hídricas, fontes solares e comercializadora. Os segmentos estão alinhados com a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho do Grupo e estão refletidos em seus relatórios gerenciais utilizados para o acompanhamento e tomada de decisões. Os órgãos responsáveis por tomar essas decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem as Diretorias Executivas e o Conselho de Administração, que utilizam informações sobre geração e comercialização de energia em MWh e MW médios, receitas, despesas de operações e manutenção (O&M), despesas gerais e administrativas fixas (G&A) e, como resultado o EBITDA, os resultados financeiros decorrentes da estrutura de capital e o lucro líquido.

As informações apresentadas à Administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as práticas contábeis, com algumas realocações entre os segmentos.

No quadro a seguir apresentamos as informações operacionais sobre os ativos de cada segmento:

UGCs	Segmento	Número de parques em operação	Localização	Início do contrato de longo prazo	Capacidade instalada (MW)	Principal ambiente de contratação
Santa Vitória do Palmar	Eólico	16	Rio Grande do Sul	Mai/2017 Assuruá I Abr/2016 Assuruá II	402,0	ACL
Assuruá	Eólico	13	Bahia	Abr/2018	303,0	LER
Delta 3	Eólico	8	Maranhão	Jan/2018	220,8	ACR – Leilão A-3 2015 ACR – Leilão A-5 2013 e ACR - LER 2015
Ventos da Bahia 1 e 2 (*)	Eólico	7	Bahia	Set/17 e Set/18	182,6	
Hermenegildo	Eólico	4	Rio Grande do Sul	Mai/2017	180,8	ACL
Delta 2	Eólico	3	Piauí	Jan/2018	74,8	ACR – Leilão A-5 2013
Delta 1	Eólico	3	Piauí	Jul/2014	70,0	ACR – Leilão A-3 2011
Delta 7	Eólico	2	Maranhão	Out/2019	62,1	ACL
Delta 5	Eólico	2	Maranhão	Jan/2023	54,0	ACR - Leilão A-6 2017
Delta 6	Eólico	2	Maranhão	Jan/2023	54,0	ACR - Leilão A-6 2017
Assuruá III	Eólico	2	Bahia	Abr/2019	50,0	LEN
Delta 8	Eólico	1	Maranhão	Out/2019	35,1	ACL
Gargaú	Eólico	1	Rio de Janeiro	Out/2010	28,1	PROINFA
Indaiás	Hídrico	2	Mato Grosso do Sul	Jul/2012	32,5	ACL
Serra das Agulhas	Hídrico	1	Minas Gerais	Jan/2018	30,0	ACR – Leilão A-5 2013
Pipoca (**)	Hídrico	1	Minas Gerais	Out/2010	20,0	ACL
Pirapora (*)	Solar	11	Minas Gerais	Nov/2017	321,0	LER

(*) Participação de 50%.

(**) Participação de 51%.

6.1 Demonstração dos resultados

Os quadros abaixo apresentam o resultado consolidado da Companhia distribuído entre os quatro segmentos reportáveis. As despesas corporativas e eliminações foram apresentadas em apenas uma coluna, conforme a seguir:

	2020					
	Fontes eólicas (4)	Fontes hídricas (1)	Fonte solar (2)	Comercia- lizadora (3)	Corporativo/ Eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida	876.104	85.846	-	270.957	(130.766)	1.102.141
Custos da operação, conservação e compras	(509.134)	(41.365)	-	(275.451)	130.766	(695.184)
Lucro (prejuízo) bruto	366.970	44.481	-	(4.494)	-	406.957
Administrativas, pessoal e gerais	(30.105)	(5.621)	-	(774)	(24.218)	(60.718)
Outras receitas (despesas) operacionais	158.713	11.216	-	(117)	(1.666)	168.146
Resultado de equivalência patrimonial	155	11.639	(4.210)	1.909	-	9.493
Total resultado operacional	495.733	61.715	(4.210)	(3.476)	(25.884)	523.878
Receitas financeiras	8.220	894	-	141	14.443	23.698
Despesas financeiras	(332.584)	(17.912)	-	197	(91.117)	(441.416)
Resultado antes do IR/CSLL	171.369	44.697	(4.210)	(3.138)	(102.558)	106.160
IRPJ e CSLL	(47.661)	(1.163)	-	(2.616)	-	(51.440)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	123.708	43.534	(4.210)	(5.754)	(102.558)	54.720

¹ Inclui a equivalência patrimonial referente a 51% da participação na Hidrelétrica Pipoca. O detalhamento das informações está apresentado na Nota 10.

² Inclui a equivalência patrimonial referente a 50% da participação no Complexo Pirapora. O detalhamento das informações está apresentado na Nota 10.

³ Refere-se à empresa Omega Geração Comercializadora de Energia S.A. ("OMGC"). Essa comercializadora tem como objetivo a gestão dos contratos de compra e venda de energia da Omega. Inclui também a equivalência patrimonial referente a 51% da participação na Omega Comercializadora de Energia S.A. ("OMC"), o detalhamento das informações da OMC está apresentado na Nota 10.

⁴ Inclui a equivalência patrimonial referente a 50% da participação no Ventos da Bahia 1 e 2. O detalhamento das informações está apresentado na Nota 10.

	2019					
	Fontes eólicas	Fontes hídricas ⁽¹⁾	Fonte solar ⁽²⁾	Comercia- lizadora ⁽³⁾	Corporativo/ Eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida	753.049	94.370	-	356.515	(189.507)	1.014.427
Custos da operação, conservação e compras	(386.708)	(52.954)	-	(366.855)	189.507	(617.010)
Lucro (prejuízo) bruto	366.341	41.416	-	(10.340)	-	397.417
Administrativas, pessoal e gerais	(23.671)	(3.399)	-	(235)	(13.287)	(40.592)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.248	(279)	-	-	1.967	2.936
Resultado de equivalência patrimonial	-	5.737	16.545	4.075	-	26.357
Total resultado operacional	343.918	43.475	16.545	(6.500)	(11.320)	386.118
Receitas financeiras	13.524	1.339	-	283	9.516	24.662
Despesas financeiras	(261.060)	(16.207)	-	(129)	(67.565)	(344.961)
Resultado antes do IR/CSLL	96.382	28.607	16.545	(6.346)	(69.369)	65.819
IRPJ e CSLL	(33.529)	(3.225)	-	3.564	-	(33.190)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	62.853	25.382	16.545	(2.782)	(69.369)	32.629

¹ Inclui a equivalência patrimonial referente a 51% da participação na Hidrelétrica Pipoca. O detalhamento das informações está apresentado na Nota 10.

² Inclui a equivalência patrimonial referente a 50% da participação no Complexo Pirapora. O detalhamento das informações está apresentado na Nota 10.

³ Refere-se à empresa Omega Geração Comercializadora de Energia S.A. ("OMGC"). Essa comercializadora tem como objetivo a gestão dos contratos de compra e venda de energia da Omega. Inclui também a equivalência patrimonial referente a 51% da participação na Omega Comercializadora de Energia S.A. ("OMC"), o detalhamento das informações da OMC está apresentado na Nota 10.

6.2 Principais ativos e passivos por segmento

	2020					
	Fontes eólicas ⁽⁴⁾	Fontes hídricas ⁽¹⁾	Fonte solar ⁽²⁾	Comercia- lizadora ⁽³⁾	Corporativo/ Eliminações	Consolidado
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	397.645	17.869	-	18.843	447.007	881.364
Clientes	334.780	42.420	-	86.155	(155.960)	307.395
Aplicações financeiras - Caixa restrito	455.574	6.197	-	-	-	461.771
Investimento	713.536	38.143	61.032	8.552	-	821.263
Imobilizado e Intangível	7.465.173	367.773	-	-	(113.832)	7.719.114
Total dos principais ativos	9.366.708	472.402	61.032	113.550	177.215	10.190.907
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.766.192)	(170.816)	-	-	(959.846)	(5.896.854)
Fornecedores	(282.460)	(46.698)	-	(123.946)	153.607	(299.497)
Outras obrigações	(558.080)	(24.877)	-	(1.352)	274.242	(310.067)
Total dos principais passivos	(5.606.732)	(242.391)	-	(125.298)	(531.997)	(6.506.418)

¹ Inclui o investimento referente a 51% de participação na Hidrelétrica Pipoca. O detalhamento das informações do ativo, passivo e demonstrações de resultado está apresentado na Nota 10.

² Inclui o investimento referente a 50% de participação no Complexo Pirapora. O detalhamento das informações do ativo, passivo e demonstrações de resultado está apresentado na Nota 10.

³ Refere-se à empresa Omega Geração Comercializadora de Energia S.A. ("OMGC"). Essa comercializadora tem como objetivo a gestão dos contratos de compra e venda de energia da Omega. Inclui também a equivalência patrimonial referente a 51% da participação na Omega Comercializadora de Energia S.A. ("OMC"), o detalhamento das informações da OMC está apresentado na Nota 10.

⁴ Inclui a equivalência patrimonial referente a 50% da participação no Ventos da Bahia 1 e 2. O detalhamento das informações está apresentado na Nota 10.

						2019
	Fontes eólicas	Fontes hídricas (1)	Fonte solar (2)	Comercializadora (3)	Corporativo/ Eliminações	Consolidado
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	205.781	15.763	-	9.382	753.544	984.470
Clientes	279.674	43.783	-	124.576	(214.719)	233.314
Aplicações financeiras - Caixa restrito	139.409	14.654	-	-	-	154.063
Investimento	-	31.843	421.733	6.643	-	460.219
Imobilizado e Intangível	4.966.293	364.434	-	-	(2.353)	5.328.374
Total dos principais ativos	5.591.157	470.477	421.733	140.601	536.472	7.160.440
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.010.536)	(145.955)	-	-	(794.393)	(3.950.884)
Fornecedores	(118.984)	(45.031)	-	(147.435)	213.670	(97.780)
Outras obrigações	(369.839)	(10.668)	-	(5.000)	158.201	(227.306)
Total dos principais passivos	(3.499.359)	(201.654)	-	(152.435)	(422.522)	(4.275.970)

¹ Inclui o investimento referente a 51% de participação na Hidrelétrica Pipoca. O detalhamento das informações do ativo, passivo e demonstrações de resultado está apresentado na Nota 10.

² Inclui o investimento referente a 50% de participação no Complexo Pirapora. O detalhamento das informações do ativo, passivo e demonstrações de resultado está apresentado na Nota 10.

³ Refere-se à empresa Omega Geração Comercializadora de Energia S.A. ("OMGC"). Essa comercializadora tem como objetivo a gestão dos contratos de compra e venda de energia da Omega. Inclui também a equivalência patrimonial referente a 51% da participação na Omega Comercializadora de Energia S.A. ("OMC"), o detalhamento das informações da OMC está apresentado na Nota 10.

7. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate, junto ao próprio emissor, em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Bancos	1.158	1.004	102.341	89.940
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	464.220	752.540	779.023	894.530
Caixa e equivalentes de caixa	465.378	753.544	881.364	984.470
Aplicações financeiras - Caixa restrito	-	-	461.771	154.063
Total	465.378	753.544	1.343.135	1.138.533

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu debêntures simples, emitidas pelas subsidiárias de Assuruá I, sendo Parque Eólico Assuruá V S.A e Parque Eólico Assuruá VII S.A. Em decorrência dessa transação, a Omega Geração passou a ser detentora desses títulos no montante de R\$18.371, tal operação é eliminada na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que se trata de operação *intercompany*.

Em 31 de dezembro de 2020, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e cotas de fundos de investimentos em títulos públicos, com liquidez diária e resgatáveis junto ao emissor.

As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos junto ao BNDES, descritos na Nota 14.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e representam os valores a receber pela venda de energia efetuadas pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

A Omega utiliza uma matriz de perdas estimadas para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de perdas estimadas aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de perdas estimadas baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia, esta matriz é revisada de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A política contábil sobre o reconhecimento de receitas está apresentada na Nota 22.

	Consolidado	
	2020	2019
Excedente contratos regulados	31.088	27.743
Contratos LER	20.831	19.951
Contratos Proinfa	3.759	3.233
MCP - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica "CCEE"	101.781	61.753
Consumidores livres e distribuidoras	149.936	120.587
Outras contas a receber	-	47
Total	307.395	233.314
Apresentados no ativo:		
Circulante	276.307	206.928
Não circulante	31.088	26.386

Contas a receber regulado (LER, Proinfa e distribuidoras): representados por contas a receber de distribuidoras e LER no âmbito de contratos adquiridos em leilões, bem como contratos no âmbito do PROINFA que são faturados exclusivamente para a Eletrobras. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários. Possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Consumidores livres: representados por contas a receber de comercializadoras relativas à energia gerada pelos ativos de eólicos e PCHs e liquidadas no curto prazo, ao preço de mercado, negociados pela Companhia e seus clientes livremente. Normalmente possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

MCP - CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

O saldo a receber registrado no ativo não circulante decorre da contabilização CCEE, cuja mecânica contratual prevê a liquidação em prazo superior a 12 meses.

Não há saldos relevantes em atraso em 31 de dezembro de 2020 e 2019, portanto, não foi necessário o registro de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

9. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Tributos a recuperar				
IRRF/CSLL	7.997	4.545	48.680	27.087
PIS/COFINS	-	-	9.382	9.792
ICMS	-	-	1.563	1.521
Outros impostos	2.445	-	2.904	-
Adiantamento a fornecedores	5.543	376	9.024	8.431
Partes relacionadas (Nota 20)	129.317	33.300	88.403	21.763
Despesas a apropriar	498	172	14.346	4.737
Ativos de indenização na aquisição de empresas	-	-	8.814	8.814
Seguros a receber	-	-	24.300	-
Depósitos judiciais	118	48	373	2.563
Outros	1.755	3.314	15.504	6.598
Total	147.673	41.755	223.293	91.306
Apresentados no ativo:				
Circulante	86.265	41.703	151.640	78.322
Não circulante	61.408	52	71.653	12.984

A natureza das principais contas do grupo é descrita abaixo.

Tributos a recuperar: contemplam créditos tributários apurados na esfera federal (PIS, COFINS, IR e CSLL) e estadual (ICMS) decorrentes das operações comerciais da Companhia, de investimentos financeiros e da aquisição de equipamentos. Os saldos de IRPJ e CSLL incluem retenções referentes aos resgates das aplicações financeiras. As operações comerciais no âmbito do PROINFA também sofrem retenções na fonte dos impostos federais.

Partes relacionadas: referem-se a rateios de despesas pelo compartilhamento de estrutura e operações de Mútuo a funcionários, conforme detalhado na Nota 20.

Seguros a receber: decorre da estimativa dos seguros por danos patrimoniais e por lucros cessantes no incidente da PCH Serra das Agulhas, conforme mencionado na Nota 4.3.

Ativos de indenização na aquisição de empresas: direitos de indenização oriundos da aquisição de Assuruá I e Assuruá II relacionados a passivos fiscais contingentes.

10. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Investimentos em joint ventures decorrem de participações em empresas cujo controle é compartilhado com uma ou mais partes e nenhuma das partes conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, restando à Companhia apenas o direito sobre os ativos líquidos dessa entidade. Esses investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

O investimento da Companhia em controladas e *joint ventures* inclui a mais valia decorrente do valor justo de ativos tangíveis e intangíveis contabilizados na aquisição da participação pelo método de aquisição, conforme política contábil descrita na Nota 5.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas consolidadas, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

10.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Resultado de equivalência patrimonial	Perda de investimento	Dividendos	Aumento de capital	Redução de capital	Aquisição de participação	Incorporação da Novas Indaiá 1 e 2	Controladora Saldo em 31 de dezembro de 2020
Asteri	85.531	12.955	(2.084)	(9.474)	-	-	44.607	-	131.535
Delta 1	106.169	(2.263)	-	-	-	-	-	-	103.906
Delta 5 I	48.485	5.758	-	(13.187)	-	(4.443)	-	-	36.613
Delta 5 II	44.639	3.907	-	(11.938)	-	(276)	-	-	36.332
Delta 6 I	47.150	2.958	-	(10.625)	-	(276)	-	-	39.207
Delta 6 II	39.128	5.182	-	(11.857)	-	(2.463)	-	-	29.990
Delta 7	-	8.888	-	(13.195)	-	(10.847)	88.745	-	73.591
Delta 8	-	5.567	-	(7.168)	-	(7.103)	50.050	-	41.346
Indaiá Grande	88.760	14.537	-	(3.453)	15.000	(44.244)	-	144	70.744
Indaiázinho	60.706	11.677	-	(13.779)	9.000	(22.771)	-	121	44.954
Nova Indaiá 1	-	(205)	-	-	349	-	-	(144)	-
Nova Indaiá 2	-	(168)	-	-	289	-	-	(121)	-
Omega Geração 1	211.186	7.907	-	(1.878)	18.700	-	-	-	235.915
OE&I2	522.504	(15.910)	-	-	-	-	-	-	506.594
OMC	7.092	1.759	-	-	-	-	-	-	8.851
OMGC	(4.345)	(7.663)	-	-	-	-	-	-	(12.008)
Pirapora	159.243	11.286	-	(1.557)	-	(3.950)	-	-	165.022
Assuruá	588.188	(9.508)	-	-	-	-	-	-	578.680
Assuruá III	-	13.096	-	(511)	-	-	223.097	-	235.682
Chuí	-	16.703	-	-	-	-	709.364	-	726.067
Ventos da Bahia 1 e 2	-	873	-	(2.490)	-	-	364.888	-	363.271
Mais valia	995.819	(56.757)	-	-	-	-	-	-	939.062
Total	3.000.255	30.579	(2.084)	(101.112)	43.338	(96.373)	1.480.751	-	4.355.354

	Consolidado								Total
	Pipoca	Mais valia	OMC	Menos valia	Pirapora	Mais valia	Ventos da Bahia 1 e 2	Mais valia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	30.596	1.247	7.092	(449)	159.243	262.490	-	-	460.219
Aquisição de empresa	-	-	-	-	-	-	196.790	168.098	364.888
Resultado de equivalência patrimonial	11.743	(106)	1.759	150	11.286	(15.496)	873	(716)	9.493
Dividendos	(5.340)	-	-	-	(1.557)	-	(2.490)	-	(9.387)
Redução de capital	-	-	-	-	(3.950)	-	-	-	(3.950)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	36.999	1.141	8.851	(299)	165.022	246.994	195.173	167.382	821.263

Principais movimentações ocorridas durante o exercício de 2020

- (i) **Aquisição dos ativos de Delta 7 e Delta 8:** Conforme divulgado na Nota 5.1.1, foi concluída a transferência de ativos de geração de energia de Delta 7 e Delta 8.
- (ii) **Aquisição de Assuruá III:** Conforme divulgado na Nota 5.1.2, foi concluída a aquisição das ações da Assuruá III, no interior da Bahia, do FIP IEER.
- (iii) **Aquisição de Nova Indaiá 1 e Nova Indaiá 2:** Conforme divulgado na Nota 5.1.3, foi concluída a aquisição das ações de Nova Indaiá 1 e Nova Indaiá 2.
- (iv) **Aquisição da totalidade de ações de Asteri:** Conforme divulgado na Nota 5.1.4, foi concluída a aquisição da totalidade de ações preferenciais conversíveis em ações ordinárias de emissão da Asteri detidas pelo Fundo XPOM.
- (v) **Aquisição do Complexo Chuí:** Conforme divulgado na Nota 5.1.5, foi concluída a aquisição das ações do Complexo de Chuí.
- (vi) **Aquisição de participação em negócios controlados em conjunto:** Ventos da Bahia 1 e 2: Conforme divulgado na Nota 5.1.6, foi concluída a aquisição da participação de 50% no Complexo Ventos da Bahia 1 e 2.

10.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Controladora										Saldo em 31 de dezembro de 2019
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Resultado de equivalência patrimonial	Incorporação Delta 5 e 6	Patrimônio líquido incorporado	Investimento adquirido por incorporação	Dividendos	Redução de capital	Perda de investimento	Aquisição de Assuruá	Outros	
Asteri	82.551	7.291	-	-	-	(2.787)	-	(1.632)	-	108	85.531
Delta 1	108.400	(2.231)	-	-	-	-	-	-	-	-	106.169
Delta 5	-	5.205	74.910	(80.115)	-	-	-	-	-	-	-
Delta 6	-	5.176	70.651	(75.827)	-	-	-	-	-	-	-
Delta 5 I	-	8.559	-	-	42.320	(2.404)	-	-	-	10	48.485
Delta 5 II	-	9.432	-	-	37.849	(2.642)	-	-	-	-	44.639
Delta 6 I	-	8.144	-	-	41.467	(2.461)	-	-	-	-	47.150
Delta 6 II	-	7.666	-	-	33.682	(2.220)	-	-	-	-	39.128
Indaiá Grande	82.186	8.622	-	-	-	(2.048)	-	-	-	-	88.760
Indaiázinho	53.033	10.063	-	-	-	(2.390)	-	-	-	-	60.706
Omega Geração 1	214.123	5.902	-	-	-	(8.839)	-	-	-	-	211.186
OE&I2	513.095	12.340	-	-	-	(2.931)	-	-	-	-	522.504
OMC	4.697	3.925	-	-	-	(1.530)	-	-	-	-	7.092
OMGC	2.511	(6.856)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.345)
Pirapora	181.473	27.768	-	-	-	(5.774)	(44.350)	-	-	126	159.243
Assuruá I e II	-	27.668	-	-	-	-	-	-	560.520	-	588.188
Mais valia	691.068	(40.521)	-	-	-	-	-	-	345.272	-	995.819
Total	1.933.137	98.153	145.561	(155.942)	155.318	(36.026)	(44.350)	(1.632)	905.792	244	3.000.255

	Consolidado							Total
	Pipoca	Mais valia	OMC	Menos valia	Pirapora	Mais valia		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	29.500	1.353	4.697	(594)	181.473	273.713	490.142	
Resultado de equivalência patrimonial	5.843	(106)	3.925	150	27.768	(11.223)	26.357	
Dividendos	(4.632)	-	(1.530)	-	(5.774)	-	(11.936)	
Redução de capital	-	-	-	-	(44.350)	-	(44.350)	
Outros	(115)	-	-	(5)	126	-	6	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	30.596	1.247	7.092	(449)	159.243	262.490	460.219	

Principais movimentações ocorridas durante o exercício de 2019

- (i) **Transferência de ativos de Delta 5 e Delta 6:** Conforme divulgado na Nota 5.2.1, foi concluída a transferência de ativos de geração de energia de Delta 5 e Delta 6.
- (ii) **Aquisição de Assuruá:** Conforme divulgado na Nota 5.2.2, foi concluída a aquisição das ações de Assuruá – Centrais Eólicas Assuruá, detentora dos projetos Assuruá I e Assuruá II, no interior da Bahia, do FIP IEER.
- (iii) **Redução de capital:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a investida Pirapora II Solar Holding S.A. aprovou redução de capital no montante de R\$88.700 milhões. A Companhia tomou a proporção de participação na investida de 50% sobre essa redução, resultando no montante de R\$44.350 milhões.

10.3 Investimento mantido no consolidado - *Joint Venture* – Hidrelétrica Pipoca

A *joint venture* Pipoca é um investimento de controle compartilhado com a Cemig Geração e Transmissão S.A (“Cemig”) através da participação indireta de 51% do capital social por meio da controlada Asteri Energia S.A.

Os ativos de Pipoca referem-se a uma PCH, localizada no Rio Manhuaçu, entre os Municípios de Ipanema e Caratinga, tendo iniciado a operação de geração de energia em outubro de 2010 com capacidade instalada de 20 MW. O prazo de autorização para exploração é de 30 anos, os quais poderão ser prorrogadas por mais 30 anos de acordo com os termos da Lei 13.360/2016.

As informações contábeis sobre os principais ativos e passivos e resultados dessa *joint venture* estão apresentados a seguir:

Balanco patrimonial	2020	2019	Demonstrações de resultados	2020	2019
Total do ativo	109.756	100.482	Receita operacional líquida	33.550	30.260
Circulante	18.578	7.573	Custos da operação e conservação	(12.221)	(12.671)
Não circulante	91.178	92.909	Lucro bruto	21.329	17.589
Realizável a longo prazo	3.041	2.969	Receitas (despesas) operacionais	4.139	(1.970)
Imobilizado e intangível	88.137	89.940	Resultado financeiro líquido	(1.217)	(3.235)
Total do passivo	109.756	100.482			
Circulante	16.815	13.917	Lucro antes do IRPJ e CSLL	24.251	12.384
Não circulante	20.386	26.571	IRPJ e CSLL	(1.220)	(928)
Patrimônio líquido	72.555	59.994	Lucro líquido	23.031	11.456

10.4 Investimento mantido no consolidado - *Joint Venture* – Pirapora

A *joint venture* Pirapora é um investimento de controle compartilhado com a EDF Renewables no Brasil através da participação direta de 50%.

Pirapora é um complexo solar fotovoltaico composto por 11 plantas conectadas à rede nacional por meio de uma infraestrutura de conexão compartilhada, todas localizadas no estado de Minas Gerais. Com irradiação horizontal global média de 2.078 kWh/m²/ano, o Complexo Pirapora está localizado em uma das áreas mais ensolaradas do Brasil, de acordo com o mapa brasileiro de irradiação solar.

As usinas estão todas operacionais e contam com PPA de 20 anos, que foram negociados nos Leilões de Energia de Reserva (LER) da ANEEL em agosto de 2015, novembro de 2015 e agosto de 2014, respectivamente, com uma energia total contratada de 747 GWh/ano.

As informações contábeis sobre os principais ativos e passivos e resultados dessa *joint venture* estão apresentados a seguir:

Balanco patrimonial	2020	2019	Demonstrações de resultados	2020	2019
Total do ativo	1.868.247	1.861.595	Receita operacional líquida	251.376	269.015
Circulante	301.788	189.740	Custos da operação e conservação	(741)	(1.300)
Não circulante	1.566.459	1.671.855	Lucro bruto	250.635	267.715
Realizável a longo prazo	-	66.587	Despesas operacionais	(102.824)	(87.146)
Imobilizado e intangível	1566.459	1.605.268	Resultado financeiro líquido	(117.883)	(120.943)
Total do passivo	1.868.247	1.861.595			
Circulante	111.030	26.290	Lucro antes do IRPJ e CSLL	29.928	59.626
Não circulante	1.365.333	1.456.695	IRPJ e CSLL	(8.754)	(14.352)
Patrimônio líquido	391.884	378.610	Lucro líquido	21.174	45.274

10.5 Investimento mantido no consolidado - *Joint Venture* – OMC

A OMC é um investimento de controle compartilhado com a Omega Desenvolvimento de Energia S.A. com participação de 51%. A partir de 1º de julho de 2018, a OMC passou a ser classificada contabilmente como *Joint Venture*.

A partir de nova estrutura de governança e plano de negócios em 2018, a OMC ingressou no mercado de trading de energia, visando assumir as posições de mercado relacionadas à variação do preço da energia elétrica, dentro dos limites de risco e de contrapartes pré-estabelecidos.

As operações de trading compreendem posições *forward*, com vencimentos entre os anos de 2019 a 2021. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda e a OMC tem certa flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado.

As operações de *trading* de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A controlada em conjunto

reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado – diferença entre os preços contratados e os de mercado – das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações contábeis.

As informações contábeis sobre os principais ativos e passivos e resultados dessa *joint venture* estão apresentados a seguir:

Balanco patrimonial	2020	2019	Demonstrações de resultados	2020	2019
Total do ativo	88.110	88.628	Receita operacional líquida	329.244	427.098
Caixa e equivalentes	7.699	9.527	Compra de energia	(320.370)	(406.610)
Clientes	71.825	61.885	MTM posições <i>forward</i> de energia	13.832	(2.918)
Outros ativos	8.586	17.216	Lucro bruto	22.706	17.570
			Despesas operacionais	(17.748)	(3.837)
Total do passivo	88.110	88.628	Resultado financeiro líquido	384	(2.530)
Fornecedores	49.527	66.490	Lucro antes do IRPJ e CSLL	5.342	11.203
Outros passivos	21.230	8.232	IRPJ e CSLL	(1.895)	(3.507)
Patrimônio líquido	17.353	13.906	Lucro líquido	3.447	7.696

10.6 Investimento mantido no consolidado- *Joint Venture* – Ventos da Bahia 1 e 2

A joint venture Ventos da Bahia 1 e 2 é um investimento de controle compartilhado com a EDF Renewables no Brasil através da participação direta de 50%, recém adquirido, conforme mencionado na Nota 5.1.6.

As informações contábeis sobre os principais ativos e passivos e resultados dessa joint venture estão apresentados a seguir:

Balanco patrimonial	2020	Demonstrações de resultados	2020
Total do ativo	1.198.961	Receita operacional líquida	158.068
Circulante	186.255	Custos da operação e conservação	(1.005)
Não circulante	1.012.706	Lucro bruto	157.063
Realizável a longo prazo	-	Despesas operacionais	(68.883)
Imobilizado e intangível	1.012.706	Resultado financeiro líquido	(61.428)
Total do passivo	1.198.961		
Circulante	47.913	Lucro antes do IRPJ e CSLL	26.752
Não circulante	755.726	IRPJ e CSLL	(5.412)
Patrimônio líquido	395.322	Lucro líquido	21.340

11. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no custo inicial do ativo imobilizado com base em projeções dos custos que se esperam incorrer para desmontar os parques eólicos e restaurar a localidade realizadas pela Companhia. Os valores são amortizados com base nos prazos de autorização dos parques e o passivo, registrado ao valor presente, é recomposto pela taxa de desconto estimada inicialmente, em contrapartida de uma despesa financeira.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

A política contábil para o teste de *impairment* do ativo imobilizado está descrita na Nota 13.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. O cálculo das vidas úteis requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

Ao determinar o valor da provisão de descomissionamento, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a remoção de todo parque eólico e a época esperada dos referidos custos.

O saldo do ativo imobilizado da Controladora totaliza R\$6.047 em 31 de dezembro de 2020 (R\$5.487 em 31 de dezembro de 2019) relativos a equipamentos, móveis e utensílios e benfeitorias em propriedades de terceiros, mantidos para desenvolvimento das atividades corporativas da Omega. Em função da baixa relevância do saldo, a Companhia está apresentado a composição e movimentação apenas para os saldos consolidados, conforme a seguir:

11.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Consolidado					
	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações	Projetos em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.085.088	140.689	254.980	20.329	15.336	4.516.422
Adições	12.851	3.495	2.668	30.728	50	49.792
Aquisição de Delta 7 e Delta 8	364.267	-	44.680	-	13	408.960
Aquisição de Assuruá III	249.499	-	-	-	3.074	252.573
Aquisição de Chuí	1.843.894	-	102.269	-	66.925	2.013.088
<i>Impairment de Chuí</i>	(406.991)	-	-	-	-	(406.991)
Depreciação	(202.067)	(2.476)	(8.042)	-	(100)	(212.685)
Baixas	(12)	(17.193)	(4.227)	-	(49)	(21.481)
Transferências	8.358	21.658	2.636	(32.667)	15	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.954.887	146.173	394.964	18.390	85.264	6.599.678
Custo histórico	6.547.270	168.914	427.518	18.390	85.942	7.248.034
Depreciação acumulada	(592.383)	(22.741)	(32.554)	-	(678)	(648.356)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.954.887	146.173	394.964	18.390	85.264	6.599.678

11.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Consolidado					
	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações	Projetos em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.300.070	144.012	188.402	2.308	13.420	2.648.212
Adições	47.395	13	3.004	4.136	1.464	56.012
Adição por incorporação – Delta 5 e 6	53.188	-	65.405	300.755	271	419.619
Aquisição de Assuruá I e II	1.549.480	-	-	10.946	302	1.560.728
Depreciação	(141.993)	(3.336)	(7.847)	-	(110)	(153.286)
Baixas	(23)	-	-	(124)	(1.003)	(1.150)
Transferências ⁽¹⁾	276.971	-	6.016	(297.692)	991	(13.714)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.085.088	140.689	254.980	20.329	15.336	4.516.422
Custo histórico	4.475.404	160.954	279.492	20.329	15.915	4.952.094
Depreciação acumulada	(390.316)	(20.265)	(24.512)	-	(579)	(435.672)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.085.088	140.689	254.980	20.329	15.336	4.516.422

Não houve juros capitalizados ao imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A Companhia adquire empresas com projetos já concluídos de forma que não há capitalização de juros ao ativo imobilizado após o início de operação dos ativos.

Os empréstimos e financiamentos exigem alienação fiduciária sobre os ativos da Companhia. Na Nota 14.1 há o detalhe dos empréstimos que exigem esse tipo de garantia.

O valor contábil dos ativos decorrentes da provisão de descomissionamento em 31 de dezembro de 2020 era de R\$798 (R\$815 em 2019). A Companhia estima que os custos serão realizados dentro de aproximadamente 50 anos, no momento do vencimento da autorização, e calcula a provisão utilizando o método de fluxo de caixa descontado ao valor presente com base em estimativas internas de custos a incorrer.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2020 são as seguintes:

UGC	Taxa de depreciação			
	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações	Móveis e utensílios
UGC Indaiás	3,8%	2,2%	3,4%	6,4%
UGC Gargaú	3,6%	-	4,0%	10,0%
UGC Delta 1	3,5%	-	3,9%	6,3%
UGC Serra das Agulhas	3,7%	2,2%	3,3%	6,3%
UGC Delta 2	4,1%	-	3,7%	6,3%
UGC Delta 3	3,2%	-	2,9%	3,1%
UGC Delta 5	3,8%	-	3,2%	7,1%
UGC Delta 6	4,0%	-	3,4%	6,8%
UGC Delta 7	4,0%	-	3,3%	6,3%
UGC Delta 8	4,0%	-	3,3%	-
UGC Assuruá I e II	4,0%	-	4,0%	10,0%
UGC Assuruá III	4,0%	-	3,5%	6,3%
UGC Santa Vitória do Palmar	4,0%	-	3,4%	-
UGC Hermenegildo	4,0%	-	3,7%	6,0%

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

12. INTANGÍVEL

Política contábil

Os intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais ou autorizações governamentais.

A política contábil para o teste de *impairment* do ativo intangível está descrito na Nota 13.

Os intangíveis relacionados aos contratos de venda de energia elétrica são amortizados pelo prazo de 20 anos. Os direitos de autorização são amortizados pelo prazo legal, geralmente 35 anos, estendidos por mais 20 anos quando a Companhia possui o direito adquirido de renovar as autorizações.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os ativos intangíveis da Companhia decorrem substancialmente de contratos de venda de energia e autorizações governamentais, adquiridos em combinações de negócios e foram reconhecidos com base em seu valor justo. A mensuração do valor justo na ocasião da aquisição envolve alto grau de estimativa e julgamento da Administração na determinação das premissas utilizadas, tais como disponibilidade de

recursos naturais, preços de mercado, vidas úteis e a taxa de desconto que podem alterar significativamente o valor justo do ativo em seu reconhecimento inicial.

12.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Controladora		
	Ativo de direito de uso de arrendamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	1.160	1.160
Adições	14.237	2.943	17.180
Amortização	(949)	(770)	(1.719)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.288	3.333	16.621
Custo histórico	14.237	6.274	20.511
Amortização acumulada	(949)	(2.941)	(3.890)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.288	3.333	16.621

	Consolidado					
	Contrato energia - PPA	Direitos de autorização	Ativo de direito de uso de arrendamento	Sistema de transmissão	Outros (ii)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	575.070	170.402	51.456	5.208	9.816	811.952
Adições (i)	-	-	14.237	-	3.296	17.533
Aquisição do Complexo Chuí	-	75.483	53.921	-	56.050	185.454
Aquisição de Delta 7 e Delta 8	-	-	5.894	-	-	5.894
Aquisição de Assuruá III	79.740	69.733	-	-	-	149.473
Amortização	(35.819)	(5.755)	(7.839)	(21)	(1.436)	(50.870)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	618.991	309.863	117.669	5.187	67.726	1.119.436
Custo histórico	706.266	324.930	126.562	5.708	72.625	1.236.091
Amortização acumulada	(87.275)	(15.067)	(8.893)	(521)	(4.899)	(116.655)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	618.991	309.863	117.669	5.187	67.726	1.119.436

(i) Em 28 de agosto de 2020, a Companhia firmou contrato de locação de andar comercial pelo prazo de 5 anos.

(ii) Representado substancialmente por licença de *software*.

12.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Controladora	
	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	376	376
Adições	1.042	1.042
Amortização	(258)	(258)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.160	1.160
Custo histórico	3.331	3.331
Amortização acumulada	(2.171)	(2.171)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.160	1.160

	Consolidado					
	Contrato energia - PPA	Direitos de autorização	Ativo de direito de uso de arrendamento	Sistema de transmissão	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	364.981	65.555	-	539	7.070	438.145
Adições	-	-	-	5.086	3.556	8.642
Adoção inicial IFRS 16	-	-	53.730	-	-	53.730
Aquisição de Assuruá I e II	245.959	99.313	-	-	-	345.272
Amortização	(27.124)	(3.212)	(2.274)	(417)	(810)	(33.837)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	583.816	161.656	51.456	5.208	9.816	811.952
Custo histórico	635.272	170.968	53.730	5.708	13.279	878.957
Amortização acumulada	(51.456)	(9.312)	(2.274)	(500)	(3.463)	(67.005)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	583.816	161.656	51.456	5.208	9.816	811.952

Power Purchase Agreement – PPA: decorrem de intangíveis relativos aos contratos de longo prazo de comercialização de energia existentes na data da aquisição de ativos

Direitos de autorização: relativos a intangíveis dos complexos Indaiás, Gargaú, OE&I2 e Assuruá I e II decorrentes de autorizações governamentais para a operação dos parques adquiridos.

Sistemas de transmissão: relativos aos direitos de servidão sobre as linhas dos complexos de Serra das Agulhas e Delta 3.

Demais ativos intangíveis: relativos a licenças e *softwares* adquiridos para a condução normal dos negócios da Companhia.

13. TESTE DE *IMPAIRMENT* DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Política contábil

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Essa indicação pode se dar por fatores internos decorrentes da eficiência operacional dos ativos ou externas em função do cenário macroeconômico e do comportamento dos preços de energia elétrica.

Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado, utilizando-se a metodologia do valor em uso, que consiste em apurar os fluxos de caixa futuros do ativo ao seu valor presente, utilizando o custo do capital, apurado por meio do WACC, para seu desconto. O teste de *impairment* é obrigatório quando houver ativo intangível com vida útil indefinida, conforme requer o CPC01.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua UGC, salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável quando aplicável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia determina seus fluxos de caixa com base nos orçamentos aprovados pela administração, os quais utilizam as seguintes premissas: (i) disponibilidade dos recursos hídricos e eólicos; (ii) custos e investimentos baseados na melhor estimativa com base em desempenhos passados; (iii) preços de venda consistentes com contratos e as projeções disponíveis para o PLD; (iv) vida útil de cada unidade geradora de caixa; e (v) taxas de desconto que refletem riscos específicos de cada unidade geradora de caixa. Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas. Portanto, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções o que pode afetar o valor recuperável dos ativos.

A Companhia avaliou seus quatro segmentos de negócios agrupando os ativos de cada parque em UGCs independentes, listadas a seguir. Os ativos são aqueles descritos da Nota 6, sendo apresentado abaixo um resumo dos saldos contábeis de cada UGC e a sua margem operacional:

UGC	Exercício findo em 31 de dezembro de 2020			
	Imobilizado	Intangível	Ativo total	Margem operacional
UGC Indaiás	174.851	402	175.253	70%
UGC Gargaú	89.647	4.072	93.719	40%
UGC Delta 1	218.018	8.630	226.648	23%
UGC Serra das Agulhas	190.669	1.851	192.520	36%
UGC Delta 2	353.640	13.782	367.422	42%
UGC Delta 3	1.449.048	21.523	1.470.571	43%
UGC Delta 5	204.639	7.041	211.680	45%
UGC Delta 6	208.013	4.251	212.264	43%
UGC Delta 7	256.904	3.545	260.449	39%
UGC Delta 8	140.544	1.976	142.520	39%
UGC Assuruá I e II	1.463.618	720	1.464.338	46%
UGC Assuruá III	248.674	-	248.674	59%
UGC Santa Vitória do Palmar	1.256.232	83.819	1.340.051	47%
UGC Hermenegildo	475.625	23.078	498.703	37%

Com base no quadro apresentado anteriormente, é possível verificar que os ativos apresentam margem operacional positiva. A Companhia mantém modelos internos de projeção dos fluxos de caixa dessas UGCs para auferir os seus valores recuperáveis, os quais consideram a capacidade instalada de geração de cada empreendimento, bem como taxas de desconto que variam de 3,08% a.a. até 7,11% a.a. em termos reais. A análise do resultado das projeções das margens operacionais descritas acima, bem como os indicadores financeiros de cada UGC denotam que não há indícios internos que os ativos possam estar com dificuldade em sua recuperação. A Companhia também não identificou fatores externos que indicassem existência de desvalorização de suas UGCs. Dessa forma, a Companhia concluiu não ser necessário realizar a apuração do valor recuperável para fins de teste de *impairment*.

Não há ativos intangíveis com vida útil indefinida que tenham sido identificados na aquisição de controladas.

As empresas do Complexo Chuí possuem perdas por *impairment* acumuladas, registrados no Ativo Imobilizado no montante de R\$629.885, sendo R\$270.492 registrado em 2020. Essas perdas por *impairment* não tiveram efeito no resultado da demonstração financeira consolidada de 2020 da Companhia pois os efeitos foram neutralizados pela equalização da menos valia registrada na combinação de negócios, essa menos valia foi registrada considerando os fluxos de caixa caso fosse mantida a gestão anterior.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxa de desconto. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 R1 -Redução do Valor Recuperável de Ativos. As premissas utilizadas na *impairment* registrados estão descritas abaixo:

- Taxa de desconto dos fluxos que variam de 6,33% a.a. até 7,11% a.a. em termos reais;
- Crescimento de receita: as projeções foram efetuadas respeitando o prazo final das autorizações governamentais e as expectativas do valor de R\$/Mwh projetadas pela Companhia no curto e longo prazo;

Para as demais UGCs a Companhia concluiu não ser necessário o reconhecimento de perdas por *impairment* em 31 de dezembro de 2020.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

14.1 Composição do saldo

	Passivo circulante		Passivo não circulante		Controladora	
	2020	2019	2020	2019	2020	Total
Debêntures	11.756	14.565	994.884	810.000	1.006.640	824.565
	11.756	14.565	994.884	810.000	1.006.640	824.565
Custo de transação	(6.801)	(6.399)	(21.623)	(23.773)	(28.424)	(30.172)
Total	4.955	8.166	973.261	786.227	978.216	794.393

	Passivo circulante		Passivo não circulante		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	Total
BNDDES	247.298	129.680	2.994.302	2.290.786	3.241.600	2.420.466
BNB (*)	43.850	18.972	797.294	306.245	841.144	325.217
Debêntures	55.007	54.554	1.475.585	1.218.255	1.530.592	1.272.809
CCB	266	-	70.000	-	70.266	-
BRDE	42.254	-	265.144	-	307.398	-
	388.675	203.206	5.602.325	3.815.286	5.991.000	4.018.492
Custo de transação	(14.814)	(9.540)	(79.332)	(58.068)	(94.146)	(67.608)
Total	373.861	193.666	5.522.993	3.757.218	5.896.854	3.950.884

(*) Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

UGC	Instituição financeira	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	Consolidado	
						2020	2019
UGC Indaiás	BNDDES	Junho/2023	mensal	TJLP + 2,63%	Conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	-	46.008
UGC Indaiás	CCB	Julho/2025	mensal	CDI + 2,90%	Aval corporativo, cessão de direitos	70.266	-
UGC Gargaú	BNDDES	Maio/2027	mensal	TJLP + 2,23%	Conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	28.527	33.412
UGC Delta 1	BNDDES	Outubro/2030	mensal	TJLP + 2,18%	Conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	148.793	150.819
UGC Serra das Agulhas	BNDDES	Julho/2037	mensal	TJLP + 2,02%	Fiança bancária parcial, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	101.299	100.812
UGC Delta 2	BNDDES	Janeiro/2033	mensal	TJLP + 2,27%	Fiança bancária parcial, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	254.819	268.285
UGC Delta 2	Debêntures	Dezembro/2026	semestral	IPCA + 7,38%	Fiança bancária parcial, conta reserva, compartilhamento garantias BNDDES	31.808	32.630
UGC Delta 3	BNDDES	Março/2034	mensal	TJLP + 2,32%	Fiança bancária, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	921.806	960.451

UGC Delta 3	Debêntures	Dezembro/2029	semestral	IPCA + 7,11%	Fiança bancária, conta reserva, compartilhamento garantias BNDES	199.512	200.362	
UGC Delta 5	BNB (*)	Maio/2038	mensal	IPCA + 1,75%	Fiança bancária (*), conta reserva	163.648	161.486	
UGC Delta 6	BNB (*)	Maio/2038	mensal	IPCA + 1,75%	Fiança bancária (*), conta reserva	165.697	163.693	
UGC Delta 7	BNB (*)	Janeiro/2039	mensal	IPCA + 2,19%	Fiança bancária (*), conta reserva	204.826	-	
UGC Delta 8	BNB (*)	Janeiro/2039	mensal	IPCA + 2,19%	Fiança bancária (*), conta reserva	109.785	-	
Corporativo	Debêntures	Maio/2024	semestral	CDI + 1,20%	-	309.805	310.733	
Corporativo	Debêntures	Maio/2026	semestral	CDI + 1,30%	-	168.678	169.181	
Corporativo	Debêntures	Maio/2026	anual	IPCA + 5,60%	-	201.198	192.314	
Corporativo	Debêntures	Maio/2027	semestral	IPCA + 5,00%	-	159.984	152.337	
Corporativo	Debêntures	Setembro/2028	semestral	IPCA + 4,37%	-	114.794	-	
Corporativo	Debêntures	Setembro/2028	anual	IPCA + 4,37%	-	52.179	-	
Assuruá I	BNDES/CEF	Novembro/2032	mensal	TJLP + 2,92%	Fiança bancária, conta reserva, cessão de direitos creditórios, alienação do ativo e ações	135.781	130.216	
Assuruá I	Debêntures	Janeiro/2020	bullet	CDI + 0,50%	-	-	17.123	
Assuruá I	Debêntures	Novembro/2030	mensal	IPCA + 7,81%	Fiança bancária, conta reserva, cessão de direitos creditórios, alienação do ativo e ações	36.060	35.603	
Assuruá II	BNDES	Junho/2034	mensal	TJLP + 2,75%	Fiança bancária, conta reserva, compartilhamento de garantias BNDES	706.192	736.229	
Assuruá II	Debêntures	Junho/2030	mensal	IPCA + 6,66%	Fiança bancária, conta reserva, compartilhamento garantias BNDES	156.898	156.798	
Assuruá III	BNB (*)	Novembro/2038	mensal	IPCA + 2,33%	Fiança bancária (*), conta reserva	197.188	-	
Santa Vitória do Palmar	BNDES/BRDE	Dezembro/2031	mensal	TJLP + 3,76%	Fiança bancária parcial, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	833.934	-	
Santa Vitória do Palmar	Debêntures	Junho/2028	semestral	IPCA + 8,50%	Fiança bancária parcial, conta reserva, compartilhamento garantias BNDES	99.676	-	
Hermenegildo	BNDES/BRDE	Junho/2032	mensal	TJLP + 4,19%	Fiança bancária parcial, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	417.847	-	
						5.991.000	4.018.492	

¹ Considera bônus de adimplência de 15% conforme contrato de financiamento do BNB.

² Cessão de direitos creditórios, alienação do ativo e ações são concedidos como garantias aos fiadores.

O prazo e custo médio nominal da dívida em 31 de dezembro de 2020 era de 6,8 anos e 7,85% a.a.

Suspensão de pagamentos

No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNDES e pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as subsidiárias da Companhia que aderiram à suspensão temporária de pagamentos, são conforme demonstradas abaixo:

Subsidiárias	UGC	Bancos credores	Período de suspensão
Porto Salgado Energia Eólica S.A.	Delta 1	BNDES	maio/20 – outubro/20
Porto das Barcas Energia Eólica S.A.	Delta 1	BNDES	maio/20 – outubro/20
Porto do Parnaíba Energia Eólica S.A.	Delta 1	BNDES	maio/20 – outubro/20
Sigma Energia S.A.	Serra das Agulhas	BNDES	junho/20 – novembro/20
Delta 5 I Energia S.A.	Delta 5	BNB	maio/20 – dezembro/20
Delta 5 II Energia S.A.	Delta 5	BNB	maio/20 – dezembro/20
Delta 6 I Energia S.A.	Delta 6	BNB	maio/20 – dezembro/20
Delta 6 II Energia S.A.	Delta 6	BNB	maio/20 – dezembro/20
Delta 7 I Energia S.A.	Delta 7	BNB	maio/20 – dezembro/20
Delta 7 II Energia S.A.	Delta 7	BNB	maio/20 – dezembro/20
Delta 8 I Energia S.A.	Delta 8	BNB	maio/20 – dezembro/20
Parque Eólico Laranjeiras III S.A.	Assuruá III	BNB	maio/20 – dezembro/20
Parque Eólico Laranjeiras IX S.A.	Assuruá III	BNB	maio/20 – dezembro/20
Hermenegildo I S.A.	Hermenegildo	BNDES	junho/20 – novembro/20
Hermenegildo II S.A.	Hermenegildo	BNDES	junho/20 – novembro/20
Hermenegildo III S.A.	Hermenegildo	BNDES	junho/20 – novembro/20
Chuí IX S.A.	Hermenegildo	BNDES	junho/20 – novembro/20

Em todos os casos, os pagamentos suspensos serão capitalizados e incorporados ao saldo de principal, não havendo penalidades ou quaisquer alterações nas condições de taxas de juros e prazos de vencimento dos contratos de financiamento.

Todos os contratos de financiamento apontados já tiveram sua amortização e pagamento de juros retomados, conforme períodos de suspensão indicados.

14.2 Movimentação do saldo

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures do exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	253.595	2.109.010
Captações	810.000	870.569
Custo de transação	(32.376)	(32.376)
Incorporação de Delta 5 e Delta 6	-	268.562
Aquisição de Assuruá I e II	-	1.090.677
Pagamento de principal	(250.000)	(371.283)
Encargos financeiros pagos	(33.736)	(257.543)
Encargos financeiros provisionados	42.980	267.589
Amortização de custo de transação	3.930	5.679
Saldos em 31 de dezembro de 2019	794.393	3.950.884

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	794.393	3.950.884
Captações	160.000	250.371
Custo de transação	(3.278)	(4.433)
Aquisição Delta 7 e Delta 8	-	420.065
Aquisição de Assuruá III	-	182.872
Aquisição Complexo de Chuí	-	1.334.896
Pagamento de principal	-	(307.944)
Encargos financeiros pagos	(38.516)	(275.837)
Encargos financeiros provisionados	60.634	336.579
Amortização de custo de transação	4.983	9.401
Saldos em 31 de dezembro de 2020	978.216	5.896.854

14.2.1 Captações no exercício

Em abril de 2020, a UGC Assuruá I celebrou convênio junto ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para apoio a famílias vulneráveis na prevenção à COVID-19. A iniciativa foi realizada por intermédio do BNDES, o qual disponibilizou os recursos referentes aos subcréditos sociais dos seus contratos de financiamento para a celebração dos convênios. Foram transferidos R\$834 do saldo de subcrédito social do projeto ao Unicef e o fundo realizará a prestação de contas da utilização dos recursos diretamente ao BNDES. Os recursos serão amortizados até novembro de 2032 e sobre eles incide juros correspondentes à TJLP.

Em 02 de julho de 2020, a Nova Indaiá 1 e Nova Indaiá 2 captaram junto ao BOCOM BBM por meio de cédula de crédito bancário (“CCB”), montante de R\$38.500 e R\$31.500, respectivamente, com prazo de liquidação no período de 2022 a 2025 e juros de CDI + 2,90% a.a. Os recursos foram captados com vistas à liquidação antecipada do financiamento da Indaiá Grande e Indaiazinho, respectivamente, junto ao BNDES e obtenção de recursos adicionais, os quais foram destinados ao aumento da liquidez da Companhia.

Em 15 de setembro de 2020, a Omega Geração concluiu oferta de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária da 2ª (segunda) emissão da Companhia, em duas séries, totalizando R\$160.000. As debêntures foram caracterizadas como “debêntures verdes” com base em parecer independente emitido por consultoria especializada.

Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures, no montante de R\$156.722, serão utilizados para reembolso de investimentos relacionados aos projetos Delta 7 e 8 e Assuruá III.

Séries	Indexador	Juros	Principal	Data de recebimento	Vencimento
1ª Série	IPCA + 4,37% a.a.	Semestrais	110.000	15/09/2020	setembro/2028
2ª Série	IPCA + 4,37% a.a.	Anuais	50.000	15/09/2020	setembro/2028
			160.000		

14.2.2 Liquidações do exercício

Em 13 de julho de 2020, a Indaiá Grande e Indaiazinho liquidaram antecipadamente o montante de R\$23.230 e R\$16.300, respectivamente, referente ao saldo devedor dos contratos de financiamento junto ao BNDES, com vencimento original em 2023 e custo de TJLP + 2,71% a.a. e TJLP + 2,51% a.a., respectivamente. A liquidação foi realizada com o objetivo de viabilizar nova operação financeira para alongamento do prazo médio da dívida do ativo, obtenção de recursos adicionais e liberação do caixa restrito da empresa, recursos os quais foram destinados ao aumento da liquidez da Companhia.

14.3 Cronograma de pagamento

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida consolidadas são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2021	296.211	543.555	839.766
2022	330.059	543.164	873.223
2023 a 2025	151.281	1.524.238	1.675.519
2026 a 2028	1.726.432	1.152.537	2.878.969
2029 a 2031	1.191.295	368.663	1.559.958
2032 a 2033	522.435	79.155	601.590
Após 2033	372.669	41.590	414.259
	<u>4.590.382</u>	<u>4.252.902</u>	<u>8.843.284</u>

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal, juros e estimativas de inflação e de curva de juros básicos.

14.4 Garantias

As garantias dos financiamentos das Controladas, exceto as Indaiás, são as usuais a um *Project Finance*, incluindo (conforme descrito na Nota 14.1): contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária. Na Controladora, as Debêntures não possuem garantias.

14.5 Covenants financeiros

A Companhia, suas controladas e *joint ventures* estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP), Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice Financeiro (Dívida Líquida/EBITDA). O não cumprimento desses *covenants*, limita a distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório e, em alguns casos, pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

Os *covenants* existentes em 31 de dezembro de 2020, de apuração anual do grupo por UGC são detalhados a seguir:

	ICP	ICSD	Dívida líquida/EBITDA
UGC Indaiás	N.A.	N.A.	≥ 3,0
UGC Gargaú	N.A.	≥ 1,3	N.A.
UGC Delta 1 (*)	N.A.	≥ 1,3	N.A.
UGC Serra das Agulhas (*)	≥ 25%	≥ 1,2	N.A.
UGC Delta 2	≥ 25%	≥ 1,1	N.A.
UGC Delta 3	N.A.	≥ 1,1	N.A.
UGC Delta 5 (*)	N.A.	N.A.	N.A.
UGC Delta 6 (*)	N.A.	N.A.	N.A.
UGC Delta 7 (*)	N.A.	N.A.	N.A.
UGC Delta 8 (*)	N.A.	N.A.	N.A.
Assuruá I	N.A.	≥ 1,2	N.A.
Assuruá II	N.A.	≥ 1,2	N.A.
Assuruá III (*)	N.A.	N.A.	N.A.
Santa Vitória do Palmar	N.A.	≥ 1,3	N.A.
Hermenegildo	N.A.	≥ 1,3	N.A.

(*) Em razão da adesão da suspensão temporária dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento, em 2020 não ocorrerá apuração de ICSD.

Para Controladora, no âmbito da sua 1ª e 2ª emissões de debêntures, há exigência do cumprimento do índice financeiro com apuração trimestral em base anual, sempre considerando o resultado pro forma nos casos em que houver aquisição de participação societária, conforme abaixo:

Período de apuração	Índice financeiro
Dez/2019 a Set/2020	5,95
Dez/2020 a Set/2021	5,50
Dez/2021 a Set/2022	5,00
Dez/2022 até o vencimento	4,50

Em 31 de dezembro de 2020, a Controladora cumpriu integralmente essa cláusula restritiva.

O cumprimento do ICP e ICSD são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2020, todas as empresas do Grupo cumpriram integralmente o ICP e ICSD.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores de equipamentos	-	139	163	12.026
Fornecedores O&M e serviços gerais	2.356	971	9.191	7.049
Compra de energia	-	-	71.713	61.265
Contas a pagar ACR	-	-	218.430	17.440
	2.356	1.110	299.497	97.780
Apresentados no passivo:				
Circulante	2.356	1.110	84.815	69.190
Não circulante	-	-	214.682	28.590

Fornecedores de equipamentos (curto e longo prazos): decorrem do saldo de pagamentos pós *completion* de aerogeradores e serviços de construção civil do parque eólico relacionado à UGC Delta 1.

Fornecedores O&M e serviços gerais: representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1., a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

Compra de energia: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas das UGCs, de acordo com a estratégia de sazonalização de cada unidade.

Contas a pagar ACR: o saldo a pagar decorre do mecanismo de ajuste da contabilização CCEE, conforme descrito na Nota 8.

O aumento nas contas a pagar ACR decorre de déficit de energia gerada em relação aos contratos regulados nas UGCs Delta 1, Delta 2, Delta 3, Assuruá I e Assuruá II, resultante da sazonalidade dos recursos eólicos. A obrigação deverá ser revertida subsequentemente à medida em que a geração de energia de períodos subsequentes seja superior aos valores do contrato.

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

A Companhia adota o programa de participação nos resultados (“PPR”) tendo como base contribuições das equipes e das UGCs e o desempenho global da Companhia através do atingimento de indicadores de performance. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

Os impostos a pagar decorrem das obrigações fiscais correntes, apuradas mensalmente com base nas legislações fiscais e jurisdições nas quais a Companhia opera. Estão incluídos impostos apurados nas esferas municipais, estaduais e federais. Quando a Companhia é responsável tributária pelo recolhimento dos tributos de seus fornecedores, é efetuada a retenção desses tributos e recolhimento perante os órgãos competentes.

Saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Obrigações trabalhistas				
Salários e encargos	1.883	1.356	1.981	1.480
Provisões trabalhistas	17.674	10.892	19.209	11.770
Obrigações tributárias				
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	8.732	7.842
Impostos a pagar	42	106	11.820	17.116
Tributos retidos sobre terceiros	278	86	2.795	518
	19.877	12.440	44.537	38.726

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a pagar aquisição de Assuruá I e II	209.690	188.053	209.690	188.053
Dividendos (Nota 20)	-	-	-	962
Partes relacionadas (Nota 20)	6.030	7.481	10.034	15.584
Passivos contingentes na combinação de negócios (Nota 9)	-	-	8.164	8.164
Adiantamento de clientes	24.890	-	24.924	2.553
Serviços	2.562	1.173	38.662	6.318
Provisões diversas	1.342	798	17.558	5.672
Outras	-	-	1.035	-
	244.514	197.505	310.067	227.306
Apresentados no passivo:				
Circulante	33.921	10.076	85.061	28.307
Não circulante	210.593	187.429	225.006	198.999

18. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Política contábil

O Grupo possui empresas tributadas pelo regime do lucro real e presumido. A Companhia revisa anualmente a opção sobre o regime de tributação com base nas suas projeções de resultado, buscando sempre a opção que for economicamente mais favorável para a operação.

As empresas tributadas pelo lucro presumido auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas. As empresas tributadas pelo lucro real, auferem seu lucro com base no resultado contábil, ajustado por despesas ou receitas cuja tributação não é permitida ou exigida, temporária ou permanentemente. Os tributos são calculados à alíquota de 34% sobre o resultado tributável. Prejuízos fiscais podem ser compensados nas operações tributadas pelo lucro real, limitados a 30% do lucro tributável auferido no exercício.

O reconhecimento dos tributos sobre o lucro como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável.

Os impostos diferidos ativos não são reconhecidos quando a recuperabilidade destes ativos não for provável.

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro no resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	106.160	65.819
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	(36.094)	(22.379)
Adições (exclusões) de natureza permanente	(453)	1.605
Equivalência patrimonial	3.228	12.762
IR/CS na aquisição de empresas	52.743	-
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias	(160.798)	(42.776)
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	65.824	22.093
Outros	24.110	(4.495)
Despesa de IRPJ e CSLL no resultado	(51.440)	(33.190)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - %	48,5%	50,4%

18.1 Saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2020	2019
Entidades legais com ativos fiscais diferidos		
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL - Hermenegildo	33.776	3.564
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL - outros	771	-
Diferenças temporárias - Hermenegildo	5.428	-
Diferenças temporárias - <i>Impairment</i> - Hermenegildo	117.331	-
Ativo fiscal diferido	157.306	3.564
Entidades legais com passivos fiscais diferidos		
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL	10.150	13.271
Diferença na tributação pelo regime de caixa e competência	(69.019)	(15.148)
Base de depreciação incentivada	(29.830)	(26.995)
IR/CS diferidos na aquisição de Chuí e Ventos da Bahia 1 e 2	32.499	-
Outras diferenças temporárias	(771)	(4.116)
Passivo fiscal diferido, líquido	(56.971)	(32.988)
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	100.335	(29.424)

O Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos estão registrados nas controladas Gargaú e OMGC e na UGC Hermenegildo e decorrem de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, suportado pela estimativa de lucros tributáveis futuros baseados no plano de negócios aprovado pela Diretoria.

As projeções consideram as seguintes principais premissas:

- Projeção de fluxo de caixa até o fim das autorizações governamentais;
- A renegociação dos contratos de PPA com base nas estimativas de longo prazo da Companhia para o preço por Mwh;
- Os fluxos de custos financeiros atrelados as dívidas de longo prazo até a sua completa liquidação.;

A expectativa para sua realização está apresentada na tabela a seguir:

Ano	Crédito consumo – R\$
2021	1.423
2022	1.623
2023	1.789
2024	1.916
2025	3.399
Após 2026	157.306
Total	167.456

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram constituídos pela diferença entre os valores de depreciação dos bens do ativo imobilizado apurados pelas taxas de depreciação definidas pela Aneel e as taxas de depreciação aceitas pela Receita Federal do Brasil – RFB, para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. O montante da diferença a maior apurado pelas taxas anuais de depreciação fixadas pela RFB é excluído do lucro líquido para a apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL correntes.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava saldos acumulados de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social nos valores de R\$921.498, correspondente a um crédito fiscal de IRPJ e CSLL de R\$313.309, para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação. Esses prejuízos não estão sujeitos ao prazo decadencial, permanecendo o crédito fiscal disponível para a Companhia por tempo indeterminado. Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável, a Companhia poderá registrar esse ativo.

19. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Política contábil

A Companhia arrenda terras nos parques eólicos e vincula o arrendamento a um percentual sobre as receitas decorrentes da geração de energia dos empreendimentos. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos.

Todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, a Companhia reconhece um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um ativo representando o direito de uso correspondente ao ativo subjacente o prazo do arrendamento. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado.

Os saldos dos passivos de arrendamento da Companhia, organizados por UGC, são apresentados a seguir:

UGC	% Arrendamento sobre		2020
	geração	Término	Passivos de arrendamentos
Controladora	-	2025	14.594
Gargaú	1,75	2034	4.312
Delta 1	1,67	2043	9.545
Delta 2	1,80	2043	14.566
Delta 3	0,60	2045	18.418
Delta 5	0,60	2045	3.257
Delta 6	0,60	2045	3.064
Delta 7	0,60	2045	3.691
Delta 8	0,60	2045	2.047
Santa Vitória do Palmar	1,80	2050	33.640
Hermenegildo	1,80	2050	18.253
Total			125.387
Apresentados no passivo:			
Circulante			20.057
Não circulante			105.330
Total			125.387

O ativo intangível decorrente do direito de uso está demonstrado na Nota 12.

A taxa de desconto para o cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento para cada UGC é conforme apresentado abaixo:

UGC	%
Controladora	7,70
Gargaú	9,72
Delta 1	9,45
Delta 2	9,70
Delta 3	10,08
Delta 5	9,42
Delta 6	9,42
Delta 7	9,90
Delta 8	9,90
Santa Vitória do Palmar	12,12
Hermenegildo	12,12

A movimentação do passivo de arrendamento é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	53.124
Adição (i)	14.237	14.237
Aquisição Complexo Chuí	-	53.921
Aquisição Delta 7 e Delta 8 (Nota 5.1.1)	-	5.806
Juros incorridos sobre o passivo	357	11.876
Pagamento de arrendamentos	-	(13.577)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14.594	125.387

(i) Em 28 de agosto de 2020, a Companhia firmou contrato de locação de andar comercial pelo prazo de 5 anos.

Existem outros contratos de arrendamento, como por exemplo, veículos e pequenos imóveis, contudo não foram enquadrados dentro da política por possuírem baixo valor por conjunto de bens arrendados em um contrato de arrendamento. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante de despesas de arrendamento de baixo valor e de contratos de curto prazo foi de R\$807 (R\$738 em 2019).

A Companhia não utilizou o benefício concedido em contrato de arrendamento referente à alteração nos pagamentos do arrendamento, conforme deliberação da CVM 859/20.

20. PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada por um grupo de fundos de investimentos, geridos discricionariamente pela Tarpon Gestora de Recursos S.A. ("Tarpon"). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve alterações no bloco de controle da Companhia.

As informações apresentadas a seguir estão resumidas por UGC contraparte, quando forem relacionados aos saldos com empresas dentro do grupo sob controle da Companhia e Grupo Omega Desenvolvimento, que incluem empresas controladas por fundos geridos pela Tarpon, envolvidas com o desenvolvimento e implantação de projetos, mas sem participação acionária da Companhia.

20.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

20.1.1 Controladora

	2020						2019	
	Ativo			Passivo			Passivo	
	Dividendos a receber	Outros créditos	Outras obrigações	Dividendos a receber	Outros créditos	Outras obrigações		
Asteri (UGC Gargaú e Pipoca)	12.255	4.849	1.114	1.823	3.415	1.147		
Comercializadora (OMC e OMGC)	-	5.992	180	-	1.410	850		
Grupo Omega Desenvolvimento	-	6.297	1.602	-	10.197	2.400		
Omega Geração 1	-	-	-	1.401	-	-		
UGC Assuruá	-	8.673	328	-	4.542	556		
UGC Delta 1	97	3.716	68	785	2.264	11		
UGC Delta 2	3.279	2.831	460	-	1.521	36		
UGC Delta 3	-	6.866	85	2.931	3.656	81		
UGC Delta 5	1.420	2.800	1.079	1.222	1.676	1.079		
UGC Delta 6	1.392	2.560	913	1.310	1.918	913		
UGC Delta 7	2.109	1.747	9	-	-	-		
UGC Delta 8	751	1.273	56	-	-	-		
UGC Indaiás	8.282	3.352	136	4.450	1.801	172		
UGC Serra das Agulhas	-	3.987	-	-	900	236		
Pirapora	1.557	1	-	5.774	-	-		
UGC CEA III	511	479	-	-	-	-		
UGC Santa Vitória do Palmar	-	574	-	-	-	-		
UGC Hermenegildo	-	285	-	-	-	-		
Ventos da Bahia 1 e 2	2.493	-	-	-	-	-		
Mútuo a funcionários (i)	-	73.035	-	-	-	-		
	34.146	129.317	6.030	19.696	33.300	7.481		

(i) Em 29 de junho de 2020, a Companhia firmou contratos de Mútuo com colaboradores elegíveis ao terceiro plano de outorga de opções de compra de ações no montante de R\$ 73.034, atualizados mensalmente a 100% do CDI + 0,5% a.a. com vencimento final em 30 de junho de 2025, sendo que as amortizações serão feitas anualmente, iniciando em 30 de junho de 2021. Os valores foram transferidos aos colaboradores entre os dias 14 e 16 de setembro de 2020.

20.1.2 Consolidado

	2020										2019
	Ativo			Passivo			Ativo			Passivo	
	Dividendos a receber	Outros créditos	Fornecedores	Outras obrigações	Outras obrigações	Dividendos a receber	Outros créditos	Fornecedores	Outras obrigações	Dividendos a pagar	
Grupo Omega	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento	-	7.226	-	5.439	-	-	17.985	-	5.471	-	-
Comercializadora (OMC)	-	5.526	9.766	4.595	-	-	837	10.226	10.012	-	-
Pipoca	-	2.790	2.616	-	-	-	1.387	2.941	-	101	-
Pirapora	-	1.557	-	-	-	-	5.774	-	-	-	-
Asteri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	962
Cemig (i)	22.215	-	-	-	3.846	-	-	-	-	-	-
Ventos da Bahia 1 e 2	-	2.492	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo a funcionários	-	73.035	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	22.215	6.839	88.403	9.766	10.034	3.846	7.161	21.763	10.226	15.584	962

(i) Determinadas controladas da Omega Geração possuem transações de compra e venda de energia com a Cemig, considerada parte relacionada do grupo em função de sua participação acionária na Joint Venture Pipoca.

20.2 Demonstração de resultados

O grupo despesas administrativas refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros). Os valores positivos refletem o repasse de custos da Companhia para as partes relacionadas. Eventualmente são realizadas operações de compra e venda de energia entre partes relacionadas.

20.2.1 Controladora

	2020	2019
	Administrativas, pessoal e gerais	Administrativas, pessoal e gerais
Comercializadora (OMC e OMCG)	5.444	1.723
Grupo Omega Desenvolvimento	6.466	8.811
Pipoca	1.840	1.297
UGC Delta 1	2.247	2.418
UGC Delta 2	1.655	2.511
UGC Delta 3	5.021	4.668
UGC Delta 5	1.696	916
UGC Delta 6	1.266	894
UGC Delta 7	1.407	-
UGC Delta 8	796	-
UGC Gargaú	1.481	1.544
UGC Indaiás	1.671	1.731
UGC Serra das Agulhas	3.432	1.486
UGC Assuruá	7.192	3.953
UGC CEA III	519	-
Total	42.133	31.952

20.2.2 Consolidado

	2020			2019		
	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras	Administrativas, pessoal e gerais	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras	Administrativas, pessoal e gerais
Comercializadora (OMC)	-	13.677	(3.272)	6.573	1.603	135
Grupo Omega Desenvolvimento	-	208	(5.619)	-	4.282	(7.763)
Pirapora	-	-	(1)	-	-	-
Cemig (i)	71.647	(2.337)	-	-	-	-
Total	71.647	11.548	(8.892)	6.573	5.885	(7.628)

(i) Determinadas controladas da Omega Geração possuem transações de compra e venda de energia com a Cemig, considerada parte relacionada do grupo em função de sua participação acionária na *Joint Venture* Pipoca.

A Controladora garante obrigações financeiras relativas a contratos financeiros e fianças de suas controladas. No âmbito das Demonstrações financeiras consolidadas, essas garantias não aumentam a exposição da Companhia a fianças e garantias apresentadas na Nota 14.

20.3 Partes relacionadas *Joint Ventures*

As *Joint Ventures* Pipoca e OMC possuem transações de compra e venda de energia com a Cemig, considerada parte relacionada do grupo em função de sua participação acionária na Pipoca, conforme mencionado na Nota 10.3.

20.3.1 Ativo

	2020	2019
	Clientes	
Pipoca	2.728	1.387
Total	2.728	1.387

20.3.2 Demonstração de resultados

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras
Comercializadora (OMC)	-	-	7.063	(4.203)
Pipoca	25.777	2.066	18.698	(1.944)
Total	25.777	2.066	25.761	(6.147)

20.4 Remuneração do pessoal chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro

A tabela a seguir apresenta a remuneração total estabelecida para os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Companhia:

	2020	2019
Salário	5.367	4.719
Benefícios diretos e indiretos	67	89
Remuneração variável	6.410	3.772
	11.844	8.580

Há também o seguro de D&O que tem cobertura sobre custos de defesa, acordos judiciais e extrajudiciais, além de indenizações, tais coberturas se estendem aos conselheiros, diretores e gerentes ou qualquer outra pessoa física com poder de gestão dentro da companhia.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sob a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido.

21.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 3.833.245, representado por 195.912.131 ações ordinárias (R\$ 2.664.014, representado por 164.964.930 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2019).

O capital social autorizado é de até R\$ 6.000.000. O capital social atual poderá ser aumentado até esse limite independentemente de reforma do estatuto social, por meio de deliberação do Conselho de Administração.

21.2 Movimentação do capital social no exercício

21.2.1 Aumento de capital na aquisição de Assuruá III

Em 30 de março de 2020, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, aprovou aumento de capital no montante de R\$201.016, com emissão de 5.000.000 ações ordinárias, conforme informado na Nota 4.2.

21.2.2 Aumento de capital decorrente do exercício de opções de ações

Em 06 de maio de 2020, 14 de setembro de 2020 e 06 de novembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os aumentos do capital social no montante de R\$2.244, R\$2.913 e R\$2.134, decorrentes do exercício de parte das opções outorgadas no âmbito do Primeiro e Segundo programas do Segundo Plano de opção de ações da Companhia. Em 11 de maio de 2020, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, aprovou aumentos de capital social no montante de R\$2.244, R\$2.913 e R\$2.133 com emissão de 168.000, 217.722 e 158.452 ações ordinárias, respectivamente.

Em 14 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$63.961, com emissão de 1.953.000 ações ordinárias decorrente do exercício de parte das opções outorgadas no âmbito do Primeiro programa do Terceiro Plano de opção de ações da Companhia.

21.2.3 Oferta primária de ações

Em 01 de setembro de 2020, a Companhia concluiu o processo de oferta pública primária de ações, e aprovou a emissão de 23.450.027 ações ordinárias sem valor nominal, objeto de oferta pública primária de ações. O montante líquido obtido com a referida operação é conciliado conforme a seguir:

	Número de ações	Recursos brutos
Ações ordinárias ofertadas	23.450.027	896.964
Total dos custos com a emissão (*)		(17.134)
Total do aumento de capital líquido		879.830

(*) Os custos com emissão estão representados substancialmente por comissões aos coordenadores da oferta bem como serviços jurídicos e de auditoria.

A composição acionária da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está composta conforme a seguir:

	2020		2019	
	Ações	%	Ações	%
Tarpon Gestora de Recursos S.A. ¹	87.815.027	44,82	83.225.283	50,45
Lambda ²	10.343.048	5,28	7.998.536	4,85
Compass Group L.L.C.	10.665.299	5,44	10.665.299	6,47
Truxt Investimentos Ltda.	8.243.497	4,21	8.243.497	5,00
Demais acionistas	78.845.260	40,25	54.832.315	33,23
	195.912.131	100	164.964.930	100

¹ A participação da Tarpon Gestora de Recursos S.A. é detida por fundos de investimentos que estão sob sua gestão discricionária.

² A participação da Lambda é composta pelas empresas: Lambda3 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; Lambda Energia S.A., Lambda II Energia S.A. e Lambda III Energia S.A.

21.3 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado em 2020 é a seguinte:

Proposta da Administração	2020	2019
Resultado do exercício	49.353	27.149
Ajuste de preço aquisição Pirapora	-	14.829
Resultado do exercício	49.353	41.978
(-) Reserva legal 5%	(2.468)	(2.099)
(=) Lucro líquido ajustado	46.885	39.879
Destinação dos resultados		
Constituição de reserva de lucros a realizar (i)	11.721	9.970
Constituição de reserva estatutária para investimentos	35.164	29.909

(i) O montante de R\$11.721 correspondente ao dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2020 será destinado a reserva de lucros a realizar, nos termos da Lei das S.A. e do artigo 63, § 2.º, do Estatuto Social da Companhia.

21.4 Custo com captação de recursos

O saldo da rubrica de custo com captação de recursos refere-se à captação de recursos por intermédio da emissão de ações da Companhia decorrente do processo de IPO ocorrido em 2017 e ofertas públicas subsequentes de emissão primária de ações ocorrida em 2019 e 2020, conforme mencionado na Nota 21.2.3.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020		Consolidado 2019	
	R\$	MWh	R\$	MWh
Vendas no ACR				
Vendas no ACR	319.827	1.612.850	278.623	1.470.422
Vendas Proinfa	31.749	61.616	29.470	59.524
Excedente/(déficit) CCEAR	(58.654)	-	5.760	-
LER	239.214	1.314.485	161.223	810.478
Vendas no ACL	554.490	2.608.072	535.161	2.427.827
Mercado curto prazo - CCEE	82.553	-	71.996	-
Vendas Mercado livre ACL intercompany	-	-	6.573	48.000
Impostos	(67.038)	-	(74.379)	-
	1.102.141	5.597.023	1.014.427	4.816.251

23. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS

	Consolidado	
	2020	2019
Compra de energia	(325.620)	(383.833)
Depreciação e amortização	(260.859)	(185.198)
O&M	(85.103)	(48.248)
Encargos regulatórios	(50.210)	(33.145)
Crédito de Pis e Cofins sobre custos	34.523	38.252
Outros	(7.915)	(4.838)
	(695.184)	(617.010)

A energia é adquirida de terceiros e tem como finalidade complementar a Geração da Companhia em relação à posição vendida pela Companhia na CCEE. Os créditos de PIS e COFINS decorrem substancialmente das compras de energia.

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas de pessoal	(10.675)	(6.469)	(40.784)	(28.106)
Programa de remuneração baseado em ações	(2.348)	-	(2.348)	-
Depreciação e amortização	(2.434)	(861)	(2.696)	(1.925)
Serviços de consultoria e auditoria	(6.466)	(5.634)	(9.234)	(7.436)
Serviços de terceiros	(861)	-	(2.208)	-
Publicações e propaganda	-	(18)	(470)	(535)
Outras	(1.434)	(306)	(2.978)	(2.590)
	(24.218)	(13.288)	(60.718)	(40.592)

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ganho na compra vantajosa ⁽¹⁾	155.126	-	155.126	-
Restituição de seguros (Nota 4.3)	-	-	15.121	-
Lucros cessantes (Nota 4.3)	-	-	9.179	-
Baixa de ativos	(1.494)	-	(21.481)	(1.297)
Indenização de contratos	-	-	(4.094)	-
<i>Curtailment</i>	(1.827)	1.928	(1.827)	1.928
Créditos extemporâneos	2.020	-	6.219	-
Impostos sobre outras receitas	(49)	(8)	145	(6)
Outras receitas (despesas) operacionais	473	46	9.758	2.311
	154.249	1.966	168.146	2.936

(1) O saldo é composto pelo ganho na compra vantajosa das seguintes aquisições: Assuruá III no montante de R\$ 59.529 (Nota 5.1.2); Complexo Chuí no montante de R\$ 91.209 (Nota 5.1.5); e Ventos da Bahia 1 e 2 no montante de R\$ 4.388 (Nota 5.1.6)

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	13.679	13.072	23.475	25.507
Outras receitas	1.425	45	1.378	30
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(661)	(610)	(1.155)	(875)
	14.443	12.507	23.698	24.662
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(60.634)	(42.980)	(336.579)	(267.589)
Comissão sobre fiança	(393)	(1.918)	(47.085)	(39.403)
Custo de transação	(4.983)	(3.930)	(9.401)	(5.679)
Juros sobre arrendamentos operacionais	(357)	-	(11.876)	(3.032)
Atualização monetária contas a pagar aquisição de Assuruá I e II	(23.926)	(20.658)	(23.926)	(20.658)
Outras despesas	(824)	(1.071)	(12.549)	(8.600)
	(91.117)	(70.557)	(441.416)	(344.961)
Resultado financeiro líquido	(76.674)	(58.050)	(417.718)	(320.299)

27. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir apresenta o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Controladora	
	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido do exercício	49.353	27.149
Denominador		
Média ponderada do número de ações – milhares	177.295	141.342
Lucro por ação básico (em Reais)	0,2784	0,1921
Numerador		
Lucro líquido do exercício	49.353	27.149
Denominador		
Média ponderada do número de ações – milhares	179.886	142.920
Lucro por ação diluído (em Reais)	0,2744	0,1900

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui 2.658.028 opções outorgadas e não exercidas, sendo 781.228 do segundo plano (Nota 28.1.1) e 1.876.800 do terceiro plano (Nota 28.1.2), as quais foram consideradas no cálculo do resultado diluído.

Com aquisição de Assuruá I e II, a Companhia possuía parcelas do preço a serem pagas no montante de R\$ 356.672, do qual, originalmente, R\$ 326.764 poderiam ser pago em ações. Em função dessa opção de conversibilidade, e considerando a liquidação antecipada de R\$160.000 realizada em outubro de 2019, este instrumento possui o potencial dilutivo de 5.221.912 ações com base no preço de mercado das ações no dia 31 de dezembro de 2020 de R\$ 40,36/ação de acordo com o saldo atual da dívida no montante atualizado de R\$ 201.756.

28. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

Política contábil

Opções outorgadas a empregados são contabilizadas ao valor justo a partir da data de outorga. A despesa é reconhecida mensalmente no resultado pelo período de aquisição do direito de exercício (*vesting period*) em contrapartida de um aumento no patrimônio líquido se a liquidação da operação for realizada em ações. Se for realizada em dinheiro, é reconhecido um passivo financeiro.

O valor de mercado das opções é mensurado pelo valor justo com base no modelo de Black-Scholes considerando as informações observáveis no mercado.

Quando a Companhia cancela opções outorgadas há a contabilização de uma despesa imediata relativa ao montante que seria reconhecido como serviços ao longo do período remanescente da aquisição de direito. Se o direito ao exercício já estava totalmente adquirido, a Companhia não reconhece qualquer despesa.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao estimar o valor justo da remuneração baseada em ações é necessário atribuir valor para opções outorgadas pela Companhia aos colaboradores. A Companhia utiliza o modelo matemático de *Black&Scholes* para precificação de opções, que requer a utilização de premissas relacionadas ao preço das ações, volatilidade, taxa de juros livre de risco, entre outras. Variações nessas premissas podem distorcer substancialmente o valor justo a ser auferido quando da outorga de opções aos colaboradores.

28.1 Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações

28.1.1 Segundo Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações

Na AGE de 12 de maio de 2017, foi aprovado o segundo Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia. O plano contempla alguns membros da diretoria, empregados que exercem função gerencial e demais empregados, que podem comprar opções outorgadas pela Omega mediante o pagamento de um prêmio a ser estabelecido no momento da outorga. As opções outorgadas possuem um período de *vesting* de nove meses para seu exercício e, quando exercidas, dão direito ao colaborador em adquirir ações a serem emitidas pela Omega por um determinado preço a ser estabelecido no momento da outorga. As ações adquiridas pelos colaboradores no âmbito do programa não poderão ser alienadas (i) durante os 12 (doze) primeiros meses a partir da data em que as opções se tornam exercíveis; e (ii) pelo prazo de 3 (três) meses a contar da respectiva data de exercício das opções.

Conforme mencionado na Nota 4.6, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os aumentos do capital social no montante de R\$2.244, R\$ 2.913 e R\$ 2.134, resultando na conversão de 168.000, 217.722 e 158.452, opções de ações ordinárias de emissão da Companhia. Com isso, o montante das opções em aberto em 31 de dezembro reduziu para 781.228.

	Data	Preço da opção R\$/opção	Preço de exercício R\$/ação	Total de opções outorgadas
Opções outorgadas				
1º Programa	02/01/2018	1,36	12,61	1.221.213
2º Programa	31/03/2018	1,37	12,73	788.157
Total outorgado				2.009.370
Opções exercidas em 2019				(683.968)
Opções exercidas em 2020				(544.174)
Saldo das opções em aberto				781.228

Em 31 de dezembro de 2020, a totalidade de opções outorgadas estavam exercíveis, sendo a data limite para seu exercício junho e setembro de 2021. O preço de exercício das opções, que é corrigido pelo IPCA, equivalente nesta mesma data é de R\$13,8872/ação.

28.1.2 Terceiro Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações

Em Reunião do Conselho de Administração de 29 de junho de 2020, foi aprovado o Terceiro Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia. O plano contempla executivos, diretores estatutários e não estatutários, gerentes, supervisores e demais membros da equipe da Companhia e de suas controladas e que, por serem considerados pessoas-chave no desenvolvimento dos negócios da Companhia e das controladas, são elegíveis pelo Conselho de Administração como participantes para recebimento de opções.

Primeiro Programa do Terceiro Plano

No âmbito do Primeiro Programa do Terceiro Plano foram outorgadas opções aos Participantes do Terceiro Plano, sem prazo de carência, que deverão ser exercidas em até 45 dias da data da outorga mediante pagamento de preço de exercício de R\$ 32,75.

A despesa com a remuneração referente ao Primeiro Programa do Terceiro Plano totalizou R\$2.348, resultante do valor justo do preço de exercício, multiplicado pelo número de opções outorgadas aos colaboradores da Companhia. A contrapartida da despesa foi a conta de reserva de capital no patrimônio líquido, uma vez que o programa será liquidado em ações.

Segundo Programa do Terceiro Plano

Em relação ao Segundo Programa do Terceiro Plano, as opções outorgadas aos Participantes do Terceiro Plano somente passarão a ser exercíveis, observadas as regras aplicáveis previstas em tal programa, a partir de 30 de maio de 2025 e poderão ser exercidas em até 12 meses a partir de tal data. O preço do exercício de cada opção a ser outorgada nos termos do Segundo Programa será de R\$ 50,00 por ação, reduzido do valor por ação de eventuais dividendos pagos ou reduções de capital promovidas entre a data de outorga e a data de exercício.

O preço de opção da outorga foi determinado com base na estimativa do valor justo da opção. De acordo com as regras contábeis, o valor justo da despesa a ser reconhecida deve ser estimado na data da outorga das opções e foi calculado considerando premissas observáveis de mercado nessa data. A Companhia utilizou o modelo matemático de *Black&Scholes*, resultando no valor justo médio das opções de R\$4,34/opção.

Em contrapartida à outorga das opções de compra de ações objeto dos Segundo Programa do Terceiro Plano, os Participantes do Terceiro Plano deverão pagar à Companhia R\$ 4,34 por ação outorgada, não resultando em despesa com a remuneração do Segundo Programa do Terceiro Plano.

	Data	Preço da opção R\$/opção	Preço de exercício R\$/ação	Total de opções outorgadas
Opções outorgadas				
1º Programa	29/06/2020	-	32,75	1.953.000
2º Programa	29/06/2020	4,34	50,00	1.876.800
Total outorgado				3.829.800
Opções exercidas em 2020				(1.953.000)
Total outorgado				1.876.800

Conforme mencionado na Nota 4.6, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou aumento do capital social no montante de R\$ 63.961, decorrente do exercício de parte das opções outorgadas no âmbito do 1º Programa do Terceiro Plano de opção de ações da Companhia, resultando na conversão de 1.953.000 opções em ações ordinárias de emissão da Companhia.

Adicionalmente, neste mesmo período, a Companhia recebeu a título de prêmio pelas opções emitidas referente ao 2º Programa o montante de R\$ 8.145, registrado diretamente no patrimônio líquido.

29. PROCESSOS JUDICIAIS

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Processos judiciais cuja probabilidade de perda seja classificada como possível não são contabilizados como provisão, mas apenas divulgados nas notas explicativas. São denominados passivos contingentes.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende diretamente da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, ambientais, tributárias, trabalhistas e regulatórias em andamento na esfera judicial, bem como em processos administrativos.

Passivos contingentes

Passivos contingentes em causas discutidas nas esferas administrativa e judicial, cuja expectativa de perda é classificada como provável, baseada nos pareceres jurídicos, foram contabilizados na rubrica outras obrigações e não houve movimentação significativa para o exercício. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$3.556 (R\$3.405 em 2019)

Passivos contingentes em causas discutidas nas esferas administrativa e judicial, cuja expectativa de perda é classificada como possível, baseada nos pareceres jurídicos. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$15.283 (R\$4.409 em 2019).

Natureza	2020		2019	
	Nº de processos	Valor envolvido	Nº de processos	Valor envolvido
Ambiental	2	2.000	3	160
Administrativo	82	2.094	22	41
Cível – Geral	9	3.007	4	2.137
Imobiliário	7	678	5	269
Trabalhista	23	652	7	626
Tributário	7	6.852	10	1.176
Total	130	15.283	51	4.409

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente no seu reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento,

especificamente. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreende no seu reconhecimento inicial o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Omega transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Hierarquia do valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para esses ativos.

30.1 Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações contábeis financeiras:

	2020	2019	Consolidado Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	881.364	984.470	A
Aplicações financeiras - Caixa restrito	461.771	154.063	A
Clientes	307.395	233.314	A
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.896.854	3.950.884	A
Fornecedores	299.497	97.780	A
Outras obrigações	310.067	227.306	A

A – Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas

à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia apresentados acima são classificados a nível 2 da hierarquia de valor justo.

30.2 Análise da sensibilidade dos passivos financeiros

Os principais riscos de taxa de juros atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação das taxas de juros, conforme descrito na Nota 3.

Com o objetivo de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras e dívidas a taxas de juros, na data de 31 de dezembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da CDI, TJLP e IPCA, foi definido o cenário provável para o ano de 2020 com taxa de 1,90% para o CDI, 4,55% para TJLP e 4,52% para o IPCA e, a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa/receita financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade deles em cada cenário, conforme detalhado abaixo:

Empréstimos e financiamentos				Consolidado			
	Exposição	Risco	Cenário provável	Cenário possível + 25%	Cenário possível + 50%	Cenário possível - 25%	Cenário possível - 50%
Controladora	839.667	Variação do CDI	41.609	45.717	49.825	37.501	33.393
Controladora	166.975	Variação do IPCA	15.174	17.143	19.112	13.205	11.235
Indaiás	70.266	Variação do CDI	3.411	3.755	4.098	3.068	2.725
Gargaú	28.527	Variação TJLP	1.963	2.295	2.626	1.631	1.300
Delta 1	148.793	Variação TJLP	10.161	11.891	13.620	8.432	6.703
Delta 2	286.627	Variação TJLP	21.531	24.882	28.232	18.181	14.831
Serra das Agulhas	101.299	Variação TJLP	6.748	7.924	9.100	5.573	4.397
Delta 3	1.121.316	Variação TJLP	88.146	101.287	114.433	75.001	61.856
Delta 5	163.648	Variação do IPCA	10.373	12.254	14.136	8.492	6.610
Delta 6	165.697	Variação do IPCA	10.503	12.408	14.313	8.598	6.693
Delta 7	204.826	Variação do IPCA	13.947	16.312	18.677	11.581	9.216
Delta 8	109.785	Variação do IPCA	7.475	8.743	10.011	6.208	4.940
UGC Assuruá I	36.060	Variação TJLP	992	3.164	3.586	2.319	1.897
UGC Assuruá I	135.781	Variação TJLP	10.323	11.913	13.502	8.734	7.144
UGC Assuruá II	706.192	Variação do IPCA	89.566	98.170	106.773	80.963	72.360
UGC Assuruá II	156.895	Variação do CDI	13.629	14.424	15.218	12.834	12.039
UGC Assuruá III	197.188	Variação do IPCA	13.715	15.995	18.275	11.435	9.155
UGC Santa Vitória do Palmar	99.675	Variação do IPCA	13.361	14.583	15.805	12.139	10.917
UGC Santa Vitória do Palmar	833.937	Variação TJLP	74.476	84.359	94.243	64.592	54.709
UGC Hermenegildo	417.846	Variação TJLP	37.316	42.268	47.221	32.364	27.412
Em 31 de dezembro de 2020	5.991.000		484.419	549.487	612.806	422.851	359.532
Em 31 de dezembro de 2019	4.018.492		325.047	375.228	425.410	274.865	224.683

Aplicações financeiras				Consolidado			
	Indexador	Posição	Cenário provável	Cenário possível + 25%	Cenário possível + 50%	Cenário possível - 25%	Cenário possível - 50%
CDI			1,90%	2,38%	2,85%	1,43%	0,95%
Aplicações financeiras	CDI	779.023	14.801	18.502	22.203	11.101	7.401
Caixa restrito	CDI	461.771	8.774	10.967	13.160	6.580	4.387
Em 31 de dezembro de 2020		1.240.794	23.575	29.469	35.363	17.681	11.788
Em 31 de dezembro de 2019		1.048.593	46.138	57.673	69.207	34.604	23.069

Posição líquida				Consolidado			
			Cenário provável	Cenário possível + 25%	Cenário possível + 50%	Cenário possível - 25%	Cenário possível - 50%
Em 31 de dezembro de 2020		4.750.206	460.844	520.018	577.443	405.170	347.744
Em 31 de dezembro de 2019		2.969.899	278.909	317.556	356.203	240.262	201.614

31. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aumento de capital com integralização de bens - Delta 5 e Delta 6	-	145.561	-	-
Aquisição de Assuruá I e II – ativos líquidos	-	560.520	-	-
Provisão contas a pagar aquisição Assuruá I e II	-	356.672	-	356.672
Emissão de ações na Aquisição de Assuruá III	201.016	-	201.016	-
Adição CPC06/IFRS 16 – Arrendamento mercantil	14.473	-	14.473	65.586
Baixa de ativo imobilizado (Nota 4.3)	-	-	(18.901)	-

32. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

A Companhia apresenta a conciliação da movimentação patrimonial, incluindo mudanças decorrentes de fluxos de caixas nas atividades de financiamentos e mudanças que não impactam caixa.

(Ativos) / Passivos	Nota	Controladora		
		Empréstimos, financiamentos e debêntures	Patrimônio líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		794.393	2.816.512	3.610.905
Transações com impacto no fluxo de caixa de atividade de financiamentos				
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	160.000	-	160.000
Custo de captação	14	(3.278)	-	(3.278)
Aumento de capital decorrente do exercício de opções de ações	21	-	71.251	71.251
Aumento de capital pela oferta de ações, líquidos	21	-	879.830	879.830
Prêmio recebido na outorga de opções de ações	28	-	8.145	8.145
		156.722	959.226	1.115.948
Outros movimentos que não afetam o fluxo de caixa de atividade de financiamentos				
Pagamento de juros	14	(38.516)	-	(38.516)
Juros e variações monetárias	14	60.634	-	60.634
Emissão de ações na aquisição de Assuruá III	21	-	201.016	201.016
Mais valia na aquisição de Delta 7, Delta 8 e Assuruá III	-	-	(205.349)	(205.349)
Ágio na aquisição das ações de Asteri	-	-	(89.943)	(89.943)
Programa de remuneração baseado em ações	-	-	2.348	2.348
Lucro líquido do exercício	-	-	49.353	49.353
Outros	-	4.983	-	4.983
		27.101	(42.575)	(15.474)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		978.216	3.733.163	4.711.379

(Ativos) / Passivos	Nota	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivos de arrendamentos	Patrimônio líquido	Consolidado
					Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		3.950.884	53.124	2.861.663	6.865.671
Transações com impacto no fluxo de caixa de atividade de financiamentos					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	250.371	-	-	250.371
Custo de captação	14	(4.433)	-	-	(4.433)
Pagamento de principal	14	(307.944)	-	-	(307.944)
Pagamentos de dividendos	-	-	-	(6.027)	(6.027)
Aumento de capital decorrente do exercício de opções de ações	21	-	-	71.251	71.251
Aumento de capital pela oferta de ações, líquidos	21	-	-	879.830	879.830
Prêmio recebido na outorga de opções de ações	28	-	-	8.145	8.145
Arrendamentos	19	-	(13.577)	-	(13.577)
		(62.006)	(13.577)	953.199	877.616
Outros movimentos que não afetam o fluxo de caixa de atividade de financiamentos					
Pagamento de juros	14	(275.837)	-	-	(275.837)
Juros e variações monetárias	14	336.579	11.876	-	348.455
Aquisição de Delta 7, Delta 8, Assuruá III, Chuí e Ventos da Bahia 1 e 2	5	1.937.833	5.806	-	1.943.639
Emissão de ações na aquisição de Assuruá III	5.1.2	-	-	201.016	201.016
Ágio na aquisição de Delta 7, Delta 8 e Assuruá III	-	-	-	(205.349)	(205.349)
Ágio na aquisição das ações de Asteri	-	-	-	(89.943)	(89.943)
Compra de participação de minoritários	-	-	-	111.985	111.985
Minoritários na aquisição de Chuí	-	-	-	(44.607)	(44.607)
Programa de remuneração baseado em ações	-	-	-	2.348	2.348
Lucro líquido do exercício	-	-	-	54.720	54.720
Outros	-	9.401	68.158	-	77.559
		2.007.976	85.840	30.170	2.123.986
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.896.854	125.387	3.845.032	9.867.273

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1 Oferta Pública de distribuição secundária de ações

Em 22 de janeiro de 2021, a Companhia divulgou por meio de Fato Relevante, a realização de oferta pública de distribuição secundária com esforços restritos de 24.479.998 ações ordinárias, de emissão da Companhia e de titularidade do BOLT FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo de investimento em participações e gerido pela Tarpon Gestora de Recursos S.A.

Em 28 de janeiro de 2021, a Companhia divulgou por meio de Fato Relevante, a precificação dessa oferta pública, fixando o preço por Ação de R\$ 39,00, totalizando o valor de R\$ 954.720. A liquidação da Oferta pelos investidores se deu no dia 02 de fevereiro de 2021.

33.2 Liquidação dívida de Gargaú

Em 22 de fevereiro de 2021, a Gargaú liquidou antecipadamente, o montante de R\$27.992, referente ao saldo devedor do contrato de financiamento junto ao BNDES, com vencimento original em 2027 e custo de TJLP + 2,23% a.a. A liquidação foi realizada com o objetivo de viabilizar a liberação do caixa restrito da controlada à Companhia, aumentando a liquidez. A Companhia, atualmente, estuda alternativas para alongamento do prazo médio da dívida do ativo e obtenção de recursos adicionais.

* * *

GOVERNANÇA CORPORATIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Carlos Reis de Magalhães Neto
Antonio Augusto Torres de Bastos Filho
Eduardo Mufarej
Gustavo Barros Mattos
Rogério Zampronha
Eduardo de Toledo
Gustavo Rocha Gattass
Rachel Ribeiro Horta

CONSELHO FISCAL

Membro efetivos
Ricardo Scalzo
Adelino Dias Pinho
Bruno Meirelles Salotti

Membro suplentes
Luiz Fernando Ferraz de Rezende
Carlos Roberto Matavelli
Tiago Isaac

COMITÊ DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCOS

Eduardo de Toledo
Kristian Schneider Huber
Walter Iorio

COMITÊ DE OPERAÇÕES COM ATIVOS DE PARTES RELACIONADAS

Eduardo de Toledo
Gustavo Rocha Gattass
Andrea Sztajn

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Antonio Augusto Torres de Bastos Filho
Andrea Sztajn
Thiago Trindade Linhares

Wiliam Franco de Oliveira
Contador
CRC 1SP256533/O-3

* * *

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Omega Geração S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Omega Geração S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias, ativo prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social conforme detalhado na nota explicativa 18. Em 31 de dezembro de 2020, o montante de imposto diferido ativo era de R\$157.306 mil no consolidado. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão em que haja lucro tributável futuro.

Esse item foi considerado um principal assunto de auditoria, tendo em vista que o processo de estimativa de realização desses tributos é complexo e envolve a utilização de diversas premissas para estimar o montante e o correspondente ano fiscal no qual os referidos tributos diferidos serão realizados no curso normal das operações da Companhia. Essas estimativas estão apoiadas na realização de estudos de projeção de rentabilidade futura, preparados pela administração, os quais incluem previsões de condições futuras de mercado e de negócios, relacionados ao ambiente de negócios em que a Companhia atua, que possibilitarão a realização desses tributos diferidos nos próximos exercícios.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, o planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos para os componentes significativos, discussão dos riscos de distorção relevante, envio das instruções aos auditores dos componentes, avaliação e revisão do trabalho por eles realizados. Adicionalmente, revisamos e analisamos a consistência das projeções de rentabilidade futura preparadas pela administração com os dados históricos de estimativas passadas e, também, com as efetivas realizações das mesmas, avaliamos as premissas e metodologia usadas pela Companhia quando da preparação dessas estimativas de rentabilidade futura, avaliamos se as projeções da Companhia indicavam, para a parcela dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros e verificamos a acuracidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis. Analisamos também a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as projeções de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Aquisição de controladas e joint ventures

A Companhia adquiriu, em 30 de março, 30 de novembro e 08 de dezembro de 2020, a Assuruá III (controlada), o Complexo Chuí (controlada) e o Complexo Ventos da Bahia (*joint venture*), respectivamente. A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Tais procedimentos envolvem um elevado grau de subjetividade e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. As informações referentes a estas aquisições estão divulgadas nas notas explicativas 5.1.2, 5.1.5 e 5.1.6 das demonstrações financeiras, respectivamente.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido, além do impacto que possíveis alterações nas premissas poderiam trazer às demonstrações financeiras, à subjetividade e julgamento na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e do valor do ganho por compra vantajosa auferidos nessas aquisições.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, lemos os documentos que formalizaram a operação, como contratos e atas, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação de projeções para nos auxiliar na validação das premissas e metodologias utilizadas para determinação e mensuração do valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos. Também avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados, confrontando, quando disponível, com informações de mercado. Adicionalmente, avaliamos as divulgações incluídas nas demonstrações financeiras pela administração nas notas explicativas 5.1.2, 5.1.5 e 5.1.6.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas utilizados pela administração na contabilização da combinação de negócios, que envolvem o processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 02 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alessandra Aur Raso', is positioned above the name and identification number.

Alessandra Aur Raso
Contadora CRC-1SP248878/O-7



4T20 Relatório da administração

Em 31 de dezembro de 2020

OMGE3: R\$ 40,36

Valor de Mercado: R\$ 7,91 bi

Total de Ações: 195.912.131

Relações com Investidores:

Andrea Sztajn (CFO e DRI)

Pedro Ferman (RI)

rigeracao@omegageracao.com.br

Conferência de Resultados:

4 de março de 2021

11h00 São Paulo

www.omegageracao.com.br

Código de Acesso: Omega

Relatório da Administração

Senhoras e senhores acionistas, a Administração da Omega Geração S.A. (“Omega” ou “Companhia”) submete para apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2020 e 2019, em conformidade com as práticas contábeis internacionais e também as adotadas no Brasil. Acompanham este documento os relatórios dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando indicado de outra forma.

O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76 e segue recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 15, de 28.12.1987, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). É prioritariamente destinado aos acionistas da Companhia, estando, porém, à disposição para acesso público no website da Omega, da CVM e da B3, sendo ainda publicado em mídia impressa na cidade e no estado onde está localizada a sede da Companhia – Belo Horizonte (MG) – de acordo com a legislação brasileira.

Fechamento de Chuí levou a crescimento de capacidade de **78%** em 12 meses, tornando a Omega a maior detentora de ativos operacionais renováveis do Brasil. O 4T20 foi o melhor trimestre de 2020 com EBITDA¹ de **R\$ 287 milhões**, **18%** acima do 3T20. Lucro Bruto de Energia¹ deve superar **R\$ 1,55 bilhão** em 2021.

2020 submeteu empresas e pessoas a enormes desafios. Na Omega, tivemos que nos manter operacionais e reagir com agilidade e contundência a indisponibilidades inesperadas, além de cuidar de nossa gente (equipe, clientes, comunidades etc.) em localidades diversas e com diferentes preocupações e necessidades. Tivemos que avançar com iniciativas de consolidação do setor, garantindo que nosso desempenho não desviasse do plano de negócios de longo prazo. Tivemos que ser a primeira empresa de geração a dar um passo firme e profundo em tecnologia, e ao mesmo tempo financiar e integrar novos ativos. Mas com 2020 já no retrovisor, podemos afirmar que fomos capazes de criar valor em todas as frentes e manter nossa jornada estratégica no caminho, sem deixar ninguém para trás.

Como grande recompensa por nossos esforços de 2020, Chuí (582,8 MW) foi incorporado à Companhia em dezembro, transação que combinada com Ventos da Bahia (91,3 MW²), Assuruá 3 (50 MW), Delta 7 (62,1 MW) e Delta 8 (35,1 MW), elevou nossa capacidade instalada no final do ano de 2020 para 1.869 MW, um crescimento de 78% em relação a dezembro de 2019.

Além disso, e conforme esperado, o 4T20 foi nosso melhor trimestre em termos de desempenho operacional. O EBITDA¹ atingiu R\$ 287 milhões com um Lucro Bruto de Energia¹ de R\$ 358,2 mm, 24% acima do 3T20 incluindo a consolidação de Chuí em dezembro e 11% acima do 3T20 considerando os mesmos ativos.

Investimentos e Novos Empreendimentos

A integração de Chuí foi realizada de forma exemplar, devido a um planejamento sólido e um ótimo trabalho de nossa equipe de reestruturação. Agora, já donos dos ativos por 90 dias, estamos ainda mais otimistas sobre as otimizações que identificamos durante a diligência e o atingimento de retorno adicional de longo prazo de até 2 pontos percentuais não seria uma surpresa.

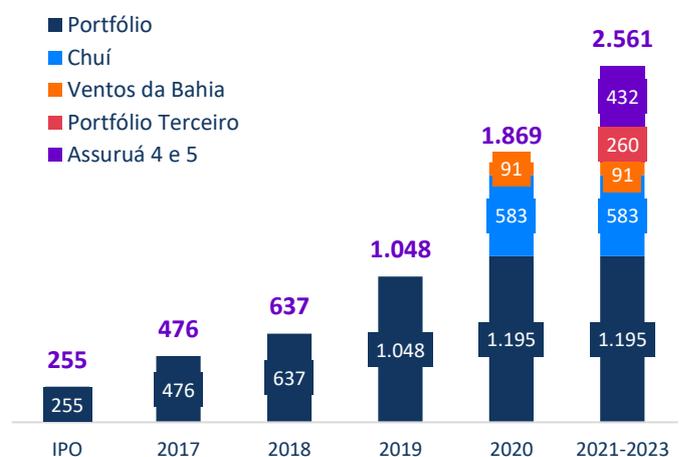
O plano de reestruturação que está sendo implementado no ativo prevê corte de custos, renegociação de contratos, maior disponibilidade e otimização da estrutura de capital. Liderados localmente pelo Sr. Diego Salgado, o novo time de Chuí está focado em nosso plano de integração de 100 dias e em algumas mudanças estruturais nas rotinas do complexo, relacionamento com fornecedores, sistemas, etc. Após nossa aterrissagem, nos sentimos confiantes para elevar a barra e revisar as metas do time de forma a refletir este novo cenário mais otimista, incluindo aumento de produção, margens maiores e menor custo da dívida. Estamos muito confiantes de que essas metas, semana após semana, serão alcançadas, e tornarão a aquisição de Chuí mais um exemplo da nossa capacidade de otimização de ativos renováveis.

Durante o 4T20, a Omega Desenvolvimento nos deu mais detalhes sobre seus novos empreendimentos e, neste momento, classificamos Assuruá 4 e Assuruá 5 na Bahia como negociações intermediárias, uma vez que ambos possuem contratos para aquisição de turbinas e obras de BOP, devem iniciar construção em 2021 e atingir a plena operação comercial entre final de 2022 e início de 2023. Ambos os projetos somam 432 MW de capacidade instalada e estão sendo estruturados com engenharia e equipamentos de altíssima qualidade.

A liderança do Sr. Rogério Zampronha somada a uma economia em recuperação nos deixa cada vez mais confiantes sobre as perspectivas de crescimento dos acordos de primeira oferta entre nós e a Omega Desenvolvimento.

Além disso, continuamos em exclusividade com um desenvolvedor terceiro para aquisição de aproximadamente 260 MW de projetos eólicos em construção e esperamos a definição sobre a assinatura da aquisição para os próximos 90 dias.

Crescimento Capacidade (MW)



Nossa meta de ser reconhecidos como a Companhia de Energia Renovável e Digital continua avançando. Além de expandir os volumes da nossa plataforma digital de venda energia, lançada em setembro, temos um plano amplo para desenvolver aplicações de back-end e front-end que podem potencializar produtividade, crescimento e lucratividade.

Desempenho 4T20

Nossa produção de energia cresceu 38% no 4T20 versus o 3T20, devido à melhora na incidência de recursos no complexo Delta, maior disponibilidade do portfólio (1,7 pontos acima do 3T20 ajustado por Serra das Agulhas) e adição de Chuí em dezembro (representando, sozinho, 27% do crescimento). O Lucro Bruto de Energia¹ no trimestre atingiu R\$ 352,8 milhões, 26% acima do 3T20, o EBITDA¹ foi de R\$ 287 milhões (margem¹ 80,1%) e o Lucro Líquido totalizou R\$ 99,5 milhões. Para o ano de 2020, o EBITDA¹ atingiu R\$ 756,4 milhões – representando um aumento de 9% em relação a 2019, apesar da maior indisponibilidade observada em 2020 devido aos reparos em Serra das Agulhas, indisponibilidade do BOP no Maranhão, custos com a covid-19 e outros eventos de baixa probabilidade ocorridos em 2020 – e o Lucro Líquido totalizou R\$ 54,7 milhões.

Finalmente, vale a pena compartilhar que a Omega, mais uma vez, esteve muito acima da concorrência em termos de fatores de capacidade durante o 4T20. Conforme visto nos rankings abaixo, em outubro, novembro e dezembro, nossos parques estiveram pelo menos entre 9 dos 10 melhores desempenhos eólicos do Brasil todo mês, com fatores de capacidade chegando a 86,4%, um símbolo inegável de nossa excelência e dos fundamentos sólidos do portfólio.

Top 10 Projetos Eólicos CCEE – Outubro					Top 10 Projetos Eólicos CCEE - Novembro					Top 10 Projetos Eólicos CCEE - Dezembro				
#	Ativo	Fator ³	Região	Empresa	#	Ativo	Fator ³	Região	Empresa	#	Ativo	Fator ³	Região	Empresa
1	Porto do Delta	86,4%	Piauí	Omega	1	Porto do Delta	77,9%	Piauí	Omega	1	Porto do Delta	82,9%	Piauí	Omega
2	Testa Branca III	83,9%	Piauí	Omega	2	Delta 3 VII	75,9%	Maranhão	Omega	2	Delta 3 VII	81,9%	Piauí	Omega
3	Testa Branca I	81,4%	Piauí	Omega	3	Testa Branca III	75,2%	Piauí	Omega	3	Testa Branca I	80,9%	Piauí	Omega
4	Delta 3 VII	81,2%	Maranhão	Omega	4	Testa Branca I	75,2%	Piauí	Omega	4	Delta 5 I	78,7%	Maranhão	Omega
5	Delta 5 I	80,4%	Maranhão	Omega	5	Delta 3 VI	72,7%	Maranhão	Omega	5	Delta 3 VI	78,5%	Maranhão	Omega
6	Delta 3 V	80,1%	Maranhão	Omega	6	Delta 5 I	72,6%	Maranhão	Omega	6	Delta 6 I	77,9%	Maranhão	Omega
7	Delta 6 II	79,3%	Maranhão	Omega	7	Delta 3 V	71,4%	Maranhão	Omega	7	Delta 3 V	77,5%	Maranhão	Omega
8	Delta 3 VI	79,2%	Maranhão	Omega	8	Delta 6 I	71,1%	Maranhão	Omega	8	Testa Branca II	76,5%	Maranhão	Omega
9	Delta 5 II	78,8%	Maranhão	Omega	9	Delta 3 IV	70,6%	Maranhão	Omega	9	Delta 6 II	76,4%	Maranhão	Omega
10	Delta 3 IV	76,8%	Maranhão	Omega	10	Carcará I	70,5%	RN	Other	10	Pedra Rajada	75,9%	Maranhão	Other

Felizmente, encerramos 2020 com todos os eventos de indisponibilidade resolvidos, com destaques para o religamento de Serra das Agulhas em novembro. Enfrentar a paralisação de uma PCH em meio a uma pandemia não foi uma tarefa fácil, mas nossa equipe, mais uma vez, fez o impossível para possibilitar a reinicialização do ativo em novembro, após concluir todo o processo de relicenciamento, desenvolvendo uma nova engenharia para adicionar mais margem de segurança à barragem de Serra (barragem totalmente de concreto agora com aumento de 119% de capacidade) e, finalmente, a própria reparação da barragem e retomada da produção.

Projeções

Nosso tamanho atual associado aos benefícios em dar mais detalhes sobre nosso plano de negócios, sazonalidade e direcionadores de resultados como previsão do tempo, planos de manutenção, tarifas de energia e outros, nos faz lançar na presente data uma política de projeções para 2021, conforme detalhado nas próximas páginas deste release.

Abrimos nossa política com a projeção de R\$ 1,55 bilhão para o Lucro Bruto de Energia em 2021 relacionado a nossos ativos operacionais atuais, implicando em um crescimento de 60% entre 2021 e 2020. As margens EBITDA devem variar entre 72% e 76%, uma redução em relação ao ano anterior em razão das margens intrinsecamente mais baixas em Chuí (valor da aquisição foi ajustado para contemplar este fator).

Mais especificamente, podemos indicar que 2021 iniciou com tendência positiva em relação a recursos. Nossa produção até fevereiro atingiu 1,098 GWh, 56 GWh acima da média da faixa para os dois meses, nos dando bom sinal inicial em relação a nossos resultados operacionais de 2021.

Mais uma vez, nosso espírito empreendedor fez toda a diferença em 2020. Conseguimos enfrentar as adversidades sem deixar nossa agenda de crescimento de lado e acabamos, por exemplo, aproveitando uma janela de oportunidade única para comprar Chuí em um raro processo de privatização.

A capacidade de 1.869 MW pós-Chuí torna a Omega a maior detentora de MWs renováveis em operação no Brasil, um marco para o trabalho incansável de muitos e para os brasileiros que acreditam que a livre iniciativa, que tenha foco verdadeiro na criação de valor para múltiplos *stakeholders* pode promover grandes e reais mudanças. Aproveito para parabenizar todos os nossos *stakeholders* por tais conquistas, reafirmando nosso mantra de 2020: não vamos descansar até que nossa visão de um futuro de energia sustentável alcance seu potencial pleno.



Antonio Augusto T. de Bastos Filho
Fundador e CEO

¹ Ajustado

² Considera participação de 50% da Omega em Ventos da Bahia 1 e 2

³ Fator de Capacidade

Estamos transformando o mundo por meio de energia limpa, acessível e simples

Somos uma plataforma de investimento de referência e a maior detentora de ativos renováveis no Brasil. Em 2020, lançamos a primeira plataforma 100% digital renovável de venda de energia

Consolidando a liderança em renováveis no Brasil, Omega anuncia seus resultados do 4T20 e 2020

Aquisição Transformacional de Chuí: 582,8 MW em ativos operacionais localizados no Rio Grande do Sul, combinando bons fundamentos técnicos e lucro bruto relevante. Plano de otimização em andamento para melhorar o retorno do investimento.

Nova Parceria com a EDF: aquisição de Ventos da Bahia 1 e 2 (91,3 MW¹) solidifica nossa parceria com a EDF Renewables e confirma nosso foco em continuar nosso processo de consolidação do setor em diferentes ambientes de mercado.

Primeira Plataforma 100% Digital de Venda de Energia: lançamento da primeira plataforma digital renovável de venda de energia do Brasil, reinventando a forma como os clientes compram e gerenciam energia e provocando uma mudança de mind-set no setor. 534,5 GWh de energia comercializados por meio do smart flex, nosso primeiro produto digital.

Foco contínuo em ESG: mais de 80.000 pessoas beneficiadas com a doação de respiradores, equipamentos de proteção, artigos hospitalares e cestas básicas. Continuidade dos nossos programas sociais: ensino a distância em nossos centros de educação JPM e 161 sistemas de esgoto ecológico construídos na Bahia.

Redução das Emissões de CO₂: 204,7 mil toneladas⁶ de CO₂ evitadas no 4T20, totalizando 328,2 mil toneladas⁶ de CO₂ evitadas em 2020.

Resposta rápida e contundente em Serra das Agulhas: reconstrução de barragem reforçada e retomada das operações em apenas 10 meses após a paralisação, mostrando a capacidade única da Omega em resolver problemas complexos.

Novos Investidores em Dívida e Ações: conclusão bem-sucedida de nossa 3ª oferta de ações, captando R\$ 897 milhões em recursos primários para financiar a estratégia de crescimento da Omega. Primeiro pré-pagamento do BNDES no Complexo Indaiás, levantando R\$ 30,5 milhões em caixa adicional, e R\$ 160 milhões em debêntures de infraestrutura verdes.

Geração Recorde²: 1.879,4 GWh no 4T20, 38% acima do 3T20 e 4T19, totalizando 4.654,9 GWh em 2020, 21% acima de 2019.

Lucro Bruto de Energia Ajustado³: R\$ 358,2 milhões no 4T20, 26% acima do 3T20 e 25% acima do 4T19, totalizando R\$ 969,7 milhões, 18% acima de 2019. Preço médio (Lucro Bruto de Energia² Ajustado³/Geração) de R\$ 210,7/MWh em 2020, 3% abaixo de 2019.

EBITDA Ajustado⁴: R\$ 287,0 milhões (margem⁵ de 80,1%) no 4T20, 24% acima do 3T20 e 18% acima do 4T19, totalizando R\$ 756,4 milhões em 2020 (margem⁵ de 78,0%), 9% acima de 2019.

Lucro Líquido: R\$ 99,5 milhões no 4T20, 165% acima do 3T20 e 101% do 4T19, totalizando R\$ 54,7 milhões em 2020, 68% acima de 2019.

¹ Considera a participação de 50% da Omega em Ventos da Bahia 1 e 2

² Considera a participação de 50% da Omega em Pirapora e Ventos da Bahia 1 e 2

³ Não considera itens não-caixa e não-recorrentes. Considera a participação pro-rata de investimentos não consolidados

⁴ Não considera itens não-caixa e não-recorrentes. Considera participação pro-rata de Investimentos não consolidados e 78% de Santa Vitória do Palmar e 99,99% de Hermenegildo

⁵ EBITDA Ajustado/Lucro Bruto de Energia Ajustado

⁶ Considera a média de tCO₂/MWh de 2020 do MCTIC

Eventos Subsequentes

Refinanciamento Complexo Gargaú: conclusão do segundo refinanciamento de BNDES da Omega, no Complexo Gargaú, para liberar caixa restrito e melhorar a liquidez do ativo.

Principais Indicadores

Operacionais e Financeiros

Principais Indicadores	Unidade	4T20	4T19	Var.	3T20	Var.	2020	2019	Var.
Capacidade Instalada (100% dos ativos operados) ¹	MW	1.869,0	1.047,7	78%	1.194,9	56%	1.869,0	1.047,7	78%
Geração de Energia ¹	GWh	1.879,4	1.364,8	38%	1.359,8	38%	4.654,9	3.854,3	21%
Receita Líquida	R\$ mm	393,3	330,8	19%	314,4	25%	1.102,1	1.014,4	9%
Lucro Bruto de Energia	R\$ mm	313,8	247,0	27%	246,5	27%	811,0	668,8	21%
Lucro Bruto de Energia Ajustado ²	R\$ mm	358,2	285,9	25%	285,1	26%	969,7	824,1	18%
Lucro Bruto de Energia Ajustado ² /Geração	R\$/MWh	191,8	215,2	-11%	210,8	-9%	210,7	217,8	-3%
EBITDA	R\$ mm	353,0	212,4	66%	203,3	74%	787,4	573,2	37%
EBITDA Ajustado ²	R\$ mm	287,0	243,8	18%	230,6	24%	756,4	692,2	9%
Margem EBITDA Ajustada ³	%	80,1%	85,3%	-5,1 p.p.	80,9%	-0,7 p.p.	78,0%	84,0%	-6,0 p.p.
Lucro Líquido	R\$ mm	99,5	49,5	101%	37,6	165%	54,7	32,6	68%
EBITDA Ajustado ² sem Chuí	R\$mm	262,3	243,8	8%	230,6	14%	731,7	692,2	6%
Margem ³ EBITDA Ajustada sem Chuí	%	81,0%	85,3%	16%	80,9%	-1%	78,2%	84,0%	43%
Posição de Caixa	R\$ mm	1.343,1	1.138,5	18%	1.944,4	-31%	1.343,1	1.138,5	18%
Dívida Líquida	R\$ mm	4.553,7	2.812,4	62%	2.606,3	75%	4.553,7	2.812,4	62%
Plataforma Digital	Unit	4T20	4T19	Var.	3T20	Var.	2020	2019	Var.
Cotações	N°	-	-	-	-	-	16.431	-	-
Contratos	N°	-	-	-	-	-	263	-	-
Energia Comercializada ⁴	R\$ mm	-	-	-	-	-	112,8	-	-

¹ Considera participação de 50% da Omega em Pirapora e Ventos da Bahia 1 e 2

² Não considera itens não-caixa e não-recorrentes. Considera a participação pro-rata de investimentos não consolidados

³ EBITDA Ajustado/Lucro Bruto de Energia Ajustado

⁴ Considera os resultados pré-operacionais do produto smart flex

Indicadores ASG

Durante 2020, a Omega Geração contribuiu diretamente com 10 das 17 metas globais estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs).

#	ODS	2020 e 4T20
2	Fome Zero e Agricultura Sustentável	O projeto Da Raiz ao Grão fomentou a cadeia produtiva da mandioca, atividade tradicional e de subsistência na comunidade Gamaleira do Assuruá (BA), através da reforma e implementação da “Casa da Farinha” (unidade fabril para produção de farinha de mandioca), além de capacitar e emponderar a comunidade local em práticas de agricultura sustentável.
3	Saúde e Bem-Estar	Contribuímos com o combate à covid-19 nas regiões onde estamos presentes, com a doação de ventiladores, equipamentos de proteção individual (EPIs), artigos hospitalares e cestas básicas.
4	Educação de Qualidade	Os Centros de Educação Janela para o Mundo, nosso principal projeto de educação, atualmente presentes nos estados do Piauí e Maranhão, continuaram a emponderar as comunidades locais por meio da educação durante a pandemia da covid-19. Preparamos projetos virtuais de educação infantil, fundamental, médio, técnico, profissional e de adultos, como “Sem Barreiras”, “Histórias da Minha Terra” e “Conversas Sobre Nossa Língua”, “Leiturando” e “Jogos Matemáticos”, que abordam temas de alfabetização e conhecimentos básicos de matemática. Durante o ano, também ficamos felizes em saber que a escola pública assistida por nossas equipes de apoio no Piauí atingiu, pela primeira vez, sua meta para o 8º e 9º ano, conforme publicado nos resultados de 2019 do IDEB pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).
6	Água Potável e Saneamento	Por meio do Projeto Ecolar, já fornecemos sistema de esgoto para 161 domicílios (de um total de 193) em nove comunidades rurais do entorno de nossa operação na região de Assuruá (BA). O projeto já construiu três banheiros (de um total de 51) e estruturou oficinas para os moradores com o intuito de estimular o reaproveitamento da água tratada para o plantio de frutas e hortaliças em seus quintais.
7	Energia Acessível e Limpa	A energia limpa, acessível e simples da Omega evitou a emissão de 328,2 mil toneladas ² de CO ₂ em 2020
10	Redução das Desigualdades	O Programa Janela para o Mundo apoia o desenvolvimento social das comunidades locais por meio de iniciativas de educação e geração de renda, ajudando a construir oportunidades nas regiões mais pobres do Brasil onde operamos. Por meio do “Sem Barreiras” em nosso canal do YouTube, temos o compromisso de ser inclusivos e acessíveis ao público com deficiência visual e auditiva, disponibilizando nossa produção audiovisual em audiodescrição e LIBRAS.
12	Consumo e Produção Responsáveis	Através do nosso Sistema de Gestão Ambiental (SGA) ajudamos a garantir a produção responsável de energia limpa em nossos complexos e, através dos RECs (certificados de energia renovável), permitimos que outras empresas possam assegurar que seu consumo de energia provém de fontes renováveis.
13	Ação Contra a Mudança Global do Clima	Combatemos as mudanças climáticas desde o início, e no 4T20 evitamos a emissão de 204,7 mil toneladas de CO ₂ .
15	Vida Terrestre	Investimos na recuperação de 235.314 m ² de áreas degradadas e monitoramos a qualidade da água, a avifauna e a ictiofauna que cercam nossos ativos.
17	Parcerias e Meios de Implementação	Em parceria com a UNICEF, estabelecida em abril de 2020, beneficiamos mais de 80.000 ¹ pessoas, aproximadamente 16.000 ¹ famílias vulneráveis, de mais de 7 capitais brasileiras, com a doação de cestas básicas, kits de higiene e panfletos de informações, uma ação que apoiou o combate contra a covid-19. Juntamo-nos a iniciativa “Um Milhão de Oportunidades” das Nações Unidas para gerar oportunidades de acesso à educação de qualidade nos próximos dois anos para jovens vulneráveis com idades entre 14 e 24 anos.

¹ Considera Pirapora ² Fonte: Considera o fator médio de CO₂ de 2020 do MCTI

Projeções 2021

Projeção: buscando maior transparência, seguindo as melhores práticas de governança e para facilitar o entendimento da Omega, passaremos a fornecer projeções trimestrais e anuais para os principais indicadores operacionais.

Frequência: forneceremos anualmente, no momento de divulgação de resultados de fim de ano, nossa estimativa para o ano subsequente.

Forneceremos trimestralmente, no momento de divulgação de resultados trimestrais, nossa estimativa para o trimestre subsequente, bem como revisaremos nossa projeção anual, quando necessário.

Todos os indicadores consideram nosso portfólio atual de ativos e serão atualizados, oportunamente, em caso de aquisições.

Projeção Trimestral: os indicadores selecionados para a projeção trimestral foram Geração de Energia e Lucro Bruto de Energia Ajustado.

Nossas projeções consideram incertezas trimestrais. Dessa forma, as faixas de projeção para o primeiro semestre do ano devem ter uma dispersão maior em relação ao segundo semestre, quando o desvio de produção cai, impactando significativamente todos os principais indicadores.

Projeção Anual: Os indicadores selecionados para a projeção anual foram Geração de Energia, Lucro Bruto de Energia Ajustado, Margem EBITDA Ajustada e Sazonalidade da Produção.

As projeções anuais de Geração de Energia e Lucro Bruto de Energia Ajustado por ativo também serão divulgados na seção “Ativos”.

Acompanhamento: divulgaremos mensalmente no nosso website a produção dos nossos ativos.

Projeção Sazonalidade da Produção

Indicador	Unidade	1T	2T	3T	4T
Sazonalidade	%	20%	20%	30%	30%

Projeção 1T2021

Indicadores	Unidade	1T2021	1T2020	Var.	4Q2020	Var.
Geração de Energia ¹	GWh	1.400 a 1.600	634,9	121% a 152%	1.879,4	-26% a -15%
Lucro Bruto de Energia Ajustado ²	R\$ mm	290 a 335	144,3	101% a 132%	357,4	-19% a -6%

Projeção 2021

Indicadores	Unidade	2021	2020	Var.
Geração de Energia ¹	GWh	7.150 a 7.850	4.654,9	54% a 69%
Lucro Bruto de Energia Ajustado ²	R\$ mm	1.450 a 1.650	969,7	50% a 70%
Margem ² EBITDA Ajustada	%	72% a 76%	78,0%	-6 p.p. a -2 p.p.

(1) Considera participação proporcional de ativos não consolidados: Pipoca (51%), Pirapora (50%), Omega Comercializadora (51%) e Ventos da Bahia 1 e 2 (50%). (2) Considera participação proporcional de ativos não consolidados e não considera a participação de 22% de Santa Vitória do Palmar e 0,01% de Hermenegildo não detidas pela Omega.

Aquisição de Ativos Renováveis

Crescimento de 7,3x desde o IPO com resultados econômicos sólidos

Nossa Estratégia de Crescimento

Nossa criação de valor baseia-se em um contínuo crescimento oriundo da aquisição de ativos renováveis operacionais de alta qualidade, ganhando escala de forma contínua e perseguindo disciplinadamente o aumento de retornos, diversificação de riscos e redução de nosso custo de capital

Buscaremos aquisições com retornos acima de nosso custo de capital e que diversifiquem nossa base de ativos com eficácia. Focaremos em ativos eólicos, solares, hidrelétricos com alta qualidade técnica, longevidade operacional, contratos de venda de energia de longo prazo, escala adequada e custos de operação consistentes, proporcionando fluxos de caixa mais previsíveis e estáveis. Com isso, almejamos continuar oferecendo a nossos investidores a melhor equação de risco-retorno do nosso setor.

Investimentos – Ativos Adquiridos

As aquisições da Delta 7 e Delta 8 (97,2 MW), Assuruá 3 (50 MW), Ventos da Bahia 1 e 2 (91,3 MW) e Chuí (582,8 MW) concluídas durante 2020 são uma forte prova do nosso foco na excelência e na criação de valor consistente.

A aquisição do Chuí, em particular, é um marco pela sua dimensão, diversificação e robustez técnica, características que devem ser maximizadas pelo uso das nossas múltiplas competências para melhorar o retorno do investimento.

Capacidade Instalada (MW)



Complexo Chuí – Uma aquisição transformacional

Destaques

Dados Chave	
Capacidade Instalada (MW)	582,8
Participação Omega	78% ¹ 99,99% ²
Fator de Capacidade ³	35,3%
Operação Comercial	2015
Preço Médio (R\$/MWh) ⁴	208,6
PPA	Mercado Livre
PPA (MWm)	200,8

- Em 30 de novembro de 2020, a Omega concluiu a aquisição do Complexo Chuí, 582,8 MW em ativos operacionais localizados no Rio Grande do Sul, combinando bons fundamentos técnicos e lucro bruto relevante
- Para a aquisição de 78% do Complexo Santa Vitória do Palmar e 99,99% do Complexo Hermenegildo, a Companhia pagou R\$ 618,2 milhões (Valor de Mercado)
- Integração bem-sucedida do complexo no portfólio da Omega e plano de otimização em andamento: (i) investimentos para aumentar os níveis de disponibilidade dos ativos, (ii) otimização de despesas gerais e administrativas, (iii) abordagem Omega para análise de dados das operações, (iv) otimização da estrutura de capital, entre outros

(1) Complexo Santa Vitória do Palmar (402 MW). (2) Complexo Hermenegildo (180,8 MW). (3) Fator de capacidade médio (2016-2018), líquido de perdas. (4) Preços de 2021 em Dez/20, reajustados pela inflação e curvas de preço dos contratos.

Ventos da Bahia 1 e 2 – Solidificando nossa parceira com a EDF Renewables

Dados Chave	
Capacidade Instalada (MW)	182,6
Participação Omega	50%
Fator de Capacidade ³	44,1
Operação Comercial	Set-18
Preço Médio (R\$/MWh) ⁴	224,6
PPA	Mercado Regulado
PPA (MWm)	42,6

Destaques

- Em 8 de dezembro de 2020, a Omega concluiu a aquisição de 50% da participação da EDF Renewables nos complexos Ventos da Bahia 1 e 2
- A aquisição ampliou a parceria de sucesso entre Omega e EDF Renewables, iniciada em 2018 com a aquisição do Complexo Solar de Pirapora
- O preço de aquisição (Valor de Mercado) foi de R\$ 360,5 milhões, pagos em caixa na data de fechamento pela Omega Geração

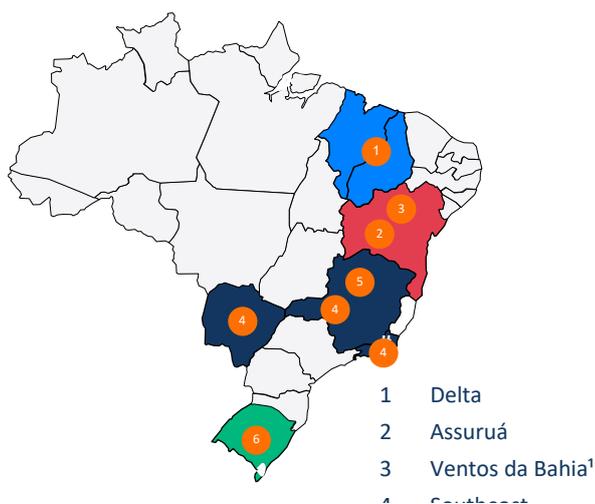
(1) Proporcional à participação de 50% detida pela Omega. (2) Preços de 2021 em Dez/20, reajustados pela inflação e curvas de preço dos contratos.

Investimentos – Negociações em Andamento

Aquisições relacionadas aos acordos de direito de primeira oferta (“ROFO”) com parceiros desenvolvedores ou em exclusividade com desenvolvedores terceiros sujeitos a diligência totalizam mais de 690 MW:

- Portfólio de Desenvolvedor Terceiro:** negociação exclusiva em andamento com desenvolvedor terceiro para adquirir aproximadamente 260 MW de capacidade eólica em construção; e
- Portfólio Omega Desenvolvimento:** direito de primeira oferta sobre Assuruá 4 e Assuruá 5, totalizando 432 MW em ativos eólicos na mesma região de Assuruá 1, 2 e 3 (BA), a serem implantados pela Omega Desenvolvimento.

Portfólio Omega



(1) Considera participação de 50% da Omega nos ativos.

#	Ativos	Fonte	Capacidade Instalada (MW)
1	Delta		570,8
2	Assuruá		353,0
3	Ventos da Bahia ¹		91,3
4	SE/CO		110,6
5	Pirapora ¹		160,5
6	Chuí		582,8
-	Capacidade Operacional	-	1.869,0
-	Estágio Intermediário		692,0
-	Total	-	2.561,0

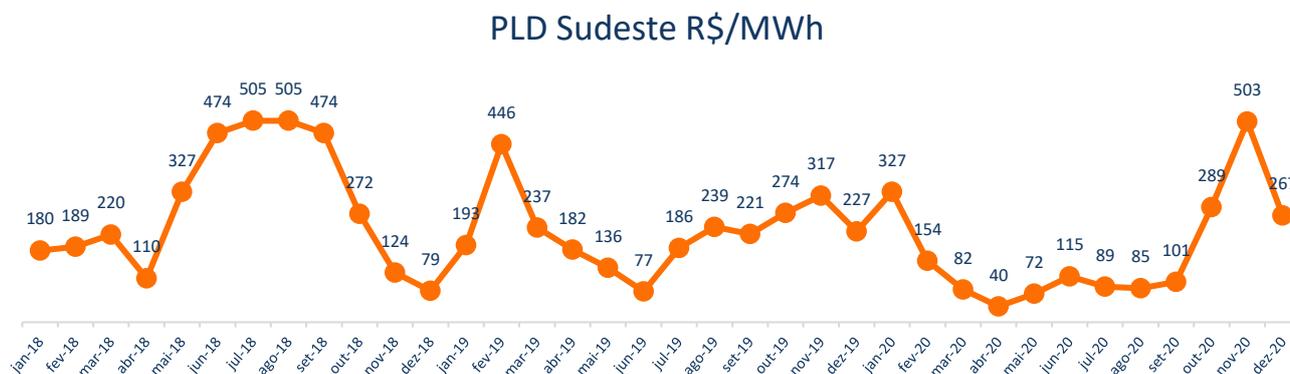
Venda de Energia

A Omega está posicionada para se tornar um dos principais fornecedores de energia do Brasil, sendo pioneira na digitalização e diminuindo a distância entre a energia limpa e os consumidores

Mercado de Energia

O 4T20 apresentou um dos piores períodos em termos de incidência de chuvas nas bacias brasileiras com volumes significativamente abaixo do 4T19. Apesar da redução da demanda de energia devido à pandemia da Covid-19, a falta de chuvas diminuiu consideravelmente os níveis dos nossos reservatórios e levou o PLD¹ (preço spot) médio no trimestre para R\$ 351/MWh, 29% acima do 4T19 e 384,0% acima do 3T20.

O PLD médio em 2020 foi de R\$ 177/MWh, 22% abaixo de 2019. A combinação de forte incidência de chuvas no início do ano e menor demanda por conta da pandemia resultou em preços menores ao longo do ano e o ajuste do MRE (antigo GSF) em 2020 foi 0,9 p.p. inferior a 2019 (80,1% vs 81,0%).



Fonte: CCEE. ¹ PLD Sudeste. ² CCEE.

Em 31 de dezembro de 2020, o nível de energia equivalente armazenado no Sistema Interligado Nacional (SIN) foi 24,5%, 1 p.p. acima do mesmo período de 2019 (23,5%).

Omega Comercializadora

A Omega Comercializadora (OMC) tem como foco principal a compra e a venda de energia de terceiros. Nesta unidade de negócios, vendemos energia diretamente aos consumidores, alavancados por nossa plataforma digital de venda de energia, e executamos operações de comercialização de mercado (“trading”).

Durante o 4º trimestre de 2020, a OMC comercializou 569 GWh de energia com margem média de R\$ 12,6 MWh, resultando em um Lucro Bruto de Energia antes do MTM de R\$ 7,2 milhões.

Comercialização de Energia	4T20	3T20	Var.	2020
Venda de Energia (R\$ MM)	109,5	78,3	40%	329,2
Compra de Energia (R\$ MM)	-102,3	-71,8	42%	-318,8
Lucro Bruto de Energia antes do MTM (R\$ MM)	7,2	6,4	12%	10,4
Energia Comercializada (GWh)	569,2	440,6	29%	1.811,9

A “marcação a mercado” (MTM) das posições de energia detidas pela OMC caiu R\$ 5,8 milhões, resultando em um lucro bruto de energia de R\$ 1,4 milhão neste trimestre, totalizando R\$ 24,2 milhões em 2020, o que representa 1.812 GWh de energia comercializada em 2020 e 4.756 GWh de posições tomadas.

Lucro Bruto de Energia (R\$ MM)	4T20	3T20	Var.	2020
Energia Comercializada	7,2	6,4	12%	10,4
Posições “marcação a mercado”	-5,8	-5,5	6%	13,8
Lucro Bruto de Energia	1,4	1,0	44%	24,2

Destacamos que atualmente detemos 51% da OMC e a Omega Desenvolvimento, um dos nossos principais parceiros de Desenvolvimento, detém o restante da participação, de forma que seus resultados não são consolidados nos resultados da Omega Geração e são reportados por meio do nosso Lucro Bruto de Energia Ajustado e EBITDA Ajustado.

Plataforma Digital – Transformando como clientes compram e gerenciam energia

Em 8 de setembro de 2020, lançamos a primeira plataforma digital de compra e venda de energia no Brasil. A plataforma deve alavancar os resultados da Omega Comercializadora, permitindo a migração de médias e pequenas empresas para o mercado livre e possibilitando que as empresas escolham renováveis e modelos de fornecimento que melhor atendam às suas necessidades, agregando valor e simplificando processos complicados.

Após 3 meses de operação, a plataforma apresentou resultados significativos:

- 1) Cotações: 16.431
- 2) Contratos fechados: 263
- 3) Energia comercializada: 534,5 GWh¹

¹ Considera os resultados pré-operacionais do produto smart flex

Portfólio de Contratos da Omega Geração

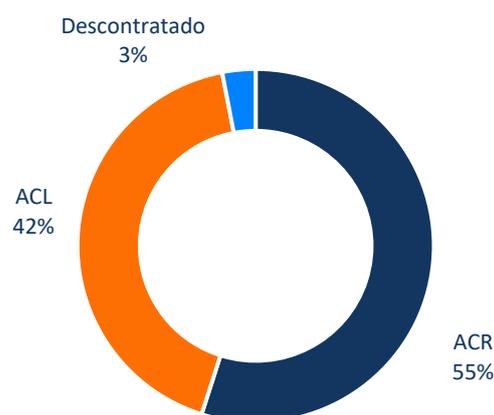
Nossos Contratos

O portfólio de contratos da Omega é composto predominantemente por contratos de longo prazo, indexados à inflação e com contrapartes de alta qualidade de crédito.

Esses contratos são divididos em:

- 1) Leilões de Energia Nova (LEN) de contratos de disponibilidade com banda anual e quadrienal¹, que estabilizam o fluxo de caixa contra variações mensais e anuais
- 2) Leilões de Energia de Reserva (LER) com banda anual e quadrienal e sem exposição à preços spot, uma vez que todo excedente ou déficit de geração de energia são vendidos dentro do PPA a preços fixos
- 3) PPAs bilaterais sólidos com contrapartes de alta qualidade

¹Excedentes ou déficits de energia dentro da banda são compensados no final do período

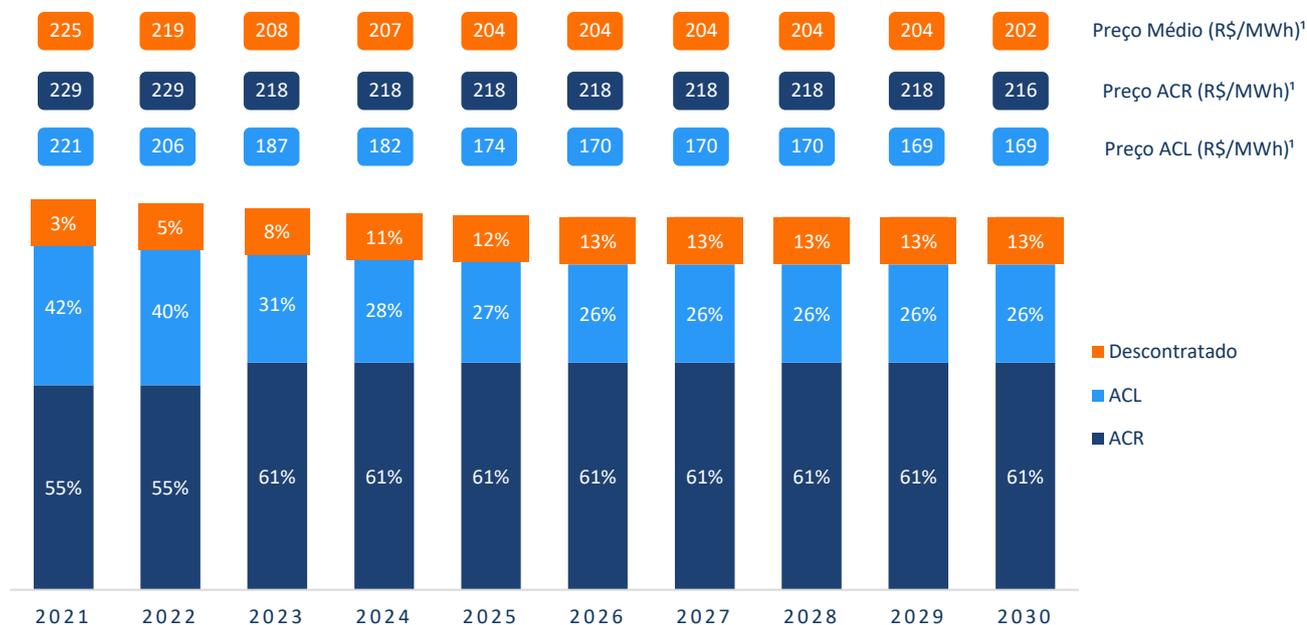


Distribuição de PPAs 2021 (%)²

² Considera portfólio operacional atual e contempla participação de 50% em ativos não consolidados

A produção da Companhia encontra-se quase 100% contratada no médio prazo (acima de 90% até 2023) e continuamos focados em otimizações do balanço energético e em melhorar o desempenho operacional dos nossos ativos para maximizar os resultados sobre as receitas contratadas.

No longo prazo, o nível de contratação dos ativos da Omega em contratos regulados e no mercado livre indexados à inflação é de 87,3%. O prazo médio ponderado dos contratos do portfólio da Companhia é atualmente de 13,6 anos.



¹Preço médio ponderado de energia contratada no ACR e ACL na data-base dezembro/20, os quais são corrigidos anualmente pela inflação (IPCA ou IGP-M, dependendo do contrato). Considera participação pro-rata de ativos não consolidados (Pipoca, Pirapora e Ventos da Bahia 1 e 2). Considera 78% de Santa Vitória do Palmar e 99,99% de Hermenegildo.

Gestão de Ativos

A Omega é a maior detentora de ativos renováveis do país e tem um portfólio 100% renovável de 1.869 MW, que inclui ativos eólicos, solares e hídricos

Ativos

A Omega detém uma capacidade instalada de 1.869 MW, localizados em 7 estados brasileiros: Maranhão, Piauí, Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

#	Ativos	Ativos	Fonte	Capacidade Instalada (MW)	Part. (%)	Geração 2021 (GWh)	Lucro Bruto de Energia 2021 (R\$ mm)	Lucro Bruto de Energia Médio/Geração (R\$/MWh)
1	Delta	Delta Piauí e Maranhão		570,8	100%	2.435 a 2.970	480 a 585	197,0
2	Assuruá	Assuruá 1, 2 e 3		353,0	100%	1.645 a 1.790	285 a 310	173,2
3	Ventos da Bahia	Ventos da Bahia 1 e 2		91,3 ¹	50%	410 a 445 ¹	85 a 95 ¹	210,5
4	SE/CO	Pipoca, Serra das Agulhas, Indaiás e Gargaú		110,6	91% ²	385 a 465 ²	110 a 140 ²	294,1
5	Pirapora	Pirapora		160,5 ¹	50%	390 a 420 ¹	130 a 145 ¹	339,5
6	Chuí	Santa Vitória do Palmar e Hermenegildo		582,8	78% 99,99%	1.725 a 1.855	285 a 310 ³	195,9 ³
Total	Total			1.869,0	-	7.150 a 7.850	1.450 a 1.650	206,7

¹ Considera participação de 50% da Omega em Pirapora e Ventos da Bahia 1 e 2. ² Considera participação de 51% em Pipoca. ³ Considera participação pro-rata de Chuí.

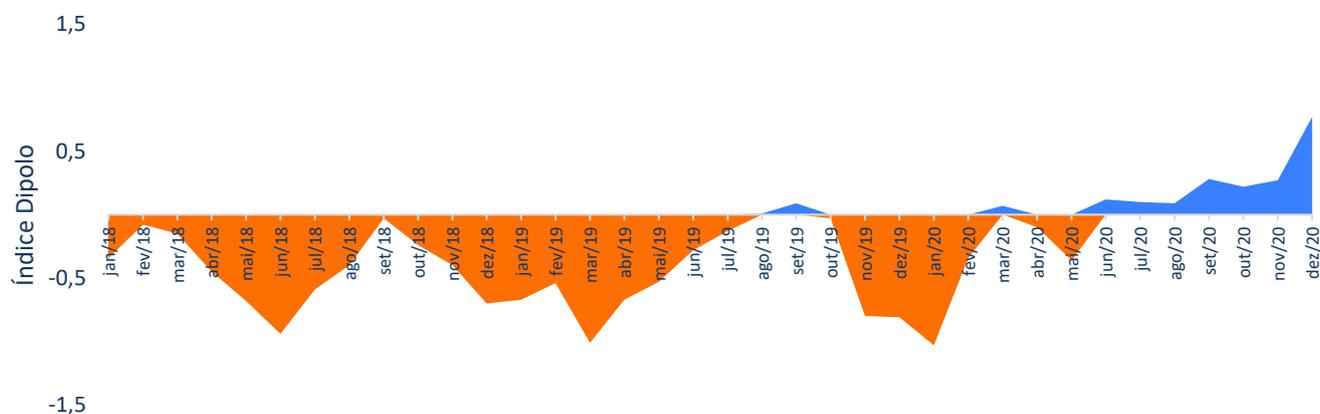


Performance Operacional

Recurso Eólico

O clima no Brasil segue um padrão cíclico alternando entre anos mais secos e anos mais chuvosos. Esse perfil cíclico é considerado em nossos estudos e gerenciado ativamente por meio de proteção (“hedge”) e diversificação contínua dos ativos em nosso portfólio.

Após um ciclo muito positivo entre 2012 a 2016, com incidência de vento igual ou superior ao nível de P50, iniciamos um ciclo menos positivo em 2018, marcado pela influência do fenômeno meteorológico Dipolo negativo. As altas temperaturas do Atlântico Sul geraram umidade acima da média na costa nordeste do Brasil, afetando a incidência de ventos em nossos ativos na região.

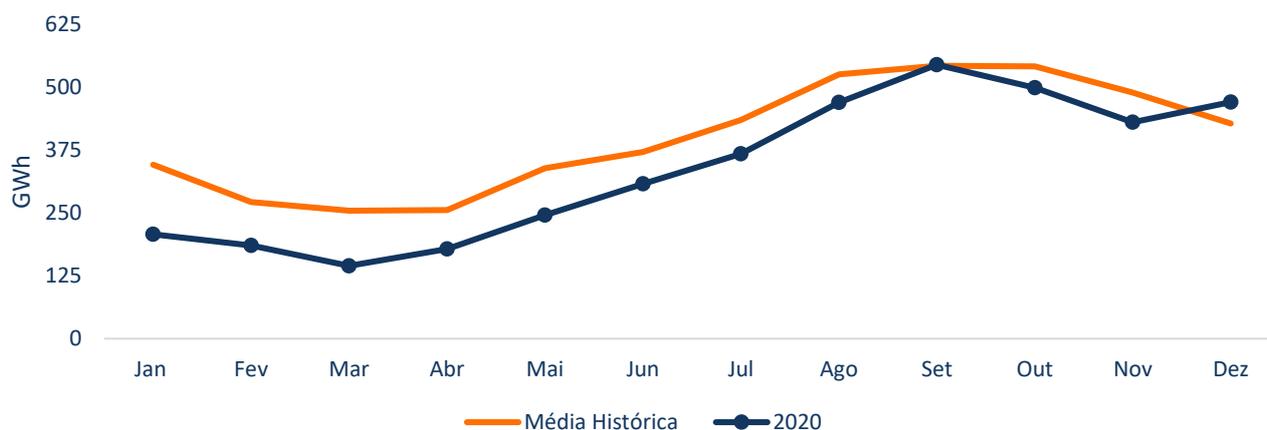


Fonte: MERRA (*Modern-Era Retrospective analysis for research and Applications, Version 2*)

Depois de um longo período de predominância do Dipolo negativo (26 dos últimos 29 meses) durante o 2º semestre de 2020, pudemos notar o aquecimento do Atlântico Norte e o sinal do Dipolo virando positivo. Como resultado, o desempenho eólico no Nordeste brasileiro melhorou de forma gradual e os recursos se aproximaram das suas médias históricas, resultando em um melhor desempenho em Assuruá e nos Deltas.

Todavia, a incidência de recursos abaixo da média durante o primeiro semestre de 2020 e o atraso do início da temporada de ventos (meados de agosto em comparação a meados de julho em um ano normal) resultaram em um desempenho mais fraco no ano.

Performance Delta e Assuruá 2020



Fonte: MERRA (Modern-Era Retrospective analysis for research and Applications, Version 2)

A geração potencial¹ na região do Delta melhorou 7 p.p. em relação ao trimestre anterior, ficando 4% abaixo da média de 41 anos, contra 12% no 3T20. A incidência do recurso foi ligeiramente mais fraca na região de Assuruá, ficando 4% abaixo do nível histórico, contra 3% abaixo no 3T20.

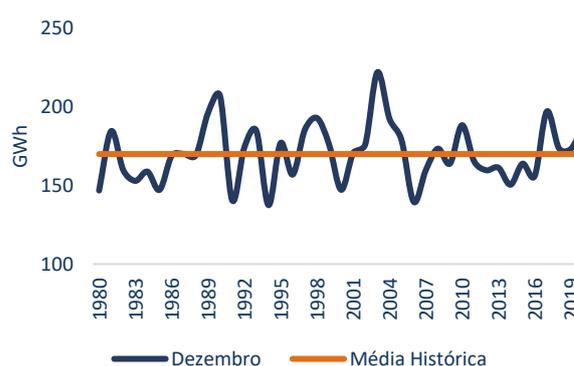
Geração Potencial vs Média (%)	4T20	4T19	Var.	3T20	Var.	2020	2019	Var.
Complexo Delta	-4%	-3%	-1 p.p.	-12%	7 p.p.	-19%	-9%	-9 p.p.
Complexo Assuruá	-4%	7%	-11 p.p.	-3%	-1 p.p.	-11%	2%	-12 p.p.
Delta e Assuruá	-4%	0%	-4 p.p.	-8%	4 p.p.	-16%	-5%	-10 p.p.

Chuí e Ventos da Bahia 1 e 2 apresentaram um primeiro mês sólido em termos de potencial de geração, com desempenhos 10,4% e 0,3% acima dos níveis históricos, respectivamente, reforçando a importância da diversificação do nosso portfólio e confirmando a redução da incerteza estimada durante a diligência.

Performance Ventos da Bahia Dezembro



Performance Complexo Chuí Dezembro

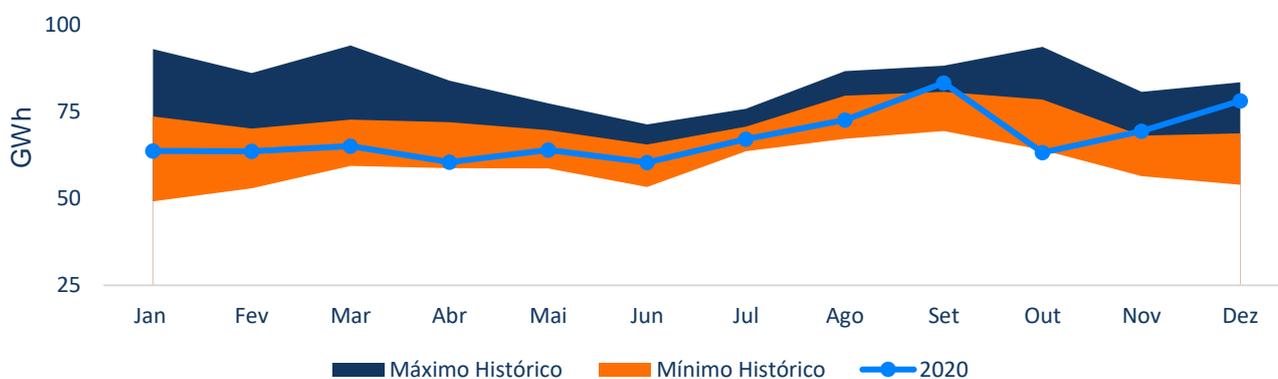


Os dois ativos apresentam um perfil complementar de recurso em relação aos nossos ativos existentes, principalmente devido à nossa entrada na região Sul. Um dos objetivos da nossa estratégia de crescimento é a diversificação da base de ativos, melhorando a previsibilidade de geração do nosso portfólio. Caso tivéssemos adquirido Chuí e Ventos da Bahia 1 e 2 no início do ano, o impacto dos fenômenos climáticos no Delta e em Assuruá seria mitigado em 6%, resultando em um desempenho 10% abaixo das médias históricas.

Recurso Solar

A incidência de irradiação foi ligeiramente melhor em Pirapora durante o quarto trimestre de 2020 quando comparada ao mesmo período de 2019, com geração potencial 2% abaixo da média histórica.

Performance Pirapora 2020



Fonte: MERRA (*Modern-Era Retrospective analysis for research and Applications, Version 2*)

A umidade acima da média observada em nossos ativos eólicos durante o primeiro trimestre de 2020 também afetou a incidência de recursos em Pirapora, o que resultou em uma perda de 7% no potencial de geração (11% no primeiro semestre de 2020 e 3% no segundo semestre de 2020).

Geração Potencial vs Média (%)	4T20	4T19	Var.	3T20	Var.	2020	2019	Var.
Complexo Pirapora	-2%	11%	-13 p.p.	-3%	1 p.p.	-7%	5%	-12 p.p.

Recurso Hídrico

Durante o 4º trimestre de 2020, a vazão da maior parte do nosso portfólio hídrico ficou ligeiramente abaixo dos níveis históricos (4,9% abaixo do 4T19 em Indaiá Grande, 18,8% abaixo do 4T19 em Indaiazinho e 18,6% abaixo do 4T19 em Serra das Agulhas). Pipoca teve um forte desempenho no 4T20, superando a média histórica em 3,8% e o 4T19 em 17,9%.

Vazão (m³/s)	Média 5 anos	4T20	Var.	4T19	Var.
Indaiá Grande	65,4	59,6	-8,9%	62,7	-4,9%
Indaiazinho	41,0	32,7	-20,3%	40,2	-18,8%
Pipoca	27,3	28,3	3,8%	24,0	17,9%
Serra das Agulhas	7,5	6,5	-13,0%	8,0	-18,6%

Dados da Companhia

Fonte:

Durante 2020, a umidade acima da média em Minas Gerais levou a vazão das bacias onde estão localizadas as PCHs Pipoca e Serra das Agulhas a um desempenho muito sólido, superando a média de 5 anos em 60,1% e 29,8% e 2019 em 126,6% e 62,9%, respectivamente. Importante destacar que o efeito financeiro de ambas as usinas segue o regime do GSF, que em 2020 foi de 19,9%.

A vazão de água em Indaiás ficou um pouco abaixo de 2019, levando a uma geração abaixo da média no complexo em 2020.

Vazão (m³/s)	Média 5 anos	2020	Var.	2019	Var.
Indaiá Grande	65,5	62,1	-5,2%	61,6	0,8%
Indaiazinho	41,6	37,8	-9,0%	40,5	-6,5%
Pipoca	27,0	43,2	60,1%	19,1	126,6%
Serra das Agulhas	5,2	6,7	29,8%	4,1	62,9%

Fonte: Dados da Companhia

Disponibilidade do Portfólio

Em 2020, a disponibilidade atingiu 93,9%, 3,2 p.p. abaixo de 2019. Vale ressaltar que este número foi impactado pela paralisação da produção da PCH Serra das Agulhas, comunicada ao mercado no dia 27 de janeiro de 2020. Os reparos na PCH foram concluídos em 23 de novembro de 2020 sem maiores impactos em nossa disponibilidade a partir de então. Sem este impacto, a disponibilidade do ano teria sido de 95,6%, 1,5% p.p. abaixo de 2019.

O nível de disponibilidade do ano também foi impactado pela indisponibilidade de Miranda (nosso *hub* adjacente à subestação da Eletronorte, localizado a 200 km do Complexo), que inativou todo o Complexo Maranhão por 6 dias, e pela falha de uns dos transformadores de Delta 3.

Tais eventos foram rapidamente resolvidos, minimizando perdas e sem quaisquer outros impactos em nossa disponibilidade a partir de 2021. Apesar da baixíssima probabilidade ocorrência, uma nova matriz de gerenciamento de risco detalhada já foi implementada para prevenir novos eventos.

Do lado positivo, as integrações de Chuí e Ventos da Bahia 1 e 2 pelo nosso time de gestão de ativos foram eficientes e isentas de impactos na produção e no lucro bruto, já superando a disponibilidade mínima planejada para os complexos no primeiro mês após a conclusão das aquisições.

Disponibilidade (%)	4T20	4T19	Var.	3T20	Var.	2020	2019	Var.
Ativos Hídricos	77,8%	97,0%	-19,2 p.p.	61,3%	16,5 p.p.	69,0%	97,6%	-28,6 p.p.
Ativos Eólicos	94,8%	96,0%	-1,2 p.p.	92,6%	2,2 p.p.	95,0%	96,4%	-1,4 p.p.
Ativos Solares	98,6%	98,2%	0,4 p.p.	99,3%	-0,7 p.p.	98,8%	98,7%	0,1 p.p.
Disponibilidade Total	94,2%	96,3%	-2,1 p.p.	91,4%	2,9 p.p.	93,9%	97,1%	-3,2 p.p.
Ativos Hídricos Ajustado ¹	98,6%	-	-	99,7%	-1,1 p.p.	98,6%	-	-
Disponibilidade Ajustada	95,4%	96,3%	-0,9 p.p.	93,7%	1,7 p.p.	95,6%	97,1%	-1,5 p.p.

¹ Não considera Disponibilidade de Serra das Agulhas

Geração de Energia

A geração de energia em 2020 foi novamente impactada pelo fenômeno Dipolo negativo. O alto índice de umidade observado ao longo do ano, levou a incidência de vento na região nordeste para níveis abaixo dos históricos durante a maior parte de 2020, além de ter registrado um dos piores primeiros semestres da nossa série histórica de 41 anos.

A maior umidade durante o primeiro semestre de 2020 também foi observada em Pirapora, levando nossa geração solar a uma redução de 9% em relação a 2019.

A produção hídrica foi significativamente impactada pela paralisação da PCH Serra das Agulhas para reparos em janeiro. Sem o impacto da PCH, nosso portfólio hídrico teria ultrapassado a geração de 2019 em 12%.

O ano completo de operação de Assuruá 1 e 2 e as aquisições de Delta 7, Delta 8, Assuruá 3, Chuí e Ventos da Bahia 1 e 2, levaram a geração eólica em 2020 a superar 2019 em 27%, totalizando uma geração recorde de 4.654,9 GWh, 21% acima de 2019.

Geração (GWh)	4T20	4T19	Var.	3T20	Var.	2020	2019	Var.
Pipoca	24,0	16,9	42%	15,3	57%	108,1	55,5	95%
Indaiás	41,6	51,4	-19%	39,9	4%	191,0	212,2	-10%
Serra das Agulhas	22,4	22,6	-1%	0,0	-	33,7	72,1	-53%
Geração Hídrica	88,0	91,0	-3%	55,2	59%	332,7	339,8	-2%
Gargaú	18,8	20,2	-7%	18,3	3%	53,8	60,5	-11%
Delta Piauí	232,1	237,2	-2%	180,6	29%	538,7	608,3	-11%
Delta Maranhão	670,5	565,3	19%	485,8	38%	1.544,0	1.481,5	4%
Assuruá	367,9	341,3	8%	513,5	-28%	1.403,6	950,1	48%
Chuí	370,5	-	-	-	-	370,5	-	-
Ventos da Bahia ¹	33,2	-	-	-	-	33,2	-	-
Geração Eólica	1.693,1	1.164,0	45%	1.198,1	41%	3.943,9	3.100,5	27%
Pirapora ¹	98,4	109,9	-11%	106,6	-8%	378,2	414,0	-9%
Geração Solar	98,4	109,9	-11%	106,6	-8%	378,2	414,0	-9%
Geração Total	1.879,4	1.364,8	38%	1.359,8	38%	4.654,9	3.854,3	21%

¹ Considera a participação de 50% da Omega em Pirapora e Ventos da Bahia 1 e 2

Na comparação trimestral, a geração de energia aumentou 38% como resultado das aquisições de Chuí e Ventos da Bahia 1 e 2 concluídas no 4T20, bem como pela maior incidência de recursos em todo nosso portfólio. O resultado foi parcialmente afetado pelo esperado fim da temporada de ventos em Assuruá.

Performance Financeira

Receita Líquida

A Receita Líquida atingiu R\$ 1.102,1 milhões em 2020, 9% acima de 2019, dada a maior base de ativos. Os menores preços spot (PLD) e dos nosso PPAs, em razão da curva dos contratos, compensou parcialmente o aumento de 21% na geração de energia.

No 4º trimestre de 2020, a melhora nas condições climáticas em nosso portfólio e a contribuição do primeiro mês do Complexo Chuí em nossos resultados, levaram a Receita Líquida a um aumento de 25% em relação ao 3T20, atingindo R\$ 393,3 milhões.

Receita Líquida (R\$ mm)	4T20	4T19	Var.	3T20	Var.	2020	2019	Var.
Proinfa	8,2	12,6	-35%	8,2	0%	31,7	29,5	8%
Mercado Regulado ("ACR")	155,3	163,8	-5%	167,7	-7%	497,1	445,6	12%
Mercado Livre ("ACL")	202,1	130,1	55%	138,7	46%	551,2	535,2	4%
CCEE	52,8	47,8	11%	12,6	319%	85,8	72,0	15%
Subsidiárias ²	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	6,6	-
Impostos	-25,1	-23,4	7%	-12,8	97%	-67,0	-74,4	-10%
Total	393,3	330,8	19%	314,4	25%	1.098,9	1.014,4	9%

¹ Receita Líquida menos Compra de Energia. ² PPAs das subsidiárias da Omega Comercializadora ("OMC") devem ser zerados antes do final do ano, à medida que os contratos expiram.

Lucro Bruto de Energia

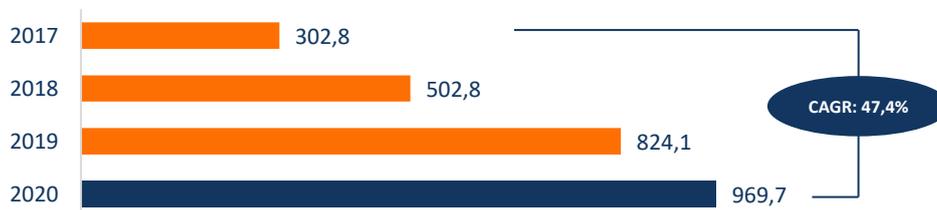
O Lucro Bruto de Energia Ajustado atingiu R\$ 358,2 milhões no 4º trimestre de 2020, 25% acima do 4T19 devido principalmente às aquisições de Chuí e Ventos da Bahia 1 e 2 (R\$ 42 milhões) e a melhor condição do recurso nos Deltas (R\$ 42 milhões).

Lucro Bruto de Energia (R\$ mm)	4T20	4T19	Var.	3T20	Var.	2020	2019	Var.
Receita Líquida	393,3	330,8	19%	314,4	25%	1.102,1	1014,4	9%
Compra de Energia	-79,4	-83,8	-5%	-67,9	17%	-291,1	-345,6	-16%
Lucro Bruto de Energia	313,8	247,0	27%	246,5	27%	811,0	668,8	21%
Lucro Bruto de Energia Não Consolidadas ¹	44,4	38,9	14%	38,6	15%	158,6	155,3	2%
Lucro Bruto de Energia Ajustado	358,2	285,9	25%	285,1	26%	969,7	824,1	18%
Geração (GWh) ¹	1.867,6	1.328,2	41%	1.352,3	38%	4.601,9	3.784,3	22%
Lucro Bruto de Energia Ajustado / Geração	191,8	215,2	-11%	210,8	-9%	210,7	217,8	-3%

¹ Considera a participação proporcional de Pipoca, Omega Comercializadora, Pirapora e Ventos da Bahia

Para o ano de 2020, a redução de 16% na Compra de Energia e a geração recorde da Omega levou o Lucro Bruto de Energia Ajustado atingir R\$ 969,7 milhões, 18% acima de 2019. Destacamos o sólido desempenho financeiro em um período de recursos fracos e de ocorrência de indisponibilidades de baixa probabilidade.

Lucro Bruto de Energia Ajustado (R\$ MM)



O preço médio (Lucro Bruto de Energia Ajustado / Geração) diminuiu 3% devido aos menores preços de PLD ao longo do ano, mas manteve um patamar 4% superior ao preço médio contratual de 2020 de R\$ 203/MWh, apresentado no release de resultados do 1T20.

Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Recorrentes (sem depreciação) atingiram R\$ 65,2 milhões no 4º trimestre de 2020, 35% acima do 3T20, devido ao aumento de 62% nas despesas gerais e administrativas, aos custos operacionais do primeiro mês de Chuí e os custos de integração dos ativos adquiridos.

Custos e Despesas Operacionais (R\$ mm)	4T20	4T19	Var.	3T20	Var.	2020	2019	Var.
O&M	-29,2	-20,7	41%	-22,9	28%	-93,0	-53,1	75%
Encargos Regulatórios	-14,6	-11,3	29%	-12,2	20%	-50,2	-33,1	51%
Despesas Gerais e Administrativas	-21,3	-12,9	65%	-13,1	62%	-55,7	-38,7	44%
Custos e Despesas Recorrentes sem Depreciação	-65,2	-44,9	45%	-48,2	35%	-198,9	-124,9	59%

% Lucro Bruto de Energia	0,2	0,2	2,6 p.p.	0,2	1,2 p.p.	0,2	0,2	5,9 p.p.
Incentivos de Longo Prazo	0,0	0,0	-	0,0	-	-2,3	0,0	-
Outras Receitas e Despesas Operacionais	110,7	2,7	-	-0,6	-	168,1	2,9	-
Total sem Depreciação	45,5	-42,2	-208%	-48,8	-193%	-33,1	-122,0	-73%
Depreciação e Amortização	-78,0	-56,9	37%	-63,0	24%	-263,6	-187,1	41%
Total	-32,5	-99,2	-67%	-111,8	-71%	-296,7	-309,1	-4%

Em 2020, Custos e Despesas Recorrentes (sem depreciação) atingiram R\$ 198,9 milhões, 59% acima de 2019, devido ao aumento anual dos contratos de O&M (18%), ao ano completo de operação de Assuruá 1 e 2 (18%) e às aquisições concluídas ao longo do ano (26%).

Custos e Despesas totais caíram 4% em 2020, já que o aumento de 59% em Custos e Despesas Recorrentes e o aumento de 41% em Depreciação e Amortização foram compensados por ganhos não recorrentes na compra de Assuruá 3 (R\$ 59,5 milhões) e Chuí e Ventos da Bahia 1 e 2 (R\$ 95,6 milhões).

EBITDA

A melhora na incidência de ventos na região do Delta (R\$ 34,2 milhões acima do 3T20) e a contribuição do primeiro mês de Chuí e Ventos da Bahia 1 e 2 (R\$ 31,0 milhões) levaram a um sólido EBITDA Ajustado de R\$ 287,0 milhões no 4º trimestre de 2020, 24% acima do 3T20 e 18% acima do 4T19.

EBITDA (R\$ mm)	4T20	4T19	Var.	3T20	Var.	2020	2019	Var.
Lucro Bruto de Energia	313,8	246,9	27%	246,5	27%	811,0	668,8	21%
Custos e Despesas Operacionais	-32,5	-99,1	-67%	-111,8	-71%	-296,7	-309,1	-4%
Equivalência Patrimonial	-6,2	7,7	-182%	5,6	-212%	9,5	26,4	-64%
Lucro Operacional (EBIT)	275,1	155,5	77%	140,3	96%	523,9	386,1	36%
Depreciação e Amortização	78,0	56,9	37%	63,0	24%	263,6	187,1	41%
EBITDA	353,0	212,4	66%	203,3	74%	787,4	573,2	37%
Equivalência Patrimonial	6,2	-7,7	-182%	-5,6	-212%	-9,5	-26,4	-64%
EBITDA Não Consolidadas	32,0	38,7	-17%	31,0	3%	132,7	144,0	-8%
Minoritários de Chuí ¹	-4,6	0,0	-	0,0	-	-4,6	0,0	-
Impostos Recuperáveis	-6,2	0,3	-	0,0	-	-6,2	1,3	-580%
Incentivos de Longo Prazo	0,0	0,0	-	0,0	-	2,3	0,0	-
Receita Não Recorrente	-93,4	0,0	-	1,9	-	-145,7	0,0	-
EBITDA Ajustado	287,0	243,8	18%	230,6	24%	756,4	692,2	9%
Lucro Bruto de Energia Ajustado	358,2	285,9	25%	285,1	26%	969,7	824,1	18%
Margem EBITDA Ajustada²	80,1%	85,3%	-5,1 p.p.	80,9%	-0,7 p.p.	78,0%	84,0%	-6,0 p.p.

¹ 22% de Santa Vitória do Palmar e 0,01% de Hermenegildo. ² Adjusted EBITDA/Adjusted Energy Gross Profit

O EBITDA atingiu R\$ 787,4 milhões em 2020, 37% acima de 2019, devido a itens não-caixa/ não-recorrentes de R\$ 154,2 milhões. Sem esses itens, o EBITDA teria ficado 10% acima de 2019, atingindo R\$ 633,2 milhões.

O EBITDA das Não Consolidadas atingiu R\$ 132,7 milhões, 8% abaixo de 2019, já que a contribuição do primeiro mês de Ventos da Bahia 1 e 2 e o melhor resultado de Pipoca foram compensados pelos maiores custos da OMC, devido aos investimentos na plataforma digital, e pela queda no resultado de Pirapora, dada a incidência de irradiação abaixo de 2019. Com isso, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 756,4 milhões, 9% acima de 2019, com uma Margem EBITDA Ajustada de 78,0%, 6,0 p.p. abaixo de 2019.

As principais contribuições para o crescimento do EBITDA Ajustado, comparado ao ano de 2019 foram: (i) o ano completo de operação de Assuruá 1 e 2, sendo responsável por R\$ 59,8 milhões, (ii) a contribuição do primeiro mês de Chuí e Ventos da Bahia 1 e 2, sendo responsável por R\$ 24,7 milhões e R\$ 6,2 milhões, respectivamente e (iii) os melhores resultados em nosso portfólio hídrico, sendo responsável por R\$ 20,6 milhões.

Variação EBITDA - 2019 x 2020 (R\$ MM)



Resultado Financeiro

Durante o 4º trimestre de 2020, a nova dívida de Chuí, assim como o aumento de 1,9 p.p. no índice IPCA (32% das dívidas da Companhia), levou a um aumento de 55% no Resultado Financeiro Líquido em relação ao 3º trimestre de 2020.

Índice	4T20	3T20	Var.	4T19	Var.	2020	2019	Var.
IPCA	3,1%	1,2%	1,9 p.p.	1,8%	1,4 p.p.	4,5%	4,3%	0,2 p.p.
CDI	0,5%	0,5%	0,0 p.p.	1,3%	-0,8 p.p.	2,9%	6,7%	-3,8 p.p.
TJLP	1,1%	1,2%	-0,1 p.p.	1,4%	-0,3 p.p.	5,0%	6,9%	-1,9 p.p.

Durante 2020, tanto o ano completo de operação de Assuruá 1 e 2, como as aquisições concluídas ao longo do ano levaram o Resultado Financeiro Líquido a um aumento de 30%, apesar da queda de 1,9 p.p. na TJLP (59% da dívida total) e da redução de 3,8 p.p. do CDI (9% da dívida total).

Resultado Financeiro (R\$ mm)	4T20	4T19	Var.	3T20	Var.	2020	2019	Var.
Juros sobre Aplicações Financeiras	6,9	10,8	-36%	4,3	61%	22,3	24,6	-9%
Outros	0,5	0,0	-	0,9	-46%	1,4	0,0	-
Receita Financeira	7,4	10,7	-31%	5,2	43%	23,7	24,7	-4%
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	-117,1	-76,6	53%	-77,2	52%	-336,6	-267,6	26%
Outros	-38,1	-28,9	32%	-23,6	61%	-104,8	-77,4	35%
Despesas Financeiras	-155,2	-105,5	47%	-100,8	54%	-441,4	-345,0	28%
Resultado Financeiro Líquido	-147,8	-94,8	56%	-95,6	55%	-417,7	-320,3	30%

Lucro Líquido

O Lucro Líquido atingiu R\$ 99,5 milhões no 4º trimestre de 2020, 165% acima do 3T20 e 101% acima do 4T19, devido a ganhos não recorrentes nas compras de Assuruá 3, Chuí e Ventos da Bahia 1 e 2. O Lucro Líquido totalizou R\$ 54,7 milhões em 2020, 68% acima de 2019.

Lucro Líquido (R\$ mm)	4T20	4T19	Var.	3T20	Var.	2020	2019	Var.
Lucro Operacional (EBIT)	275,1	155,5	77%	140,3	96%	523,9	386,1	36%
Resultado Financeiro	-147,8	-94,8	56%	-95,6	55%	-417,7	-320,3	30%
Lucro antes dos Impostos	127,3	60,7	110%	44,7	185%	106,2	65,8	61%
IR/CSLL	-27,8	-11,3	147%	-7,1	291%	-51,4	-33,2	55%
Lucro Líquido	99,5	49,5	101%	37,6	165%	54,7	32,6	68%

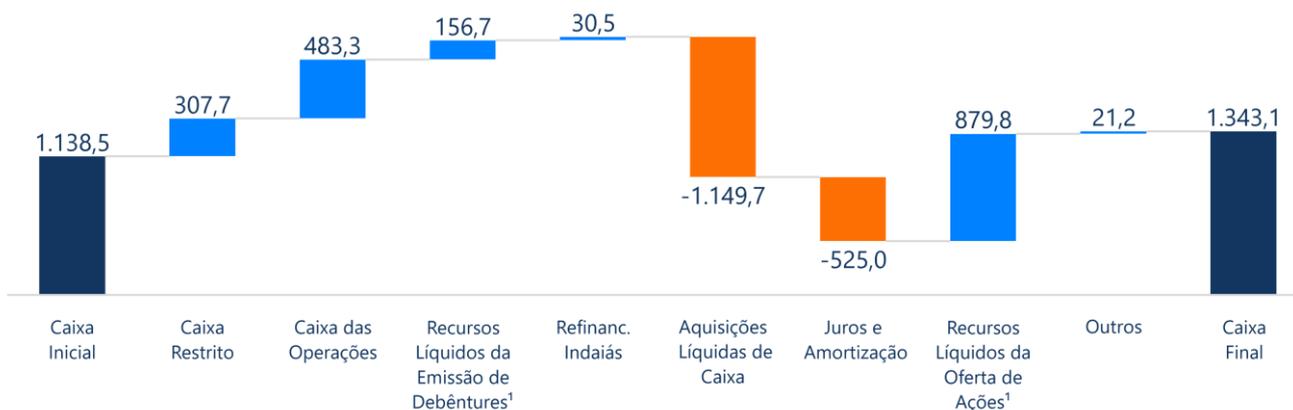
Posição de Caixa

Durante 2020, a Omega aumentou sua posição de caixa em R\$ 204,6 milhões, totalizando R\$ 1.343,1 milhões em 31 de dezembro.

Durante o ano, a Omega gerou R\$ 483,3 milhões em caixa operacional e concluiu (1) seu primeiro refinanciamento de BNDES no Complexo Indaiás, levantando R\$ 30,5 milhões em caixa adicional, (2) a emissão de R\$ 160 milhões em debêntures de infraestrutura verde para otimizar sua estrutura de capital e (3) uma oferta de ações exclusivamente primária de R\$ 897,0 milhões para continuar financiando sua estratégia bem-sucedida de crescimento.

Por outro lado, os investimentos em aquisições consumiram R\$ 1.149,7 milhões (Delta 7 e 8, parte em caixa de Assuruá 3, Chuí, Ventos da Bahia 1 e 2 e o exercício do direito de preferência sobre a participação minoritária em Asteri) e R\$ 525 milhões foram gastos com juros e amortizações.

Variação Caixa - 2019 X 2020 (R\$ MM)



¹ Líquido das despesas de emissão pagas e provisionadas

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento bruto da Companhia totalizava R\$ 5.896,9 milhões, 30% acima do 3º trimestre, devido, principalmente, ao impacto da dívida bruta de Chuí no balanço patrimonial da Omega (R\$ 1.351,4 milhões).

Durante o 4T20, a Companhia investiu R\$ 1.116,1 milhões nas aquisições de Chuí, Ventos da Bahia 1 e 2 e na participação minoritária em Asteri, resultando em um aumento da Dívida Líquida de 75%, totalizando R\$ 4.553,7 milhões.

Endividamento (R\$ mm)	4T20	3T20	Var.	4T19	Var.
BNDES	3.549,0	2.310,9	54%	2.420,5	47%
Debêntures	1.530,6	1.423,1	8%	1.272,8	20%
BNB	841,1	812,5	4%	325,2	159%
CCB	70,3	70,3	0%	0,0	-
Custos de Transação	-94,1	-66,1	42%	-67,6	39%
Dívida Bruta	5.896,9	4.550,7	30%	3.950,9	49%
Caixa e Equivalentes	881,4	1.761,5	-50%	984,5	-10%
Caixa Restrito	461,8	182,9	153%	154,1	200%
Dívida Líquida	4.553,7	2.606,3	75%	2.812,4	62%

Em 2020, ativos selecionados do nosso portfólio aderiram a possibilidade oferecida pelo BNB e pelo BNDES de suspensão temporária dos pagamentos de principal e juros em seus contratos de financiamento, sem qualquer impacto no custo futuro desses contratos, diminuindo, assim, as despesas financeiras e a amortização por um período determinado, conforme a seguir:

Ativo	Instituição	Período de Suspensão
Delta 1	BNDES	mai/20 a out/20
Serra das Agulhas	BNDES	jun/20 a nov/20
Delta 5 e Delta 6	BNB	mai/20 a dez/20
Delta 7 e Delta 8	BNB	mai/20 a dez/20
Assuruá 3	BNB	mai/20 a dez/20

Todos os financiamentos já retomaram a amortização e o pagamento de juros dentro dos prazos de suspensão indicados acima.

A Companhia está sempre buscando oportunidades de gerenciamento de passivos para otimizar sua estrutura de capital. Como resultado, (1) em 15 de setembro de 2020, a Companhia concluiu a emissão de R\$ 160 milhões em debêntures de infraestrutura verde, que foi precificada a IPCA + 4,37% e (2) concluiu, em 13 de julho de 2020, o seu primeiro refinanciamento de BNDES, no Complexo Indaiás, no qual a dívida existente foi pré-paga e R\$ 30,5 milhões em dívida adicional foi levantada, com a liberação de caixa restrito, redução do custo médio da dívida e melhora no prazo médio.

O endividamento da Omega é 83% concentrado nos ativos e composto principalmente por contratos de financiamento de longo prazo com o BNDES (indexados à TJLP), bem como por debêntures de infraestrutura (indexadas ao IPCA) e contratos de financiamento com o BNB (indexados ao IPCA).

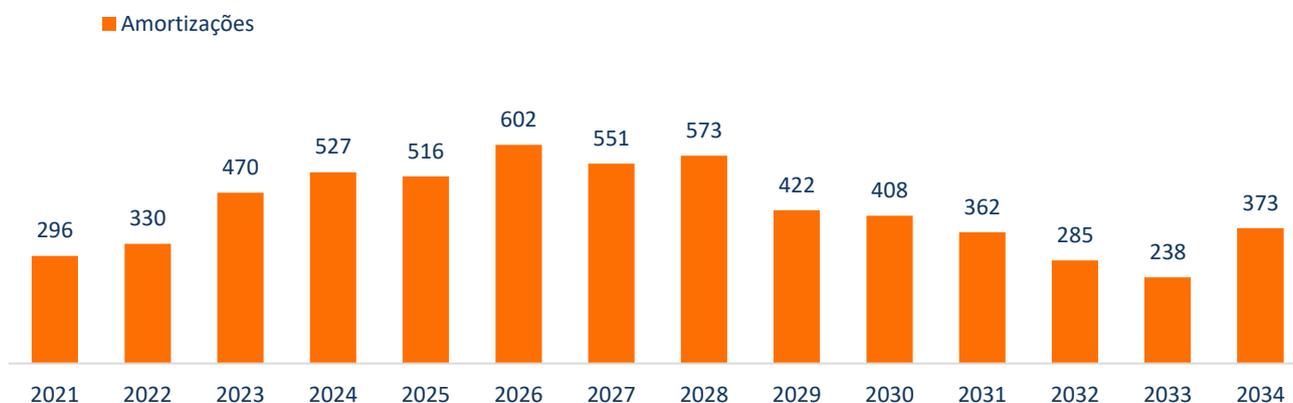
No nível da holding, 17% da dívida total, a Omega detém as debêntures emitidas em maio de 2019, bem como as debêntures de infraestrutura verde emitidas em setembro de 2020.

Ativo	Instituição	Prazo	Pagamento	Taxa (a.a.)	4T20 ¹	3T20 ¹	4T19 ¹
Indaiás	BNDES	jun/23	mensal	TJLP + 2,63%	-	-	46,0
Indaiás	CCB	jul/25	mensal	CDI + 2,90%	70,3	70,3	-
Gargaú	BNDES	mai/27	mensal	TJLP + 2,23%	28,5	29,7	33,4
Delta 1	BNDES	out/30	mensal	TJLP + 2,18%	148,8	150,5	150,8
Serra das Agulhas	BNDES	jul/37	mensal	TJLP + 2,02%	101,3	100,7	100,8
Delta 2	BNDES	jan/33	mensal	TJLP + 2,27%	254,8	258,7	268,3
Delta 2	Debêntures	dez/26	semestral	IPCA + 7,38%	31,8	32,6	32,6
Delta 3	BNDES	mar/34	mensal	TJLP + 2,32%	921,8	930,6	960,5
Delta 3	Debêntures	dez/29	semestral	IPCA + 7,11%	199,5	202,5	200,4
Delta 5	BNB	mai/38	mensal	IPCA + 1,75%	163,6	159,2	161,5
Delta 6	BNB	mai/38	mensal	IPCA + 1,75%	165,7	161,2	163,7

Delta 7	BNB	jan/39	mensal	IPCA + 2,19%	204,8	199,2	-
Delta 8	BNB	jan/39	mensal	IPCA + 2,19%	109,8	106,8	-
Omega Geração	Debêntures	mai/24	semestral	CDI + 1,20%	309,8	312,6	310,7
Omega Geração	Debêntures	mai/26	semestral	CDI + 1,30%	168,7	170,3	169,2
Omega Geração	Debêntures	mai/26	anual	IPCA + 5,60%	201,2	193,8	192,3
Omega Geração	Debêntures	mai/27	semestral	IPCA + 5,00%	160,0	156,8	152,3
Omega Geração	Debêntures	set/28	semestral	IPCA + 4,37%	114,8	110,5	-
Omega Geração	Debêntures	set/28	anual	IPCA + 4,37%	52,2	50,2	-
Assuruá 1	BNDES/CEF	nov/32	mensal	TJLP + 2,92%	135,8	126,1	124,4
Assuruá 1	Debêntures	jan/20	bullet	CDI + 0,50%	-	-	17,1
Assuruá 1	Debêntures	nov/30	mensal	IPCA + 7,81%	36,1	35,1	41,4
Assuruá 2	BNDES	jun/34	mensal	TJLP + 2,75%	706,2	714,6	736,2
Assuruá 2	Debêntures	jun/30	mensal	IPCA + 6,66%	156,9	158,7	156,8
Assuruá 3	BNB	nov/38	mensal	IPCA + 2,33%	197,2	186,0	-
Santa Vitória	BNDES/BRDE	dez/31	mensal	TJLP + 3,76%	833,9	-	-
Santa Vitória	Debêntures	jun/28	semestral	IPCA + 8,50%	99,7	-	-
Hermenegildo	BNDES/BRDE	jun/32	mensal	TJLP + 4,19%	417,8	-	-
Total					5.991,0	4.616,7	4.018,5

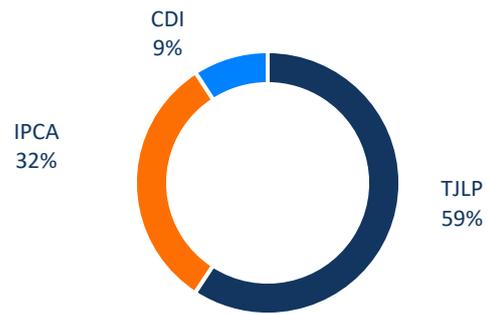
¹ Em milhões de reais. Não considera os custos de transação

As dívidas da Omega foram desenhadas para evitar riscos de refinanciamento, utilizando cenários de geração em P90 e índices de cobertura para que o fluxo de caixa dos projetos sirva confortavelmente o longo e perfilado serviço do endividamento da Companhia.



A aquisição Chuí diminuiu o prazo médio de endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2020 para 6,8 anos, 0,5 ano abaixo do terceiro trimestre de 2020 e 0,6 ano abaixo do mesmo período de 2019.

Como resultado da aquisição, o custo nominal médio da dívida aumentou 0,08 p.p. em relação ao terceiro trimestre de 2020 e diminuiu 0,52 p.p. em comparação ao mesmo período de 2019, totalizando 7,85% a.a.



Evolução da Dívida

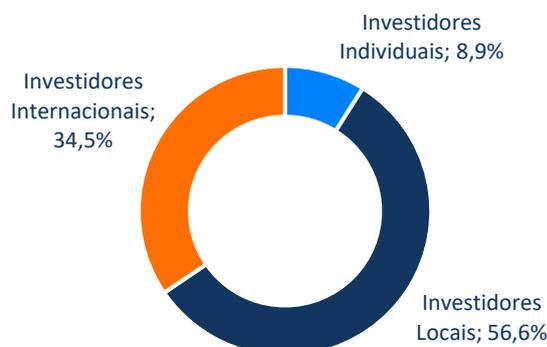


Mercado de Capitais

As ações da Omega Geração estão listadas sob o código OMGE3 no Novo Mercado da B3, segmento que reúne as empresas com padrão de governança corporativa mais rigorosos.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 7,91 bilhões e seu capital social representado por 195.912.131 ações ordinárias, sendo 47,3% das ações da Companhia detidas pelo grupo controlador e o restante em circulação o mercado, distribuídas em investidores pessoa física (8,9%), internacionais (34,5%) e locais (56,6%).

Distribuição do Free Float



A ação da Companhia valorizou 10,6% durante o ano de 2020, superando o IEE (Índice de Energia Elétrica) em 2,5 p.p. e o IBOV (Índice Ibovespa) em 7,7 p.p. O volume médio financeiro diário negociado ao longo do ano foi de R\$ 30,7 milhões, 201,2% acima do volume médio de 2019.

Durante o ano, o número de investidores pessoa física investindo na Omega continuou a crescer, alcançando 8.747 investidores individuais, 215% acima do fim de 2019.

Terceira oferta de ações – Suporte contínuo do mercado de capitais de ações

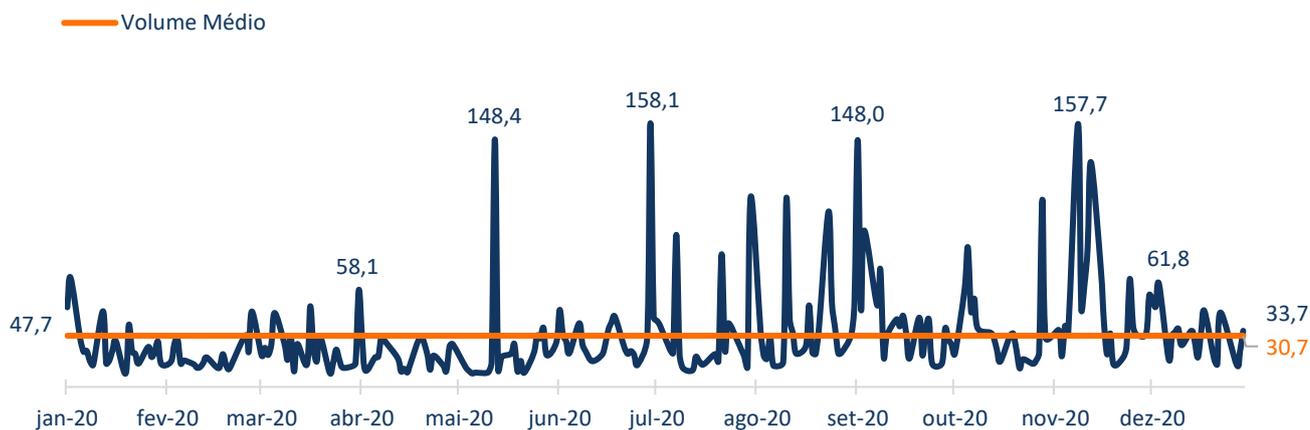
Em 1º de Setembro, a Omega concluiu seu segundo *follow-on* com forte demanda da sua base de acionistas e de novos investidores locais e internacionais. A transação foi 100% primária, levantando R\$ 897,0 milhões, por meio da emissão de 23.450.027 ações precificadas a R\$ 38,25 por ação.

Investidores novos e atuais reconheceram nosso histórico de geração de valor, nossa capacidade de alocação de recursos recorrente e as perspectivas futuras de consolidação e destravamento de valor via digitalização, além de um reconhecimento crescente da franquia ESG.

Desempenho OMGE3 (base 100)



Volume Médio Diário (R\$ MM)



Anexo A

OMEGA GERAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL

(R\$ milhares)

Ativo	2020	3T20	Var.	2020	2019	Var.
Circulante	1.316.150	2.100.424	-37%	1.316.150	1.276.881	3%
Caixa e equivalentes de caixa	881.364	1.761.476	-50%	881.364	984.470	-10%
Clientes	276.307	204.662	35%	276.307	206.928	34%
Dividendos a receber	6.839	5.774	18%	6.839	7.161	-4%
Outros créditos	151.640	128.512	18%	151.640	78.322	94%
Não circulante	721.818	297.302	143%	721.818	196.997	266%
Caixa restrito	461.771	182.874	153%	461.771	154.063	200%
Clientes	31.088	30.553	2%	31.088	26.386	18%
IRPJ e CSLL diferidos	157.306	2.242	-	157.306	3.564	-
Outros créditos	71.653	83.875	-15%	71.653	12.984	452%
Investimentos	821.263	474.431	73%	821.263	460.219	78%
Imobilizado	6.599.678	5.033.046	31%	6.599.678	4.516.422	46%
Intangível	1.119.436	949.835	18%	1.119.436	811.952	38%
Total do ativo	10.578.345	8.855.038	19%	10.578.345	7.262.471	46%
Passivo	2020	3T20	Var.	2020	2019	Var.
Circulante	608.331	408.848	49%	608.331	334.823	82%
Fornecedores	84.815	80.206	6%	84.815	69.190	23%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	373.861	242.405	54%	373.861	193.666	93%
Obrigações trabalhistas e tributárias	44.537	41.052	8%	44.537	38.726	15%
Passivos de arrendamentos	20.057	7.601	164%	20.057	4.934	307%
Outras obrigações	85.061	37.584	126%	85.061	28.307	200%
Não circulante	6.150.707	4.679.548	31%	6.124.982	4.065.985	51%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.522.993	85.434	-	5.522.993	3.757.218	47%
Fornecedores	214.682	4.308.252	-95%	214.682	28.590	651%
Passivos de arrendamentos	105.330	66.933	57%	105.330	48.190	119%
IRPJ e CSLL diferidos	82.696	22.865	149%	56.971	32.988	73%
Outras obrigações	225.006	196.064	15%	225.006	198.999	13%
Total do patrimônio líquido	3.894.654	3.766.642	2%	3.845.032	2.861.663	34%
Capital social	3.833.245	3.831.111	0%	3.833.245	2.664.014	44%
Custo com captação de recursos	-72.944	-72.944	0%	-72.944	-55.810	31%
Reservas de capital	132.077	132.077	0%	132.077	121.584	9%
Reservas de lucro	281.432	182.457	27%	231.810	182.457	27%
Ajuste de avaliação patrimonial	-391.025	-301.082	30%	-391.025	-95.733	308%
Prejuízos Acumulados	0	-49.425	-	0	0	-
Participação dos não controladores	111.869	44.448	152%	111.869	45.151	148%
Total do passivo	10.653.692	8.855.038	19%	10.578.345	7.262.471	46%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(R\$ milhares)

Demonstrações Financeiras	4T20	3T20	Var.	2020	2019	Var.
Receita operacional líquida	393.280	314.447	25%	1.102.141	1.014.427	9%
Custos da operação, conservação e compras	-199.920	-165.308	21%	-695.184	-617.010	13%
Lucro bruto	193.360	149.139	30%	406.957	397.417	2%
Receitas (despesas) operacionais						
Administrativas, pessoal e gerais	-22.670	-13.816	64%	-60.718	-40.592	50%
Outras receitas (despesas) operacionais	110.656	-578	-	168.146	2.936	-
Resultado de equivalência patrimonial	-6.249	5.557	-212%	9.493	26.357	-64%
Resultado operacional	275.097	140.302	96%	523.878	386.118	36%
Resultado Líquido						
Receitas financeiras	7.405	5.174	43%	23.698	24.662	-4%
Despesas financeiras	-155.172	-100.793	54%	-441.416	-344.961	28%
Resultado antes do IR e CSLL	127.330	44.683	185%	106.160	65.819	61%
Imposto de renda e contribuição social	-27.805	-7.115	291%	-51.440	-33.190	55%
Lucro líquido do exercício	99.525	37.568	165%	54.720	32.629	68%

FLUXO DE CAIXA

(R\$ milhares)

Fluxo de Caixa	4T20	3T20	Var.	2020	2019	Var.
Fluxo de caixa das atividades operacionais	238.385	180.570	32%	563.306	478.528	18%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	127.330	44.683	185%	106.160	65.819	61%
Depreciação e amortização	77.950	62.985	24%	263.555	187.123	41%
Resultado de equivalência patrimonial	6.249	-5.557	-212%	-9.493	-26.357	-64%
Impairment de ativo imobilizado	2.801	1.873	50%	21.481	0	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	124.825	78.622	59%	348.455	270.621	29%
Receita financeira de aplicações financeiras	-7.439	-4.491	66%	-23.475	-25.507	-8%
Programa de remuneração baseado em ações	0	0	-	2.348	0	-
Ganho por compra vantajosa – aquisição CEA III e Complexo Chuí	-95.597	0	-	-155.126	0	-
Outros	2.266	2.455	-8%	9.401	6.829	38%
(Aumento) redução nos ativos e passivos	-13.493	-159.081	-92%	-62.271	-12.221	410%
Clientes	-40.264	-26.627	51%	-17.061	-29.070	-41%
Mútuo à funcionários	1.992	-75.027	-103%	-73.035	0	-
Outros créditos	30.324	-35.129	-186%	17.303	-10.846	-260%
Fornecedores	-9.393	-19.521	-52%	53.578	14.246	276%
Obrigações trabalhistas e tributárias	-3.157	-546	478%	-3.681	11.553	-132%
Outras contas a pagar	7.005	-2.231	-414%	-39.375	1.896	-
Dividendos recebidos	6.742	1.020	566%	9.709	5.964	63%
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-79.700	-35.168	127%	-275.837	-257.543	7%
Imposto de renda e contribuição social pagos	6.301	-7.456	-185%	-27.457	-21.109	30%
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-1.004.116	-25.301	-	-1.188.172	-682.073	74%
Incorporação de caixa equivalentes de caixa de Delta 5 e Delta 6	0	0	-	0	3.392	-
Aquisição de Delta 7, Delta 8, Assuruá I, II, III, Complexo Chuí e Ventos da Bahia 1 e 2, líquido do caixa adquirido	-855.919	0	-	-1.012.298	-724.989	40%
Aquisição de ações de Asteri	-137.371	0	-	-137.371	0	-
Aquisição de participação de Pirapora	0	0	-	0	14.829	-
Redução de capital	0	0	-	0	44.350	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	-26.789	-11.977	124%	-53.088	-64.654	-18%
Aplicações financeiras	15.963	-13.324	-220%	10.635	44.999	-76%
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	-38.231	1.112.795	-103%	877.616	1.277.536	-31%
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	19.537	230.000	-92%	250.371	870.569	-71%
Custo de captação	-630	-3.803	-83%	-4.433	-32.376	-86%
Pagamento de principal - empréstimos, financiamentos e debêntures	-47.288	-66.148	-29%	-307.944	-371.283	-17%
Aumento de capital social pela oferta de ações	0	896.964	-	896.964	839.585	7%
Custo com emissão de ações	0	-17.134	-	-17.134	-22.742	-25%
Aumento de capital decorrente do exercício de opções de ações	2.134	66.873	-97%	71.251	0	-
Dividendos pagos	-2.563	-706	263%	-6.027	-2.747	119%
Prêmio recebido na outorga de opções de ações	0	8.145	-	8.145	168	-
Arrendamentos pagos	-9.421	-1.396	575%	-13.577	-3,638	273%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-884.062	1.067.379	-183%	-103.106	789,082	-113%
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	1.761.476	694.097	154%	984.470	195,388	404%
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	877.414	1.761.476	-50%	881.364	984,470	-10%

Anexo B

VENTOS DA BAHIA 1 e 2

BALANÇO PATRIMONIAL

(R\$ milhares)

Ativo	VDB1	VDB2	2020
Circulante	44.600	141.656	186.256
Caixa e equivalentes de caixa	34.807	116.797	151.604
Clientes	8.060	22.668	30.728
Outros créditos	1.733	2.191	3.924
Não Circulante	373.708	638.997	1.012.705
Outros Créditos de LP	0	0	0
Imobilizado	373.708	637.416	1.011.124
Intangível	0	1.581	1.581
Total do ativo	418.308	780.653	1.198.961

Passivo	VDB1	VDB2	2020
Circulante	20.254	27.660	47.914
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17.872	22.741	40.613
Fornecedores	942	1.901	2.843
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.197	2.942	4.139
Outras obrigações	243	76	319
Não circulante	208.809	546.916	755.725
Empréstimos, financiamentos e debentures	202.160	536.638	738.798
Passivos de arrendamentos	6.649	10.278	16.927
Total do patrimônio líquido	189.245	206.077	395.322
Capital social	158.722	187.074	345.796
Reserva de lucros	28.535	0	28.535
Prejuízos acumulados	1.988	19.003	20.991
Total do passivo	418.308	780.653	1.198.961

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(R\$ milhares)

Demonstrações Financeiras	VDB1	VDB2	Dec/20
Receita operacional líquida	3.860	10.366	14.226
Total de custos e despesas	-1.827	-4.680	-6.507
Outras receitas (despesas) operacionais	16	9	25
Resultado operacional	2.049	5.695	7.744
Resultado Líquido	-1.309	-4.076	-5.385
Receitas financeiras	57	164	221
Despesas financeiras	-1.366	-4.240	-5.606
Resultado antes do IR e CSLL	740	1.619	2.359
Imposto de renda e contribuição social	-273	-341	-614
Lucro (Prejuízo) líquido do período	467	1.278	1.745

Anexo C

PIRAPORA

BALANÇO PATRIMONIAL

(R\$ milhares)

Ativo	2020	3T20	Var.	2020	2019	Var.
Circulante	301.788	231.904	30%	301.788	189.740	59%
Caixa e equivalentes de caixa	201.260	173.211	16%	201.260	132.364	52%
Clientes	97.303	53.299	83%	97.303	52.767	84%
Outros créditos	3.225	5.394	-40%	3.225	4.608	-30%
Não Circulante	0	408	-	0	0	-
Outros Créditos de LP	0	408	-	0	0	-
Imobilizado	1.501.914	1.560.148	-4%	1.501.914	1.605.269	-6%
Intangível	64.544	65.055	-1%	64.544	66.587	-3%
Total do ativo	1.868.247	1.857.516	1%	1.868.247	1.861.595	0%
Passivo						
Circulante	111.030	81.100	37%	111.030	26.290	322%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	55.837	53.052	5%	55.837	0	-
Fornecedores	17.225	5.949	190%	17.225	5.192	232%
Obrigações trabalhistas e tributárias	7.965	10.531	-24%	7.965	9.550	-17%
Outras obrigações	30.002	11.568	159%	30.002	11.547	160%
Não circulante	1.365.333	1.365.908	0%	1.365.333	1.456.696	-6%
Empréstimos, financiamentos e debentures	1.343.519	1.344.386	0%	1.343.519	1.434.961	-6%
Passivos de arrendamentos	21.815	21.522	1%	21.815	21.735	0%
Total do patrimônio líquido	391.884	410.507	-5%	391.884	378.610	4%
Capital social	398.046	405.946	-2%	398.046	405.946	-2%
Reserva de lucros	608	608	0%	608	608	0%
Prejuízos acumulados	-6.770	3.954	-271%	-6.770	-27.944	-76%
Total do passivo	1.868.247	1.857.516	1%	1.868.247	1.861.595	0%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(R\$ milhares)

Demonstrações Financeiras	4T20	3T20	Var.	2020	2019	Var.
Receita operacional líquida	65.703	70.298	-7%	251.376	269.015	-7%
Total de custos e despesas	-36.846	-25.805	43%	-106.427	-95.103	12%
Outras receitas (despesas) operacionais	-1.302	785	-266%	2.862	6.656	-57%
Resultado operacional	27.555	45.278	-39%	147.811	180.569	-18%
Resultado Líquido	-38.651	-28.693	35%	-117.883	-120.943	-3%
Receitas financeiras	500	894	-44%	3.936	6.567	-40%
Despesas financeiras	-39.151	-29.587	32%	-121.819	-127.510	-4%
Resultado antes do IR e CSLL	-11.096	16.585	-167%	29.928	59.626	-50%
Imposto de renda e contribuição social	372	-1.827	-120%	-8.754	-14.352	-39%
Lucro (Prejuízo) líquido do período	-10.723	14.758	-173%	21.174	45.274	-53%

Anexo D

OMEGA COMERCIALIZADORA

BALANÇO PATRIMONIAL

(R\$ milhares)

Ativo	2020	3T20	Var.	2020	2019	Var.
Circulante	86.635	81.491	6%	86.635	87.110	-1%
Caixa e equivalentes de caixa	7.699	5.634	37%	7.699	9.527	-19%
Clientes	71.825	70.170	2%	71.825	61.885	16%
Outros créditos	7.111	5.687	25%	7.111	15.698	-55%
Não circulante	1.475	1.294	14%	1.475	1.518	-3%
Outros créditos	0	0	-	0	0	-
Investimentos	1.176	1.158	2%	1.176	1.500	-22%
Imobilizado	99	104	-5%	99	18	450%
Intangível	200	32	525%	200	0	-
Total do ativo	88.110	82.785	6%	88.110	88.628	-1%
Passivo						
Circulante	65.353	51.521	27%	65.353	71.174	-8%
Fornecedores	49.527	44.121	12%	49.527	66.490	-26%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	0	0	-	0	0	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	10.405	4.176	149%	10.405	2.942	254%
Outras obrigações	5.421	3.224	68%	5.421	1.742	211%
Não circulante	5.402	8.238	-34%	5.402	3.548	52%
IRPJ e CSLL diferidos	5.402	8.238	-34%	5.402	3.548	52%
Total do patrimônio líquido	17.355	23.026	-25%	17.355	13.906	25%
Capital social	5.000	5.000	0%	5.000	5.000	0%
Prejuízos acumulados	12.355	18.026	-31%	12.355	8.906	39%
Total do passivo	88.110	82.785	6%	88.110	88.628	-1%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(R\$ milhares)

Demonstrações Financeiras	4Q20	3Q20	Var.	2020	2019	Var.
Receita operacional líquida	103.689	72.804	42%	343.076	424.180	-19%
Custos da operação, conservação e compras	-102.554	-72.244	42%	-320.370	-406.610	-21%
Lucro bruto	1.135	560	103%	22.706	17.570	29%
Receitas (despesas) operacionais						
Administrativas, pessoal e gerais	-9.552	-5.095	87%	-17.371	-3.823	354%
Outras receitas (despesas) operacionais	2	-2	-200%	0	-13	-
Resultado de equivalência patrimonial	-15	1.388	-101%	-377	0	-
Resultado operacional	-8.430	-3.149	168%	4.958	13.733	-64%
Resultado Líquido						
Receitas financeiras	17	8	113%	101	379	-73%
Despesas financeiras	-54	-13	315%	283	-2.909	-110%
Resultado antes do IR e CSLL	-8.467	-3.154	168%	5.342	11.203	-52%
Imposto de renda e contribuição social	2.836	1.514	87%	-1.854	-3.507	-47%
Lucro (Prejuízo) líquido do período	-5.631	-1.640	243%	3.488	7.697	-55%

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no inciso VI, parágrafo 1º do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, os diretores da Omega Geração S.A. declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 02 de março de 2021.

Antonio Augusto de Torres Bastos Filho

Diretor Presidente

Andrea Sztajn

Diretora Financeira

Thiago Trindade Linhares

Diretor sem Designação Específica

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, os diretores executivos da Omega Geração S.A declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 02 de março de 2021

Antonio Augusto de Torres Bastos Filho
Diretor Presidente

Andrea Sztajn
Diretora Financeira

Thiago Trindade Linhares
Diretor sem Designação Específica

PROPOSTA DO ORÇAMENTO DE CAPITAL DA OMEGA GERAÇÃO S.A. PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021

A administração da Omega Geração S.A. ("Companhia") propõe que o orçamento de capital da Companhia para o exercício de 2021 totalize o montante de R\$ 82.301.040,14 (oitenta e dois milhões, trezentos e um mil, quarenta reais e quatorze centavos), assim distribuídos:

Orçamento de capital para o exercício de 2021 (valores em R\$ Mil)	
Equipamentos	R\$17.522
Compromissos de infraestrutura	R\$20.199
Tecnologia da informação	R\$6.586
Projetos sociais e ambientais	R\$19.421
Manutenção	R\$17.730
Recursos naturais	R\$ 843
Total do orçamento de capital	R\$ 82.301

Estes desembolsos serão realizados com os lucros retidos na "Reserva de Lucros para aquisição de ativos e/ou sociedades, reforço de capital de giro e programas de recompra de ações", prevista no art. 63, VI, do Estatuto Social da Companhia, no montante total de R\$ 31.647.731,87 (trinta e um milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, setecentos e trinta e um reais e oitenta e sete centavos) e na "Reserva para Investimentos", nos termos deste orçamento de capital, no art. 196 da Lei n.º 6.404, de 1976, e no art. 63, VII, do Estatuto Social da Companhia, no montante total de R\$ 17.318.337,61 (dezessete milhões, trezentos e dezoito mil, trezentos e trinta e sete reais e sessenta e um centavos).

Quadro resumo de fontes e usos	
Fontes	
Reserva de Lucros para aquisição de ativos e/ou sociedades, reforço de capital de giro e programas de recompra de ações	R\$ 31.648
Reserva para Investimentos	R\$ 17.318
Recursos gerados pela operação	R\$ 33.335
Total das fontes	R\$ 82.301
Usos	
Investimentos	R\$ 82.301
Total dos usos	R\$ 82.301

Em relação à "reserva para investimentos", formada pela retenção de lucros para execução do orçamento de capital, o saldo de R\$ 17.318.337,61 (dezessete milhões, trezentos e dezoito mil, trezentos e trinta e sete reais e sessenta e um centavos) é composto por (a) R\$ 13.801.922,96 (treze milhões, oitocentos e um mil, novecentos e vinte e dois reais e noventa e seis centavos), retido nos anos anteriores para execução dos orçamentos de capital então aprovados, e que a administração propõe que seja mantido como cifra de retenção no patrimônio líquido da Companhia; e (b) R\$ 3.516.414,65 (três milhões, quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e quatorze reais e sessenta e cinco centavos), equivalente a 7,12% (sete inteiros e doze décimos de centésimos por cento) do lucro líquido do exercício de 2020 e a 7,50% (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) do lucro líquido ajustado do exercício de 2020, e que a administração propõe que seja retido para a execução deste orçamento de capital.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Omega Geração S.A. (Companhia), em atendimento ao disposto no artigo 163 da Lei 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras individual (controladora) e Consolidada (Omega Geração e suas controladas) acompanhadas das Notas Explicativas, o Relatório da Administração, e os demais demonstrativos elaborados pela Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados e considerando-se o Relatório dos Auditores Independentes da ERNST&YOUNG Auditores Independentes S.S., datado de 02 de março de 2021, emitido com opinião sem modificação, como também nas informações e esclarecimentos recebidos da Administração, do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, durante o exercício, os membros opinam favoravelmente que as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

São Paulo, 03 de março de 2021

Adelino Dias Pinho

Bruno Meirelles Salotti

Ricardo Scalzo

Presidente

Membro

Membro

OMEGA GERAÇÃO S.A.
(companhia aberta)
CNPJ/MF n.º 09.149.503/0001-06
NIRE 3130009310-7 | Código CVM 23426

**REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCO
REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2021**

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCO

Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria e Gestão de Risco ("Comitê") é um órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Omega Geração S.A. ("Conselho de Administração" e "Companhia", respectivamente), com o escopo de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Companhia, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna - quando implantada - assim como pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do Comitê se basearam nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Os membros do Comitê são eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração da Companhia, devendo a nomeação de seus membros, inicial e de cada mandato, ocorrer na primeira reunião do Conselho de Administração que suceder a assembleia geral da Companhia que deliberar sobre a eleição do Conselho de Administração. O Comitê é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, devendo ter em sua composição: (i) ao menos, 1 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia, que não poderá participar da diretoria da Companhia; (ii) ao menos, 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária; e (iii) a maioria de seus membros independente. O mandato dos membros do Comitê é de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos por igual período. Tendo exercido mandato por qualquer período, os membros do Comitê só poderão voltar a integrar tal órgão após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos do final do mandato.

A Ernst & Young Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2020, conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Mobiliários - ("CVM"). Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (ITRs) arquivada na CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do

exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB, normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 02 de março de 2021, contendo opinião sem ressalvas.

Atividades do Comitê de Auditoria em 2020

O Comitê reuniu-se 7 vezes no ano de 2020. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar os seguintes aspectos:

- a) Acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações contábeis da Companhia, do Relatório da Administração e dos Releases de Resultados, notadamente, mediante reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das ITRs e das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
- b) Reuniões com os Auditores Independentes Ernst & Young Auditores Independentes, para discussão dos ITRs submetidos a sua revisão e tomou conhecimento do relatório de auditoria contendo a opinião sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados;
- c) Acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão, com o objetivo de garantir a evidenciação e o monitoramento dos riscos relevantes para a Companhia;
- d) Discussões a respeito de assuntos relevantes relacionados a controles internos e riscos da Companhia, tais como incidentes relacionados à operação, programa de integridade e segurança da informação; e
- e) Realização de reuniões periódicas com os principais executivos da Companhia, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as melhorias realizadas e propostas para fortalecimento dos controles internos da Companhia.

Conclusão

Os membros do Comitê da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais previstas no Regimento Interno do próprio comitê, procederam ao exame e à análise:

(i) das demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes; (ii) do relatório anual da administração e (iii) da proposta de destinação do resultado, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Desta forma, considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e o exame de auditoria realizado pela Ernst & Young Auditores Independentes, recomendam, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima citados pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 02 de março de 2021

Kristian Schneider Huber

Eduardo de Toledo

Walter Iorio

OMEGA GERAÇÃO S.A.
(*companhia aberta*)
CNPJ/MF n.º 09.149.503/0001-06
NIRE 3130009310-7 | Código CVM 23426

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCO
REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2021**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada remotamente às 8h30min do dia 02 de março de 2021, por meio de vídeo conferência.
2. **PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros do Comitê de Auditoria e Gestão de Risco da Omega Geração S.A. (“Companhia”).
3. **MESA:** Presidida pelo Sr. **Kristian Schneider Huber** e secretariada pelo Sr. **Eduardo de Toledo**.
4. **ORDEM DO DIA:** Deliberação: (i) das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes; (ii) do relatório anual da administração e (iii) da proposta de destinação do resultado relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.
5. **DELIBERAÇÕES:** Instalada a reunião e após a discussão das matérias da ordem do dia, os membros do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições:
 - 5.1. Recomendaram a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia (i) das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes; (ii) do relatório anual da administração; e (iii) da proposta para: (a) destinação do lucro líquido; e (b) orçamento de capital.
 - 5.2. Emitiu relatório conforme Anexo I à presente ata.
6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada e enviada ao Conselho de Administração da Companhia.

Belo Horizonte, 02 de março de 2021.

Kristian Schneider Huber

Eduardo de Toledo

Walter Iorio

